

Armadilhas

Assumindo uma atitude de desrespeito e desconsideração com os portugueses, o PS, de braço dado com o PSD, depois de ter recusado, em 1992, um referendo sobre o Tratado de Maastricht, quer agora realizar um referendo-fraude sobre a União Europeia. Impedindo que seja referendada a questão central da evolução da União Europeia: a Moeda Única, como passo "irreversível" para uma Europa federalizada.



■ Octávio Teixeira Pág. 18

O Têxtil e o PCP

O PCP tem estado sempre na primeira linha da defesa do têxtil em Portugal, e das lutas no sector. O que se explica pela sua enorme importância social, económica, política. E assim tem sido em todos os planos da luta social e política. Também no Parlamento Europeu.

■ Sérgio Ribeiro Pág. 19

Política de Segurança Interna Passar do acessório ao verdadeiramente importante

■ José Neto Pág. 21

O Sistema de Autoridade Marítima O Livro Branco da Política Marítimo-Portuária e a farsa soalheira

■ Rui Fernandes Pág. 20

O comércio da tortura

O governo dos Estados Unidos da América não só permite a fabricação e exportação de instrumentos de tortura como, desde 1984, o US Department of Commerce tem categorias próprias para designar tais produtos e efectuar a respectiva classificação aduaneira.

■ Jorge Figueiredo Pág. 22

A guerra biológica dos EUA contra Cuba

■ Miguel Urbano Rodrigues Pág. 23



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 19 de Março de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1268 • Director: Carlos Brito

A OPÇÃO É LUTAR

• Pelos direitos, pelo emprego, por melhores salários,

– Na Sodia (ex-Renault de Setúbal), na Saúde, na Banca, na Administração Local, nos Têxteis, na Unicervi, na Carbogal...

Págs. 5 a 7



Ainda o aniversário do Partido Festa à esquerda no Porto Comemorações em todo o País

Págs. 8 e centrais

Isto anda tudo ligado

Sucedem-se as demissões no Governo e nas suas proximidades. Muita coisa há-de estar mal no plantel do engenheiro António Guterres. Na semana que passou, o ciclone demissionário fez sentir a sua presença em múltiplas áreas: demissões na Força Aérea, na EDP, na fiscalização veterinária, na direcção da Radiotelevisão Portuguesa, no Governo ... e tudo indica que a procissão ainda agora vai no adro. O conteúdo e o tom da intervenção do Presidente da Câmara de Guimarães, comentando a eventualidade da aprovação da formação do concelho de Vizela, são reveladores de um certo ambiente, de um certo estado de espírito: "O meu partido está surdo, está mudo, está quieto; o meu partido está tonto, tonto, tonto..." É certo que, como que adivinhando este discurso, António Guterres, na qualidade de Secretário-Geral do PS, respondera-lhe previamente. À sua maneira: "Há divergências salutares sobre essa matéria que não devem ser dramatizadas, pois correspondem à normal convivência em sociedade" – e assim, não dizendo nada, disse tudo, pelo que mais não sentiu necessidade de dizer. De qualquer maneira, surdos, mudos, quedos, tontos: eis a normal convivência em sociedade.

Repito: muita coisa há-de estar mal no seio do Estado rosa. E repito: tudo indica que a procissão ainda agora vai no adro.

Há quem tenha chamado a atenção para a similitude – no estilo, no conteúdo e nas consequências – desta situação com outras anteriormente vividas em governos do PSD – inclusive, a partir, até, da consideração de que Manuel Arcanjo está para António Guterres como Leonor Beza estava para Cavaco Silva.

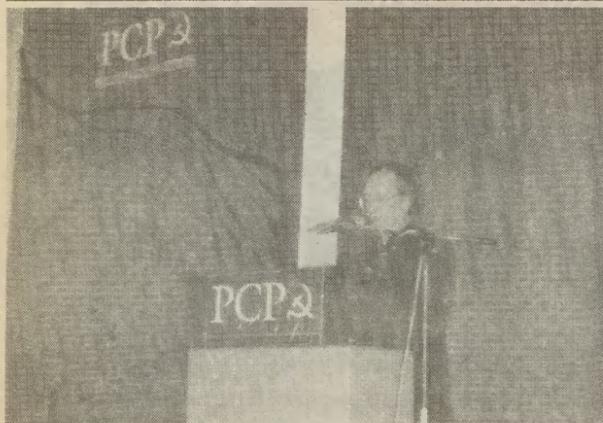
Seja como for, é óbvio que isto anda tudo ligado. A confirmá-lo, ouçamos o que se segue:

"Os governos do professor Cavaco e do PS nas suas orientações económicas são iguais"; "Estou à esquerda deste Governo"; "Um dos meus maiores gozos é ver no poder, em nome da esquerda, os tipos que nos anos 70 falavam contra os Champallimaud, os Espíritos Santos e os Mellos e que agora lhes deram todos os sectores estratégicos do Estado". Estas declarações são de Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional da Madeira, e constam de uma entrevista por ele dada ao "Público" de 17 de Março. Interessantes declarações estas, por razões várias entre as quais a de confirmarem que não há nada como o tempo para clarificar situações e testar a validade do que em cada momento se diz e (ou) se faz.

Senão vejamos: há poucos anos, quando alguns então membros do PCP tentaram apossar-se do Partido e transformá-lo numa qualquer "coisa" invertebrada, denunciámos com rigor os seus objectivos e vaticinámos os caminhos político-partidários que inevitavelmente iriam trilhar. Fomos então acusados de "crimes" terríveis e da Direcção do Partido foi amplamente difundida uma imagem sinistra: a de um grupo de cruéis algozes que não olhava a meios para cilindrar as suas cândidas e inocentes vítimas. Hoje, olhando para o mapa político-partidário, facilmente detectamos a presença de vários desses ex-membros do PCP: estão nos lugares que escolheram e pelos quais se bateram com todas as suas forças e proporcionam a Alberto João Jardim um dos seus "maiores gozos". Estão lá "em nome da esquerda" – diz Jardim. Utilizando abusivamente o nome da esquerda – rectifico eu.

Há poucos meses, quando em documentos ou intervenções de dirigentes do PCP se dizia que a política levada a cabo, pelo Governo do PS era, no essencial, igual à que o PSD praticara durante uma década, logo os comentadores de serviço, estrategicamente localizados, disparavam as habituais rajadas de irónica observações que culminavam sempre na repetida alusão à "cassete do PCP". Hoje, toda a gente concorda com essa opinião do PCP e a subscreve. E muitos são os que a expressam publicamente com a naturalidade própria de quem, sobre a matéria, nunca pensou coisa diferente. É claro que nenhum desses comentadores teve, nem terá, a frontalidade de reconhecer que, afinal, o PCP tinha razão...

Também Alberto João Jardim acha que os governos PSD e PS são iguais. E referindo-se concretamente ao Governo de Guterres, Jardim afirma situar-se à sua esquerda. Sabe-se lá... Em todo o caso, e ainda que assim fosse, tal coisa não constituiria feito digno de nota: é que, na verdade, não é preciso quase nada para que qualquer Jardim se situe à esquerda deste Governo.



Carlos Carvalho numa festa-convívio, em Vila Nova de Gaia

RESUMO

11 Quarta-feira

É apresentado no Conselho de Ministros uma proposta de lei sobre «marketing» directo; que trava a publicidade postal por telefone e fax ■ O general Carrilho Pinto, comandante da logística da Força Aérea, anuncia a sua intenção de passar à reserva ■ No Chile, Augusto Pinochet toma posse do seu cargo de senador vitalício num ambiente de contestação e protesto dentro e fora do Senado ■ Na Dinamarca, o bloco de esquerda vence as eleições legislativas ■ A comunidade albanesa do Kosovo não aceita as condições para o diálogo apresentadas pelas autoridades sérvias ■ O Governo angolano legaliza a Unita ■ Na Cisjordânia, 38 palestinianos são feridos por soldados israelitas durante manifestações populares.

12 Quinta-feira

Carlos Carvalho dá uma conferência sobre a moeda única na Universidade Portucalense, no Porto ■ A secretária de Estado do Orçamento, Manuela Arcanjo, pede demissão devido a desentendimentos com Sousa Franco ■ José Barata-Moura é eleito reitor da Universidade de Lisboa ■ No Porto, os sindicatos dos bancários organizam um protesto contra a situação laboral no BCP ■ O procurador-geral da República ordena um inquérito à secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, devido à utilização do seu carro oficial por um amigo ■ Realiza-se, em Londres, a Conferência Europeia com a participação dos 15 elementos da União Europeia e dos 11 candidatos reconhecidos à adesão da organização ■ É anunciado que o Sinn Féin vai voltar às negociações sobre a Irlanda do Norte assim que for possível ■ Os dirigentes albaneses do Kosovo declaram que se recusam a discutir com responsáveis do Governo sérvios.

13 Sexta-feira

Na Amazónia, um gigantesco incêndio alastra por vastas áreas pondo em perigo a reserva dos índios yanomani ■ A UE anuncia que organizará uma conferência sobre o Kosovo ■ Ocorrem novos confrontos em Hebrón entre palestinianos e israelitas, no dia em que uma bomba explode no sector árabe de Jerusalém ■ O secretário-geral da ONU adverte os EUA que devem regularizar a sua dívida com a organização para não perderem o direito ao voto na Assembleia Geral ■ A organização armada espanhola Grapo reivindica dois atentados bombistas ocorridos em Madrid.

14 Sábado

Carlos Carvalho intervém numa festa-convívio do PCP realizada em

Vila Nova de Gaia ■ O dragma grego entra no Mecanismo de Taxas de Câmbio do Sistema de Monetário Europeu, um passo que abre as portas para uma futura adesão à moeda única ■ Nos EUA, Bill Clinton é formalmente acusado de envolvimento no encobrimento de provas que o poderão incriminar no caso Paula Jones ■ O rei Hassan II de Marrocos dá posse a um governo de centro-esquerda.

15 Domingo

O secretário-geral do PCP participa num almoço comemorativo do aniversário do partido, em Vila Franca de Xira ■ É anunciado que uma tróica de observadores da União Europeia se deslocará a Timor-Leste no próximo mês de Maio ■ Na França, a coligação de esquerda vence eleições regionais ■ As famílias de cidadãos espanhóis vítimas da ditadura chilena pedem à Audiência Espanhola que processe Pinochet ■ António Pinto vence a VIII Meia-Maratona de Lisboa, com a melhor marca mundial de sempre ■ Assinala-se o Dia Mundial do Consumidor.

16 Segunda-feira

Um choque de comboios provoca 29 feridos na Póvoa de Santa Iria ■ A Espanha veta as nomeações do Porto e Roterdão para a Capital Europeia da Cultura do ano 2001, apresentando a candidatura de Valência ■ Nos EUA, uma ex-colaboradora da Casa Branca, Kathleen Willey, acusa o presidente Bill Clinton de a ter assediado sexualmente ■ Iniciam-se, em Genebra, as negociações de paz entre a Coreia do Norte, a Coreia do Sul, a China e os Estados Unidos ■ O pediatra norte-americano Benjamin Spock falece em San Diego.

17 Terça-feira

Carlos Carvalho debate a problemática do euro com os alunos da Universidade da Beira Interior ■ O líder do grupo parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, afirma que o PS e o PSD tentam «impedir o Presidente da República e o Tribunal Constitucional de exercerem de forma livre as suas competências» em matéria de referendo ■ São entregues à Fundação Mário Soares, em Lisboa, pelo presidente da Junta da Extremadura, quatro *dossiers* alusivos à investigação realizada pela polícia espanhola sobre o assassinato de Humberto Delgado em 1965 ■ Murteira Nabo anuncia que a Portugal Telecom encerrou o exercício do ano transacto com resultados líquidos consolidados de 70,1 milhões de contos ■ Cerca de três mil deputados da Assembleia Nacional Popular elegem Zhu Rongji como novo primeiro-ministro chinês.

Avante!

Profetários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sôcio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sôcio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.ª A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

No pelotão da frente...

Sufrágio universal, livre expressão da vontade do Povo e vários outros sólidos pilares sustentam o edifício democrático que habitamos. Há quem diga e sustente e demonstre que, por exemplo, o sufrágio universal é cada vez mais uma enormíssima mascarada e constitui mesmo uma das grandes fraudes dos tempos actuais. Mas diz quem sabe que não senhor, que não é nada disso e que este nosso sistema democrático se não é perfeito para lá caminha a passos de gigante, como todos os dias temos oportunidade de constatar.

Há dias, um senhor chamado Ilídio Pinho, que julgo ser comendador, membro do PSD e pessoa de avultadas posses, procedeu a um acto curiosíssimo e cheio de significado: distribuiu pelas juntas de freguesia de maioria PSD lá do seu concelho a abundante quantia de 50 mil contos. A justificação de tão magnânimo acto é simples: no decorrer da campanha eleitoral das autárquicas, o comendador prometeu premiar financeiramente as freguesias que dessem a vitória ao PSD e, como é homem de palavra, veio agora cumprir a pro-

messa feita. Tudo muito lógico, tudo muito natural e, especialmente, tudo muito democrático. De tal forma que, aos que manifestaram estranheza face a esta peculiar forma de angariar votos, o comendador respondeu peremptório e conclusivo: «O dinheiro é meu e faço com ele o que quiser.»

É óbvio que ninguém tem nada a ver com a forma como o comendador gasta o seu dinheiro. E se ele considera a compra de votos um bom investimento de capital, quem há aí que possa impedi-lo de fazer o seu negócio? Aliás, e vendo bem as coisas, por que carga de água é que o comendador não haveria de poder fazer – com o seu dinheiro – o que outros fazem, inclusive, com dinheiro que não lhes pertence? Pois não é verdade que nessas mesmas eleições autárquicas, o PS, através do aparelho de Estado, comprou para si – com dinheiro que é de nós todos – os votos que pôde? E não é igualmente verdade que as quantias gastas pelo PS nessa operação fazem os 50 mil contos do comendador uma pequenina e insignificante gota de água? Aliás,

nada disto comporta qualquer novidade: trata-se, num caso como noutro, da repetição – adaptada às lusas realidades e dimensões e verbas – do que noutros países se pratica.

A compra de votos, com dinheiros de várias proveniências, para assegurar cargos diversos nos órgãos do Poder, é coisa normal e corrente, nomeadamente nos EUA que são, como toda a gente deveria saber, o expoente máximo deste modelo de democracia. Quem mais dinheiro tem, mais votos obtém: é esta a ordem natural das coisas. E quanto aos bretanas, aos que vivem do seu trabalho, contentem-se com a possibilidade que magnanimamente lhes é concedida de poderem votar de tantos em tantos anos e de, assim, elegerem quem aos homens da massa interessa que seja eleito. É assim a democracia... E uma coisa é certa: o caso dos cheques do comendador e as práticas eleitorais do PS confirmam que, também nesta matéria, Portugal está no pelotão da frente. Democraticamente. Pois claro.

■ José Casanova

Três farpas

Na passada sexta-feira, uma memorável notícia do «Público» arrancava assim: «Tudo começou em plena campanha autárquica. Num almoço onde estava Marcelo Rebelo de Sousa, o comendador Ilídio Pinho ofereceu dinheiro às freguesias onde o PSD ganhasse as eleições. Ontem cumpriu: de livro de cheques em punho, distribuiu 50 mil contos pelas juntas sociais-democratas, que receberam numa base de quatro mil escudos o voto no PSD.» Acrescentava ainda a notícia que o conhecido empresário afirmou que «o dinheiro é meu e faço com ele o que quiser».

A notícia fala como um livro aberto e, por isso, talvez baste lembrar que, se o dinheiro é de Ilídio Pinho e se ele julga poder fazer dele o que quiser, talvez não se deva esquecer que a democracia é nossa e os Ilídios Pinho não deverão poder fazer dela o que quiserem. E talvez seja também de lembrar que, um mês depois de assistir presencialmente à corruptora promessa de Ilídio Pinho, lá estava Marcelo Rebelo de Sousa a publicar no «Expresso» um artigo intitulado «PSD, partido de cartel. Não, Obrigado!» onde afirmava que o partido de cartel «é a perversão do voto e da democracia».

Depois de Seixas da Costa, secretário de Estado dos Assuntos Europeus, já ter tido a audácia de confessar que a pergunta proposta pelo Governo para o referendo sobre matéria europeia «se destina a confirmar uma opção que nos parece hoje maioritariamente apoiada pelo povo português», chegou a vez de Freitas do Amaral declarar que a questão da pergunta «não é fundamental», pois «o que é fundamental é dar aos portugueses» a possibilidade de «confirmar as decisões» que os responsáveis políticos nacionais têm tomado nos últimos anos

em relação à integração do País no espaço europeu. Ficamos assim a saber que o insigne catedrático de Direito, que já há trinta anos era assistente de Direito Constitucional, acha espantosamente que a pergunta não é fundamental e que, pelos vistos, qualquer uma serve, desde que seja para «confirmar» o que já antes foi decidido sem consulta ao povo português. E ficamos também a saber que nem Seixas da Costa nem Freitas do Amaral jamais conseguirão entender que cada um é livre de lutar pelo resultado do referendo que quiser, mas ninguém tem o direito de dizer que um referendo é só para «confirmar» seja o que for. Pela simples razão de que todos e cada um dos referendos só podem ser para consultar os portugueses, e tanto para confirmar como para negar, consoante a sua soberana vontade.

Na manhã de passada terça-feira, a rádio trouxe-nos a gulosice propagandística do Sr. Leston Bandeira, director de comunicação da Portugal Telecom, embrulhada no argumento de que os dados do INE revelariam que uma alegada baixa das «comunicações» teria determinado uma baixa da inflação, o que só comprovaria a teimosa propaganda da empresa que lhe paga o ordenado.

O Sr. Leston Bandeira nem sabe no que se foi meter. É que agora ficamos todos à espera que o INE esclareça o País como é que «arranjou» essa misteriosa baixa das «comunicações». É que tais «dados», longe de credibilizar a propaganda da PT, só podem adensar as já fortes suspeitas de falta de credibilidade dos dados sobre a taxa de inflação em Portugal.

■ Vítor Dias

OS XERIFES do Mundo

Mal a Humanidade suspirava de alívio pela solução diplomática encontrada para o conflito iraquiano, os fabricantes de crises aproveitaram a explosiva situação no Kosovo para aí se estabelecerem em cheio e justificarem o seu título de «xerifes» do Mundo.

Ora a situação não pode ter apenas como ângulo de observação os noventa por cento de albaneses. É preciso não esquecer que o Kosovo é o berço da nação sérvia e que ali se travaram batalhas históricas entre os sérvios e os ocupantes turcos. Foi em Pristina (capital do Kosovo) que os sérvios foram derrotados no século XIV pelos turcos. É essencial ter presente que esta percentagem tão elevada de albaneses não foi sempre assim ao longo do século. Há 100 anos a maioria era sérvia. Na 2ª Guerra, o Estado fantoche da «Grande Albânia» formado pelos italianos e depois alemães massacrou e expulsou a população sérvia da região central de Kosovo.

Depois do fim da segunda guerra e no quadro da Federação Jugoslávia, Tito e da direcção da LCJ intervieram no sentido de facilitar a concentração de albaneses no Kosovo em detrimento dos sérvios.

Sabe-se como nos Balcãs todos os territórios estão profundamente misturados de nacionalidades e etnias. E as diversas nacionalidades aceitaram as fronteiras dentro duma Federação como era a Jugoslávia, mas destruída essa Federação, por obra da Alemanha de Kohl, aquilo que era pacífico deixou de ser.

Há muito tempo que várias organizações políticas albanesas optaram pelo separatismo e pela via armada, contando com fortes apoios da Albânia, de círculos dos EUA, de emigrantes na Alemanha e na Suíça. Essas acções militares têm visado não só alvos militares sérvios como cidadãos sérvios e albaneses. A escalada de ataques militares dessas organizações não deixou indiferentes as autoridades de Belgrado. Os fabricantes de crises, com todo o seu poder «comunicacional» substituíram o Iraque pelo Kosovo e de novo vieram diabolizar a Sérvia absolvendo os «amigos» kosovars. Os que são cúmplices pelos massacres de curdos, palestinianos, timorenses, kanakes, sahauris, das mulheres afegãs vítimas dos «taliban», dos indígenas de Chiapas, no seu apetite voraz de dominarem o mundo e «fabricaram» esta crise nos Balcãs. Com os «media» que controlam conseguiram passar de Bagdad para o Kosovo e em doses cavalares de emoção a fim de impedir o lado racional e complexo da realidade.

Se é perfeitamente legítimo que uma população de 90% de albaneses afirme a sua identidade nacional e reivindique um estatuto de autonomia, não deixa de ser legítimo que a Sérvia defenda as fronteiras internacionalmente reconhecidas. E não deixa de ser curioso que a recusa do diálogo não provém das autoridades sérvias, mas sim de alguns dirigentes albaneses que defendem a independência do Kosovo, bem sabendo que uma tal posição não encontrará qualquer base de diálogo do lado sérvio.

E também não é de pouca importância que de entre as várias formações albanesas nem todos tenham a mesma posição. Não se deve confundir grupos armados que lutam militarmente contra os sérvios e organizações de carácter político que lutam no quadro da Sérvia por um estatuto diferente do Kosovo.

Seja como for a melhor solução, por mais complexa que seja, há-de basear-se no diálogo e na busca de uma solução que tendo em conta a existência no Kosovo de 90% de albaneses também há-de ter em conta a integridade territorial da actual Jugoslávia.

Não muito longe dos Balcãs, no Médio Oriente, mais concretamente na Cisjordânia, terra palestiniana, os ocupantes israelitas continuam a matar palestinianos violando todos os Acordos assinados em Madrid, Oslo e Hébron. Israel possui o sexto maior arsenal nuclear do mundo. E, no entanto, não só não sofre quaisquer sanções, nem embargos, como é tido como um parceiro de todo o mundo ocidental.

Sucesso fez-se eleger pelos seus amigos pela sexta vez consecutiva. Às suas ordens, o exército indonésio continua a massacrar o povo timorense e a reprimir a luta do povo indonésio pela liberdade, mas os EUA e as potências europeias tudo esquecem quando os negócios com a Indonésia lhes dão chorudos negócios...

■ Domingos Lopes



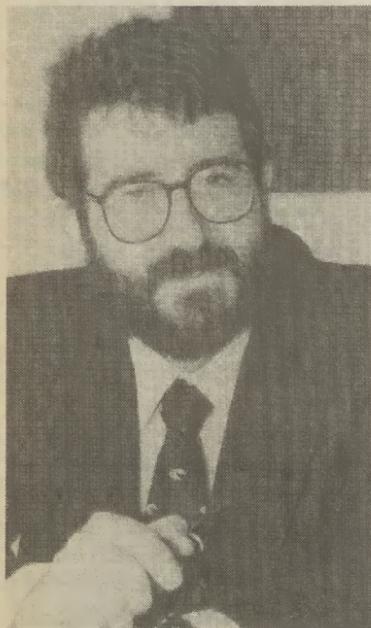
Foto: Jorge Caria

José Barata-Moura é eleito Reitor da Universidade de Lisboa

O Professor José Barata-Moura foi esta semana eleito Reitor da Universidade de Lisboa, numa eleição de elevada participação (votaram 97% dos 327 membros da Assembleia da Universidade, uma afluência recorde). José Barata-Moura obteve uma vitória expressiva ao conquistar 188 votos, contra os 122 alcançados pela outra concorrente, a Professora Maria José Miranda, registando-se apenas sete votos brancos e um nulo. O novo Reitor da Universidade de Lisboa substituiu o Professor Meira Soares, que ocupou o cargo durante 12 anos consecutivos. Na brilhante carreira acadé-

de apoio à investigação» e «desenvolver diligências concertadas (...) no sentido de equipar a UL nos seus diferentes sectores dos meios humanos e materiais necessários». Na **Cultura**, «impõe-se recuperar a Universidade como espaço gratificante de vida», nomeadamente com o lançamento de «um programa anual congregador de acções culturais dos seus membros (...) aberto à população universitária e à comunidade», «a dinamização do património cultural da UL», «o fomento da prática desportiva no "campus", o estímulo e o apoio ao desporto escolar universitário». No **Financiamento**,

«é incontornável prosseguir a correcção solidária de assimetrias no interior da UL, no âmbito de uma coresponsabilização estratégica». Na **Gestão**, «há que promover a procura conjunta de uma definição de critérios, apontada ao enraizamento de uma cultura de qualidade no domínio da gestão administrativa, financeira e de marketing», o que deverá «dar também o seu contributo para uma situação financeira



mais equilibrada e para um desempenho mais eficaz da missão da UL». No **Pessoal (docente e não docente)** José Barata-Moura entende que «a questão estratégica, neste domínio, é a da renovação dos quadros», defendendo «a dotação e preenchimento dos quadros apropriados, a viabilização das justificadas expectativas de promoção nas carreiras, a dignificação dos sistemas retributivos». Quanto aos **Estudantes**, «é indispensável promover e acolher a participação enriquecedora dos estudantes em todos os processos conjuntos de construção da sua Universidade», defendendo ainda o aprofundamento e a transformação dos **Serviços Centrais**, a dotação da UL com as **infraestruturas** necessárias ao desempenho das suas funções, «designadamente no que toca à docência, investigação, serviços e espaços de utilização comum», a afirmação da **Acção Social Escolar** «como instrumento efectivo ao serviço da melhoria das condições de realização académica nas suas várias vertentes» e, no plano da **Cooperação e Relações Exteriores**, o incremento da cooperação universitária no plano nacional e internacional, «fomentando o intercâmbio com as grandes congéneres europeias e norte-americanas, dedicando uma atenção especial à área da lusofonia e envolvendo todas as unidades institucionais (Faculdades, Departamentos, grupos) como os seus membros (docentes, investigadores, estudantes, quadros da administração)».

de apoio à investigação» e «desenvolver diligências concertadas (...) no sentido de equipar a UL nos seus diferentes sectores dos meios humanos e materiais necessários». Na **Cultura**, «impõe-se recuperar a Universidade como espaço gratificante de vida», nomeadamente com o lançamento de «um programa anual congregador de acções culturais dos seus membros (...) aberto à população universitária e à comunidade», «a dinamização do património cultural da UL», «o fomento da prática desportiva no "campus", o estímulo e o apoio ao desporto escolar universitário». No **Financiamento**, «é incontornável prosseguir a correcção solidária de assimetrias no interior da UL, no âmbito de uma coresponsabilização estratégica». Na **Gestão**, «há que promover a procura conjunta de uma definição de critérios, apontada ao enraizamento de uma cultura de qualidade no domínio da gestão administrativa, financeira e de marketing», o que deverá «dar também o seu contributo para uma situação financeira

de apoio à investigação» e «desenvolver diligências concertadas (...) no sentido de equipar a UL nos seus diferentes sectores dos meios humanos e materiais necessários». Na **Cultura**, «impõe-se recuperar a Universidade como espaço gratificante de vida», nomeadamente com o lançamento de «um programa anual congregador de acções culturais dos seus membros (...) aberto à população universitária e à comunidade», «a dinamização do património cultural da UL», «o fomento da prática desportiva no "campus", o estímulo e o apoio ao desporto escolar universitário». No **Financiamento**, «é incontornável prosseguir a correcção solidária de assimetrias no interior da UL, no âmbito de uma coresponsabilização estratégica». Na **Gestão**, «há que promover a procura conjunta de uma definição de critérios, apontada ao enraizamento de uma cultura de qualidade no domínio da gestão administrativa, financeira e de marketing», o que deverá «dar também o seu contributo para uma situação financeira

Demissão nas Finanças dá crise no Governo

Por alegadas e insanáveis divergências com o ministro das Finanças, Sousa Franco, a secretária de Estado do Tesouro e das Finanças, Manuela Arcanjo, apresenta a sua demissão ao primeiro-ministro António Guterres, abrindo mais uma crise governamental. Contrariando todas as expectativas e previsões, António Guterres substituiu a secretária de Estado demissionária pelo deputado socialista por Aveiro, João Carlos Silva, que desempenhava as funções de secretário da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças. Uma das acusações que surgiram, de imediato, perante esta escolha do primeiro-ministro, foi a de este estar a partidizar cada

vez mais o Executivo. O novo secretário de Estado tem 33 anos, é licenciado em Direito e tido como muito ligado ao grupo económico de Ilídio Pinho, sendo também admi-

nistrador do Banco Nacional de Investimento e da Rural Seguros. Na estrutura partidária, é presidente da Comissão Política do PS de S. João da Madeira e membro do Conse-

lho de Jurisdição do PS de Aveiro. A demissão de Manuela Arcanjo constitui a 18ª «baixa» do Executivo de António Guterres, desde que tomou posse em 28 de Outubro de 1995.



BRISA arrecada 21,1 milhões de contos

A empresa BRISA, concessionária das auto-estradas no nosso país, arrecadou no ano de 1997 um receita líquida de 21,1 milhões de contos, correspondendo a um crescimento de 74% em relação ao ano anterior. As cobranças de portagem, principal fonte de receita da BRISA, ascenderam a 47,573 milhões de contos, contra 41,482 milhões de contos apurados no ano anterior, enquanto as despesas totalizaram apenas 14,4 milhões de contos. Entretanto, as participações financeiras obtidas pela empresa somaram 40,8 milhões de contos, dos quais 26 milhões oriundos da União Europeia. Neste quadro de lucros quase geométricos, o presidente da empresa, Van Hoof Ribeiro, já afirma que, na segunda fase de privatização da BRISA prevista

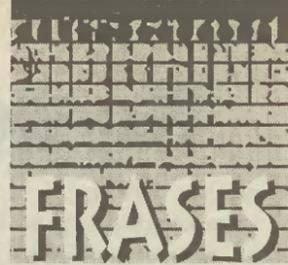
para o segundo trimestre deste ano, «14 por cento é pouco» como *tranche* de acções a colocar no mercado.



Amazónia a arder

Um incêndio que dura há já dois meses no Estado de Roraima, no Norte do Brasil, já consumiu meio milhão de hectares de selva amazónica, continuando as chamas a lavar numa extensão de 30 quilómetros na reserva dos índios Ianomami, registando-se, segundo os dados disponíveis e até ao momento, milhares de hectares de pasto queimados, 12 mil cabeças de gado perdidas, populações indígenas sem água e uma nuvem de fumo que alastra por mais de 300 quilómetros. A catástrofe está relacionada com o fenómeno clima-

térico *El Niño*, que provocou uma seca persistente na região amazónica. O governo brasileiro, que não deu inicialmente importância ao desastre, alugou agora uma frota de 22 helicópteros a uma empresa da Venezuela para combater os incêndios, enquanto os garimpeiros estão a ocupar as zonas ardidas e os madeireiros a aproveitar o desastre para negociar a madeira ardida, acções que, segundo denúncias já antigas, têm contribuído para fragilizar a Amazónia e torná-la mais vulnerável a este tipo de catástrofes.



“Estou à esquerda deste Governo.”

(Alberto João Jardim, Público, 17.3.98)

“Um dos meus maiores gozos é ver no poder, em nome da esquerda, os tipos que nos anos 70 falavam contra os Champalimauds, os Espíritos Santos, os Mellos e que agora lhes deram todos os sectores estratégicos do Estado.”

(idem ibidem)

“Avisei Cavaco de que quem poderia voltar a trazer a esquerda ao poder era Soares e não Guterres. Teimoso, não queria chatices com o PR. Entreteve-se com o Guterres e o resultado está à vista.”

(idem ibidem)

“Em todo o lado, onde a esquerda está a governar com as técnicas e os objectivos da direita, há uma crise destas.”

(António Lobo Xavier, O Diabo, 17.3.98)

“Apesar da aparência, o PSD não está muito melhor que o PP.”

(idem ibidem)

“Neste momento, a governação Guterres é praticamente igual à governação Cavaco e, por isso, a esquerda do PS está diminuída.”

(Victor Cunha Rego, Diário de Notícias, 15.3.98)

“O papel do PCP é muito mais importante do que o do PP.”

(idem ibidem)

“Apesar de o PCP estar a descer, mesmo nas autárquicas onde perdeu algumas câmaras simbólicas, perdeu-as por poucos votos e pode recuperá-las. A implantação do PC, em algumas zonas do País, é real.”

(idem ibidem)

“[Daqui a 20 anos o PCP ainda terá a importância que tem hoje?] Poderá até ter mais. Veja o que se passa noutros países. A meu ver, o futuro dos partidos comunistas tem dois caminhos possíveis: o caminho da social-democratização, como aconteceu com o grande Partido Comunista Italiano, ou soluções como a Refundação Comunista. Estes últimos continuarão a existir enquanto partidos assumidamente comunistas e não sei se uma revisão daquilo que foi e é o marxismo, numa crise económica que possa surgir, por exemplo, na Europa, não sei, dizia eu, se essa situação não dará a esses partidos um papel importante.”

(idem ibidem)

TRABALHADORES

Contra os milhões do negócio e as ilusões das promessas

Na Sodía a opção é lutar

Serão mais de 650 os despedidos na ex-Renault de Setúbal, segundo foi denunciado numa concentração realizada na semana passada, no Largo da Misericórdia. A capital do Sado ouviu duras críticas ao Governo e calorosas palavras de solidariedade para com os trabalhadores, que continuam dispostos a prosseguir a luta pelo emprego e por garantias de futuro.

Centenas de trabalhadores concentraram-se dia 11, quarta-feira, na baixa setubalense para exigirem ao Governo que honre os compromissos e os informe, até final do mês, como vão ser resolvidos os seus problemas.

O encerramento da ex-Renault de Setúbal, anunciado pelo Governo para Julho próximo, vai deixar sem emprego 593 trabalhadores da fábrica, que executa a montagem do modelo Clio. No entanto, este número oficial foi corrigido por um dos representantes dos trabalhadores. José Pina, intervindo na concentração, disse serem «muito mais», uma vez que não estão a ser contabilizados os 25 trabalhadores do refeitório, os 22 da limpeza e os da pintura. Segundo aquele membro da CT da Sodía, citado pela Agência Lusa, o total de despedidos em consequência do encerramento da fábrica deverá ultrapassar as 650 pessoas.

Rui Paixão, coordenador da USS de Setúbal e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, alertou para o agravamento da situação social que o fecho da ex-Renault acarretará, sublinhando que o distrito de Setúbal não comporta mais desemprego «a juntar aos mais de 44 mil desempregados que já hoje existem».

José Fernandes, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos e trabalhador da Sodía, acusou o Governo de «só ter mentido e aldrabado» no contacto com os trabalhadores. «O Governo está a fazer o contrário do que fazia o Robin dos Bosques, está a roubar aos trabalhadores para dar à Renault», acusou, alegando que a Sodía deu 700 mil contos de lucro em 1997. Além deste resultado, sublinhou que a empresa «tem qualidade e dignidade, uma vez que está a montar 110 carros, em vez dos cem



Os trabalhadores e as suas organizações representativas têm tomado posições firmes e consequentes em defesa do emprego e dos interesses do País (foto de uma manifestação em Lisboa, em Abril de 1996)

acordados com a Renault francesa».

Jovens mas velhos

Pela constatação de que «aos 40 anos sou jovem para viver, mas velho para trabalhar» exprimiu o sindicalista o drama que enfrentam os trabalhadores da

ex-Renault. Na concentração — que terminou com um desfile até ao Governo Civil — foi reafirmada a exigência de alternativas de emprego por parte dos responsáveis políticos e foram levantadas sérias reservas às soluções até agora faladas, desde a criação de microempresas (que ocupariam 30 a 40 trabalhadores) até à negociação de

reformas antecipadas (menos de duas dezenas).

«Não nos venham oferecer migalhas», enfatizou um dos oradores, sustentando que o Governo promete emprego para 450 trabalhadores «sem dizer o que vão fazer, nem quanto vão ganhar». Em contrapartida, é um dado adquirido que «o negócio entre o Estado e a Renault foi um

negócio da China para os dois», protestou, sustentando que o Estado vendeu à Renault Francesa os 25 por cento que detinha na Renault portuguesa por 18 milhões de contos e adquiriu a fábrica de Setúbal (com um valor estimado de 9 milhões de contos) por um milhão de contos.

No âmbito do «plano social», segundo foi informado na concentração, 57 pessoas vão receber indemnizações inferiores a três mil contos e 118 receberão indemnizações entre três e quatro mil contos, disse. Os números apurados pela CT da Sodía indicam que apenas 49 trabalhadores vão receber mais de dez mil contos, e destes, só dez recebem mais de quinze mil.

Os grupos parlamentares do PS e do CDS/PP foram criticados por ainda não terem respondido aos pedidos de audiência solicitados pela Comissão de Trabalhadores. Durante a concentração, foram referidas várias moções de solidariedade que os trabalhadores da Sodía têm recebido.

Sindicato dos Metalúrgicos previne novamente

Numa moção que fez chegar à concentração de Setúbal, a direcção do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul lembra que «previu e preveniu atempadamente, na base das informações que os ministros e/ou secretários de Estado iam prestando aos órgãos de comunicação social e à CT, que o desenlace do processo Renault francesa com o Estado português ia trazer graves consequências para os trabalhadores que são hoje da Sodía».

Para o sindicato, «está hoje confirmada a total incapacidade do Governo do PS e dos seus ministérios para se empenharem com a força e determinação de que o problema carecia e carece, no sentido de encontrar uma solução que servisse cabalmente os interesses dos trabalhadores, o futuro da unidade fabril, o progresso económico e o desenvolvimento da região e do País». Assim, «não faz sentido que o Governo apregoe aos quatro ventos o seu combate ao desemprego e depois, na práti-

ca, não crie as condições para evitar mais um despedimento encapotado de um número tão significativo de trabalhadores», que o sindicato estima em cerca de 600.

Relativamente à criação de microempresas ou à possibilidade de trabalhadores da Sodía serem absorvidos por outras empresas, o sindicato considera que «são soluções que a vida se encarregará de demonstrar que não terão viabilidade prática nem irão resolver o problema dos trabalhado-

res». «O que irá ter lugar, de facto, é mais um despedimento encapotado, de umas largas centenas de trabalhadores, num concelho e num distrito com um dos maiores índices de desemprego no País», afirma o sindicato, expressando «solidariedade e apoio» à luta do pessoal da Sodía e repudiando «a atitude do Governo do PS na condução deste processo, que tantos problemas irá trazer à vida e futuro dos trabalhadores e, consequentemente, aos seus agregados familiares».

«Grande greve» na Saúde

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública entende que «o Governo tem agora de decidir se quer resolver o problema ou se prefere que a luta continue». Numa nota que distribuiu ao fim da tarde de sexta-feira, a FNSFP classifica a paralisação de dia 13 como uma «grande greve», que deu expressão à «mobilização» dos auxiliares de Saúde para exigirem do Governo o cumprimento dos compromissos assumidos em Dezembro de 1996, quando chegou ao fim um longo processo negocial, iniciado em 1994, sobre reestruturação e revalorização de carreiras no sector.

Sublinhando que, «caso o Governo não resolvesse rapidamente o problema, os trabalhadores reafirmam a sua vontade e mobilização para defender a publicação do projecto negociado»,

a federação indica alguns «dados mais significativos» da adesão à greve: 95 por cento no Hospital S. José, no Hospital da Guarda e no Hospital dos Covões; 80 por cento nos hospitais Santa Maria, Santa Marta, D. Estefânia, Curry Cabral, Capuchos; 70 por cento no Hospital de Castelo Branco, no Instituto Português de Oncologia (Lisboa), no Hospital S. Francisco Xavier, no Hospital Garcia da Horta e no Hospital de Abrantes. Os níveis mais baixos (entre 30 e 44 por cento) verificaram-se no Hospital de Santiago do Cacém, no Hospital Pulido Valente e no Hospital do Outão. No Hospital do Barreiro a adesão foi de 76 por cento, no de Angra de Heroísmo chegou aos 83 por cento e na Maternidade Bissaya Barreto a paralisação foi cumprida a cem por cento.

Protestos chegaram aos accionistas do BCP

Os sindicatos dos bancários denunciaram quinta-feira passada aos accionistas do Banco Comercial Português a «atroz situação laboral» que se vive no Grupo BCP/BPA. O protesto, refere a Lusa, foi promovido pelos sindicatos dos bancários do Norte, do Centro e do Sul e Ilhas, durante a Assembleia de Accionistas do BCP, que decorreu no Palácio da Bolsa, Porto.

Os sindicalistas aproveitaram para entregar ao presidente do BCP, Jardim Gonçalves, e aos accionistas presentes um documento em que denunciam a

«gestão terrorista e desumana» da administração.

Para os sindicatos envolvidos nesta acção de luta, a situação que se vive no Grupo BCP/BPA tem «graves consequências na vida pessoal e profissional dos trabalhadores, que resultam da não subscrição do Acordo Colectivo de Trabalho Vertical em vigor no sector e da recusa em cumprir o anterior».

No documento dirigido aos accionistas, os sindicatos salientam que nada os move contra o BCP e o BPA, mas têm «muito contra a administração liderada por Jardim Gonçalves», que

admitem poder estar a conduzir o grupo para «terrenos movediços», com uma «concepção fundamentalista da gestão que está a desumanizar as empresas do grupo».

Jardim Gonçalves é acusado de ter «declarado guerra aos sindicatos». Estes afirmam que, «apesar das nossas propostas conciliatórias, permaneceu numa atitude maximalista de intransigência e quer a total desregulamentação das relações laborais», ao encarar como «letra morta» questões como os horários de trabalho, as categorias e carreiras profissionais, as promoções e os direitos sindicais e sociais.

TRABALHADORES

Vitória na TAP

Nas eleições para a Comissão de Trabalhadores, que tiveram lugar dia 11 de Março, saiu vencedora, com 6 mandatos que garantem maioria absoluta, a lista B, que teve na base da sua formação comunistas e outros trabalhadores democratas. A lista A, afecta ao Partido Socialista, obteve 4 mandatos, enquanto a lista C, constituída por elementos afectos ao PSD, apenas conquistou um mandato. Este resultado premiou o trabalho realizado na CT cessante pelos elementos da lista B, que se mantêm, na sua maioria, na defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e da TAP como companhia de bandeira de interesse estratégico nacional e na desmistificação dos projectos de privatização da empresa. Às eleições para a CT da Carris, realizadas a 25 de Fevereiro, concorreu apenas uma lista, integrando comunistas e outros democratas, que se propõe actuar de acordo com o lema «modernizar a Carris defendendo os direitos».

Congresso da Festru

Decorre amanhã, no Forum Municipal do Seixal, o 7º Congresso da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos, que tem por lema «Intervir no presente, construir o futuro, por trabalho com direitos, melhores transportes». Entre os grandes temas que se colocam hoje aos trabalhadores do sector, a Comissão Executiva da federação adianta que estarão em debate o excesso de tempo de trabalho, os baixos salários, a precariedade de emprego e as condições de trabalho desumanas. Deverão ser aprovadas propostas sobre a definição legal de doenças profissionais específicas, a inclusão dos tripulantes nas profissões de desgaste rápido e a respectiva redução da idade de reforma. Em análise estará também a situação nas empresas do sector, as lutas na Carris, no Metro, nos STCP e nas empresas saídas do desmembramento da RN, e ainda uma decisão sobre «a luta a desencadear a curto prazo pelos camionistas».

Lisboa

A concessão a privados de serviços municipais merece a oposição do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, que numa nota emitida segunda-feira se insurge contra a situação criada na zona de Espaços Verdes correspondente ao Campo Grande (junto ao museu da cidade), alertando que o mesmo está previsto para a limpeza do largo do Jardim do Campo Grande.

Luta na Unicervi pode ir até dia 27

Os 230 trabalhadores da distribuidora da cerveja Sagres no distrito de Setúbal continuam a série de greves parciais, pela segunda semana consecutiva, concentrando-se junto aos portões da empresa, em Palmela e Grândola.

Caso o conselho de gerência persista em não comparecer nas reuniões de conciliação para discutir a actualização salarial, os trabalhadores deverão prolongar as greves parciais até 27 de Março, conforme a intenção manifestada num plenário que teve lugar na madrugada de segunda-feira.

Segundo o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, o conselho de gerência da Unicervi «recusa-se a negociar qualquer actualização de salários em 1998 e acabou por recusar-se a participar em reunião no Ministério do Trabalho, em data por si proposta».

O CESSul, nas notas que divulgou à imprensa, contesta a alegação de dificuldades financeiras por parte da gerência e afirma que, em 1997, foram gastas «dezenas de milhares de contos em trabalho suplementar, realizado por deficiente organização e gestão». O sindicato afirma que parte destes custos foram contabilizados como pagamentos de prémios ou ajudas de custo, salientando que um melhor funcionamento disponibilizaria meios financeiros suficientes para pagar «durante vários anos» os aumentos salariais reclamados.

Tem sido denunciado o facto de alguns carros pesados, «conduzidos pelos poucos fura-greves», fazerem as ligações a Vialonga e ao Luso e a grandes superfícies do distrito de Setúbal «em contração das normas de segurança, sem tacómetros, com excesso de carga» e «estranhamente, sem serem controlados pela Brigada de Trânsito da GNR».

A paralisação abrange o período das 8 às 11 horas e as duas últimas horas do turno da tarde.

Brisa

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços pediu na semana passada a passagem à fase de conciliação do Ministério do Trabalho, para tentar desbloquear as negociações salariais na Brisa.

Num comunicado que distribuiu à imprensa no dia 12, a Fepces/CGTP acusa a administração da Brisa de recusar ir além de uma média de cem escudos por dia nos aumentos salariais. A federação aponta outras graves razões para esta atitude, realçando que «os tra-

balhadores são penalizados se lhes morre mais que um familiar num ano, se gozarem as férias a que têm direito por casamento, se tiverem no ano mais que duas consultas médicas e se forem requisitados para a função sindical», devido a conceitos e cláusulas relativas à assiduidade e avaliação de desempenho que, com o aval das estruturas da UGT, a administração pretende incluir no Acordo de Empresa.

A Brisa, recorda a Fepces, «no passado, não admitia no seu quadro de efectivos mulheres portageiras» e ainda há hoje edifícios de apoio às barreiras de portagem onde não existem casas de banho e vestiários para ambos os sexos. «Mais recentemente, proibia a entrada ao serviço a todas aquelas que se apresentassem vestidas com calças», acrescenta o comunicado.

Estes problemas foram resolvidos, tal como o acesso das mulheres a cargos de chefia (a Fepces diz mesmo aguardar as primeiras promoções para felicitar as trabalhadoras).

Auto Sueco

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Norte acusou na semana passada a Auto Sueco de

não respeitar o direito ao trabalho ao convidar alguns trabalhadores a rescindirem os contratos.

«Nos últimos dias, os trabalhadores, nomeadamente do sector administrativo, têm sido chamados a um advogado, que os convida a rescindir o contrato em nome de uma qualquer reestruturação», refere um comunicado do CESNorte, citado pela Lusa.

Para o sindicato, a atitude da empresa é «ilegal», «prepotente» e «contrária às regras mais elementares do direito ao trabalho», estando a ser feita uma «coacção individual». A Auto Sueco é uma empresa «economicamente saudável, que apresentou milhares de contos de lucros em 1997», salienta o sindicato, adiantando que a situação voltará a ser analisada em plenário marcado para hoje e durante a qual os trabalhadores poderão adoptar uma «resposta adequada» à ofensiva da administração.

Abandonada por Viriato Pina Moura

CEE não paga salários

Os 200 trabalhadores da CEE-Empresa Europeia de Confecções, que desde 26 de Fevereiro mantêm uma vigília permanente junto às instalações da fábrica, em Barcelos, deslocaram-se no dia 12 até à Câmara Municipal. Ocorrendo em dia de feira semanal, esta acção visou alertar a população e exigir medidas para a dramática situação que se vive naquela empresa, que não paga

salários desde Janeiro e para a qual não são apresentadas perspectivas de futuro.

Ao dar conta da luta na CEE, a União dos Sindicatos de Braga refere que o administrador Viriato Pina Moura (irmão do ministro da Economia) «abandonou a empresa em Dezembro, entregando-a a um familiar que não apresenta qualquer solução para o problema». O advogado da

empresa é o dirigente socialista António Reis, que «recusa dialogar, esclarecer os porquês desta situação e contribuir para o encontrar de soluções», afirma a USB/CGTP.

Novotex

A administração da Novotex - Indústria de Calçado deixou de pagar salários a dez trabalhadoras que se recusaram a assinar novos contratos de trabalho, já que esta substituição conduziria à perda de antiguidade e de direitos, e acabou por tomar a decisão de as despedir.

A denúncia foi feita sexta-feira pelo Sindicato dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, que considera o despedimento ilegal e «mais uma prepotência da administração da Novotex». O sindicato relata que, colocadas perante a falta de pagamento de salários, as trabalhadoras decidiram enviar cartas à empresa para requerer a aplicação dos mecanismos previstos na Lei 17/86 (salários em atraso); só que as cartas não foram aceites, o que suscitou recurso das trabalhadoras para a Inspeção do Trabalho, que autou a empresa e aplicou coimas, passando às trabalhadoras os documentos necessários para terem acesso ao Fundo de Desemprego. Suspensa legalmente a prestação de trabalho, a Novotex decidiu o despedimento, alegando abandono dos postos de trabalho.

Na Galiza ganha-se três vezes mais

Os trabalhadores do Norte de Portugal auferem, em média, 37 por cento dos salários praticados na Galiza, revela um estudo realizado em Espanha e divulgado na semana passada pela União de Sindicatos do Porto.

De acordo com a Análise Comparada das Realidades Económico-Laborais da Galiza e Norte de Portugal, estudo realizado por sindicatos galegos com base em dados estatísticos de 1995, a disparidade entre as duas regiões é mais acentuada em sectores como o comércio, hotelaria e restauração (no Norte de Portugal ganha-se 27 por cento do salário na Galiza), outros serviços destinados a venda (29 por cento) e material de transporte (30 por cento).

Os salários aproximam-se mais nos sectores dos serviços das instituições de crédito e seguros (53 por cento), administração geral (49 por cento) e produtos metálicos (48 por cento).

A USP/CGTP, num comunicado citado pela Lusa, considera gritantes as diferenças entre as duas regiões vizinhas e sublinha que os vencimentos «não acompanham o aumento do custo de vida, com o salário mínimo a servir, cada vez mais, de referência nos poucos empregos que vão sendo criados».

A USP salienta que os salários em Portugal são os mais baixos da União Europeia, o que se está a traduzir num aumento das desigualdades na distribuição do rendimento: «Dez por cento da população portuguesa concentra quase metade da riqueza (47,5 por cento)» e «29 por cento das famílias são pobres», o que constitui «o maior nível de pobreza da UE».

Reportando a um estudo comparado da Direcção-Geral do Comércio e da Concorrência, a USP realça que, num cabaz de compras com 30 produtos essenciais, os preços em Espanha são 2,6 por cento inferiores aos praticados em Portugal e os salários 2,8 vezes superiores.

TRABALHADORES

CT da Telecom contra negócio dos carros

Os veículos de distribuição pessoal, atribuídos a chefias da Portugal Telecom, estão a proporcionar «um negócio da China» que contraria as intenções de rigor declaradas pelas últimas administrações.

Numa nota informativa distribuída na semana passada, a Comissão de Trabalhadores da PT explica o caso que apresentou à administração e sobre o qual esta ainda não prestou os prometidos esclarecimentos.

Os carros distribuídos às chefias da empresa são adquiridos em *leasing* e, ao fim de cerca de

3 anos, é proposta a sua aquisição pelo valor residual do contrato (entre 300 e 400 contos). O responsável a quem está atribuída a viatura tem possibilidade de a adquirir por esse preço simbólico, inferior ao valor real, pelo que só precisa encontrar um comprador para conseguir arrecadar «centenas de contos de

receita extra, sem pagar qualquer imposto», pois alguns carros até são de gamas bastante caras.

A CT, com indignação, denuncia outra prática que surgiu: «Um mês ou dois antes dos 3 anos, houve chefes que resolveram mandar fazer revisão geral - pintura nova, pneus novos e tudo o mais que pudessem elevar o valor da viatura, através dos serviços responsáveis, ou seja, pago pela PT». Diz a CT que «houve casos em que o negócio se realizou para o cliente do chefe antes da chegada da

nova viatura» e, «como o chefe não podia ficar sem carro, a PT alugou provisoriamente um outro, até à chegada do novo».

Perguntando «onde está o tão apregoado rigor» e protestando contra o «silêncio cúmplice» da administração, a Comissão de Trabalhadores sugere que os veículos de distribuição pessoal, findo o *leasing*, sejam colocados em leilão perante todos os trabalhadores, revertendo para o fundo de pensões ou para obras sociais da empresa a diferença entre o valor residual e o melhor

preço oferecido. Num comunicado posterior, a CT insurge-se contra os «comissários políticos» que não actuam com o objectivo de «defender a PT e melhorar a sua imagem». É especialmente visado um administrador que, numa reunião de chefias, procurou «denegrir a imagem da CT, conotando-a com os grupos contestatários, com os partidos políticos e com os interesses da concorrência», declarações que «ilustram bem a imaturidade para o cargo que exerce nesta grande casa.

Álvaro Alemão não está sozinho

Trabalhadoras da Clínica das Amoreiras, administrada pelo médico Álvaro Alemão, que alegadamente utilizou em Portugal um medicamento ainda não autorizado contra a SIDA, co-responsabilizaram sexta-feira o Governo pela ilegalidade.

«O mal não deve ser imputado só àqueles que o praticam mas também àqueles que poderiam tê-lo evitado e não o fizeram», declara-se num comunicado da direcção do Sindicato da Hotelaria e das trabalhadoras do Hospital Clínico das Amoreiras. No documento, citado pela Lusa, recorda-se que, em devido tempo, o pessoal e o sindicato chamaram a atenção «para as ilegalidades cometidas pela administração do Dr. Álvaro Alemão».

Lembrando que a clínica foi em 1982 encerrada e alvo de processo-crime por suspeita de fraude, o comunicado refere que, em 1996, o tribunal devolveu a clínica àquele médico, que imediatamente afastou um sócio e o director clínico. «Ao mesmo tempo, instala um clima de repressão e perseguição aos trabalhadores e seus representantes», acrescentam, o que desencadeou o processo que levou mais uma vez ao encerramento ilegal da clínica, em Julho de 1997, deixando no desemprego 75 pessoas.

A Inspeção-Geral do Trabalho só actuou «depois de muito pressionada» e «ainda hoje não enviou os processos para tribunal». «As trabalhadoras sempre lutaram contra esta situação, conscientes de que a clínica, que tão bem conhecem, é viável, mas está a ser destruída por métodos estranhos e pouco claros, denegrindo a imagem que criou», salienta-se no documento

Fenprof quer retomar negociação da carreira

A Federação Nacional de Professores reclamou que até antontem fosse marcado o reinício das negociações sobre a estrutura da carreira docente, incluindo a grelha salarial, depois de os representantes do Governo se terem apresentado sem propostas na passada quinta-feira.

A reunião realizou-se por exigência da Fenprof, mantida mesmo depois de o Ministério da Educação procurar escapar-se a uma reunião que não se enquadrava nas habituais normas de convocação: os sindicalistas anunciaram publicamente o dia e a hora em que se iriam apresentar no edifício da Avenida 5 de Outubro «em busca da grelha salarial».

Na nota emitida após a reunião, a Fenprof recorda que o ME começou por agendar esta negociação para Novembro de 1996, adiando-a depois para Maio de 1997. Mas apenas entre Setembro

e Novembro realizou algumas reuniões técnicas sobre o assunto. A 20 de Janeiro, em reunião negocial, o Ministério comprometeu-se a entregar o seu projecto em meados de Fevereiro. No dia 12 de Março, no entanto, «o ME continua sem apresentar qualquer proposta e confessa-se incapaz de dizer quando terá luz verde do Governo para o fazer», constata a Fenprof, para quem «estes adiamentos sucessivos são inaceitáveis, tanto mais que já foram concluídos os processos negociais de reordenamento das carreiras do regime geral e de um dos corpos especiais da Administração Pública».

O Secretariado Nacional da Fenprof previne que os professores responderão à continuação do impasse «com as acções e as lutas que em cada momento sejam consideradas as mais adequadas».

Subsídio de risco retroactivo para trabalhadores das autarquias

Os sindicatos dos trabalhadores da Administração Local e do Município de Lisboa reivindicam que o suplemento de insalubridade, penosidade e risco deve ter aplicação retroactiva a 30 de Junho de 1996. A posição foi defendida na conferência que o STAL e o STML levaram a cabo dia 12, no Teatro Aberto, e que terminou com uma deslocação das

três centenas de participantes até à Secretaria de Estado da Administração Pública, em Sete Rios.

O diploma que vem regulamentar aquele suplemento - segundo o secretário de Estado confirmou aos representantes sindicais na segunda-feira - vai ser publicado num suplemento do Diário da República com data de 10 de

Março. O presidente do STML, Libério Domingues, em declarações ao «Avante!», criticou a forma como este compromisso foi divulgado em alguns jornais, que pretendia ter por objectivo desmotivar os trabalhadores da participação na iniciativa da passada quinta-feira.

Os compromissos assumidos pelo Governo, quando

assinou o acordo de Janeiro de 1996, determinavam o encerramento dos trabalhos da Mesa 13 sobre esta matéria até 30 de Junho daquele ano. Mas as reuniões prolongaram-se muito para além deste prazo, até Agosto passado, ficando o projecto de lei a aguardar publicação desde Outubro, quando foi aprovado em Conselho de Ministros.

Na conferência da semana passada, os dirigentes e activistas sindicais salientaram que a prevenção e melhoria das condições e das situações de trabalho são um factor essencial para garantir e preservar a saúde, higiene e segurança no trabalho.

Os participantes no encontro responsabilizaram o Governo pelo atraso verificado na regulamentação do subsídio de risco, penosidade e insalubridade e afirmaram que os trabalhadores não podem ser prejudicados por esta demora.

Santos Brás, dirigente do STAL, disse à Agência Lusa que o encontro valeu a pena porque o Governo já marcou três reuniões negociais para este mês, em que serão discutidos aspectos relacionados com a reabertura das carreiras e as doenças profissionais.



A conferência reuniu mais de três centenas de representantes de trabalhadores de todos os concelhos

SPEL à venda

Separar os sectores civil e militar da Sociedade Portuguesa de Explosivos é uma medida que pressupõe a intenção de entregar a primeira daquelas áreas ao capital privado, afirma a Comissão de Trabalhadores da SPEL. Numa apreciação da situação da empresa, feita no final do mandato do conselho de administração, a CT expõe graves preocupações quanto ao futuro da empresa. Pela crise que se tem arrastado desde 1993, a CT responsabiliza o Governo, os principais accionistas (um dos quais é a Indep, integrada na holding estatal para as indústrias de Defesa, a Empordef) e o CA cessante.

IPSS pelo contrato

A rápida conclusão das negociações do contrato colectivo de trabalho, designadamente em matéria salarial, foi exigida no sábado, no plenário de trabalhadores de Misericórdias e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social. Uma resolução, ali aprovada por unanimidade e divulgada pelo sindicato da Função Pública do Sul e Açores, afirma a decisão dos trabalhadores de «desenvolver as acções de luta necessárias à defesa dos seus direitos e interesses e à satisfação das suas reivindicações».

Este sector abrange mais de duas mil instituições, com cerca de 50 mil trabalhadores e 250 mil utentes, mas continua a não ter as suas relações laborais reguladas por um contrato colectivo, protesta-se na resolução.

Ferrovíários insistem

«Apesar das ilegalidades, a greve de 9 de Março foi um êxito», afirma o Sindicato dos Ferrovíários do Centro, num comunicado em que apela à «mobilização e unidade de todos os ferroviários, independentemente da sua categoria e filiação sindical, para a continuação da luta em defesa dos nossos direitos e dignidade humana e profissional».

Recordando os efeitos da elevada adesão à greve, o sindicato declara que, caso as empresas persistam na confrontação, a resposta dos ferroviários continuará a ser dada. Entre as principais reivindicações incluem-se aumentos salariais justos, a defesa dos direitos e dos postos de trabalho, o fim da discriminação na atribuição de prémios.

Organizações assinalam os 77 anos do PCP

À nossa Redacção continuam a chegar notícias de iniciativas comemorativas do 77º aniversário do PCP, realizadas pelas organizações em todo o País.

Sob o lema «Uma Festa à Esquerda», a Comissão Concelhia de Bragança do PCP promoveu um convívio de aniversário no centro de trabalho local que incluiu um lanche, com apontamentos musicais e de poesia, e contou com a intervenção política de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP.

A partir da 16 horas, já com o centro de trabalho repleto de militantes, simpatizantes e outros democratas, iniciou-se o lanche constituído por vários produtos que foram oferecidos para a iniciativa.

Lídio Correia, eleito pela CDU na Assembleia Municipal, falando em nome da concelhia, referiu alguns aspectos da situa-

ção política local, sublinhando a importância do papel e da intervenção do PCP. Aquele dirigente local realçou ainda as ofertas feitas ao Partido por ocasião do seu 77º aniversário, com destaque para um centro de flores oferecido por uma militante e para um quadro de acrílico simbolizando Abril, oferecido por António Afonso, pintor, poeta e democrata bragançano.

O artista fez questão de dirigir uma carta à organização do PCP onde explica que «porque sempre defendi princípios democráticos e porque reconheço



Convívio de aniversário em Bragança



Aniversário na emigração

No Brasil, cidade de São Paulo, no dia 7 de Março, juntaram-se num almoço mais de duas dezenas de portugueses e amigos brasileiros. Na iniciativa foram expostos diversos materiais, livros e imprensa do Partido. Para breves intervenções, usaram da palavra José Reinaldo, responsável do Sector Internacional do PC do B, Ernesto Picheler, do PCB, e o deputado estadual paulista pelo PC do B, Jamil Haddad, que destacaram a dura luta e a persistência do PCP não só durante os longos anos do fascismo, contribuindo decisivamente para a Revolução do 25 de Abril e as conquistas dela decorrentes, como também na sua acção firme nos tempos conturbados logo após a queda do campo socialista com o desaparecimento da União Soviética, dando um importante exemplo político aos demais partidos comunistas.

Durante a iniciativa foi ainda lida uma saudação enviada pelos militantes do núcleo do PCP no Rio de Janeiro, e em nome do Partido, Alexandre Pereira realçou a importância do comunicado do Comité Central de 15 de Fevereiro que propõe a todos os militantes e organizações do PCP o desenvolvimento de um vasto movimento de reflexão, debate, tomada de decisões e adopção de medidas visando um novo impulso na organização, intervenção e afirmação política do Partido para a construção de um novo rumo democrático para Portugal.

Canadá

Na cidade canadiana de Toronto, teve lugar no passado dia 8 de Março, um almoço de aniversário em que participou Miguel Figueiroa, líder do Partido Comunista Canadiano. A intervenção central esteve a cargo de António Santos, coordenador da organização local, que falou sobre momentos da história do Partido e abordou algumas questões discutidas na última reunião do Comité Central. O secretariado da organização aproveitou a iniciativa para lançar uma campanha de fundos de apoio ao reforço e intervenção dos comunistas portugueses na emigração.

Suíça

As comemorações realizadas na Suíça contaram este ano com a participação do deputado comunista José Calçada, que esteve entre os dias 6 e 10 de Março, nas cidades de Zurich, Valais e Neuchâtel. Nestes três convívios muitos foram aqueles que não sendo comunistas participaram na Festa de aniversário do mais antigo e resistente Partido português. Nas suas intervenções, José Calçada sublinhou que «o PCP é uma partido indispensável na cena política portuguesa» e que «com 77 anos é um par-

tido jovem e sempre virado para o futuro», afirmou. O deputado lembrou ainda que o recenseamento eleitoral é um dos objectivos prioritários dos comunistas na emigração.

Alemanha

Em Hamburgo, na Alemanha, a organização do Partido, no passado dia 7 de Março, promoveu um jantar de aniversário que juntou os militantes que residem na região. Também em Osnabrück, por iniciativa da organização local do Partido, realizou-se um jantar-convívio no Centro Português que reuniu mais de trinta pessoas.

Inglaterra

Já em Londres, no quadro das comemorações, decorreu uma sessão pública que teve a participação de João Armando, do Comité Central do Direcção da Organização na Emigração. Este dirigente aproveitou a sua estadia para reunir com o organismo local que discutiu e aprovou uma conjunto de medidas visando uma maior ligação do Partido com a comunidade portuguesa. Entre as prioridades, destacam-se a campanha de recenseamento eleitoral e a campanha de fundos.

A delegação do PCP, composta por João Armando e Luís Rebelo, esteve ainda na secção local do Conselho das Comunidades Portuguesas, onde foi informada da actividade e projectos deste organismo, que lamentou a falta de apoio material por parte do Governo português para a instalação da sede.

França

O aniversário do PCP foi assinalado em Paris com jantar-convívio, em que participou Henrique de Sousa, membro do CC e do Secretariado do PCP. Este dirigente participou igualmente nos trabalhos da 10ª Assembleia de Organização da Região de Paris, e acompanhado por outros membros da direcção local do PCP foi recebido na sede do PCF por uma delegação encabeçada por Serge Guichard, membro do Comité Nacional e responsável pelo sector da Imigração. Henrique de Sousa encontrou-se ainda com o embaixador de Portugal e com o cônsul em Paris. Reuniu igualmente com a direcção da Coordenadora das Colectividades Portuguesas de França e com o coordenador da secção local do CCP.

Em Angola, mais de três dezenas de pessoas assinalaram os 77 anos do PCP com um animado convívio promovido na cidade de Luanda, no passado dia 7 de Março.

O aniversário do Partido foi também comemorado em Macau no decorrer de um jantar-convívio que juntou mais de uma dezena de militantes.

o papel histórico do PCP na defesa da democracia como valor social em todas as suas vertentes, esta oferta pretende ser a minha homenagem humilde a todos quantos com sacrifício das suas próprias vidas, lutaram pela dignidade, igualdade e natureza da Pessoa Humana, pela paz, liberdade e por Abril», concluindo que «por isso o tema da obra é Memória de Abril».

Na sua intervenção, Agostinho Lopes começou por referir-se ao Manifesto Comunista: «150 anos depois que precursora lucidez apresenta nas suas teses centrais o texto de Marx e Engels. Que brutal actualidade nas contradições e antagonismos desvendados, mesmo que hoje, com forma, conteúdos, dimensões e qualidades diferentes. Que adivinhados caminhos estão presentes na teoria revolucionária do Manifesto.»

Analisando o percurso da luta travada pelos comunistas desde 1848, data da publicação do Manifesto, até Lênine e a revolução bochevique, Agostinho Lopes deteve-se mais

demoradamente no papel desempenhado pelo PCP na sociedade portuguesa, onde nasceu e existe para defender os trabalhadores e o povo.

Quase a terminar, o dirigente do PCP, referindo-se à situação política actual, abordou a política de direita desenvolvida pelo Governo do PS, sublinhando que «perante os problemas que os portugueses enfrentam hoje, no contexto da envolvente económica, social e política, nacional e internacional em que vivemos, ser comunista exige uma elevada capacidade de indignação e uma permanente inquietação. A indignação que nos impulse a agir perante a injustiça, a crueldade, a desumanidade, a violência, a exploração presentes no estado de coisas que nos cerca. A inquietação que nos leve a questionar as razões, os motivos, as causas que explicam a dificuldade de adesão política e eleitoral de tantos homens e mulheres, trabalhadores e cidadãos sérios, à nossa mensagem, aos nossos valores, à nossa luta».

O convívio terminou com a

leitura de poemas por Leandro Vale, director artístico do Teatro em Movimento, e pela professora Rita Pires, para além de outras actuações espontâneas que animaram a «Festa à Esquerda» até ao início da noite.

Algarve

Integradas nas comemorações do aniversário do PCP e dos 150 anos do Manifesto Comunista, estão previstas para os próximos dias várias iniciativas no Algarve. Assim, em Portimão, realiza-se amanhã, dia 20, um debate sobre a actualidade do Manifesto, tema que animará no dia seguinte outra sessão em Olhão, ambas com a participação de Aboim Inglez, membro do Comité Central do PCP.

Amanhã e sábado, decorrem em Silves e em Vila Real de Santo António debates sobre o tema «Governar à Esquerda, com que política, com que forças», com a participação de Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP.

Assembleia em Paris Com os olhos postos no futuro

Aprofundar e intensificar a participação dos militantes do Partido na vida social e política da comunidade portuguesa é o objectivo central das medidas aprovadas pela 10ª Assembleia da organização dos comunistas que vivem na região de Paris.

A reunião teve lugar no passado dia 8 de Março e contou com a participação de Henrique de Sousa, membro do Secretariado do CC do PCP. Foi aprovado o plano de actividades até ao final de 1999 que dá particular realce à campanha de recenseamento eleitoral e às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio. Foi decidido realizar um conjunto de debates públicos sobre diversos temas da actualidade, assim como preparar a participação nas festas do L'Humanité e do «Avante!». No centro das atenções estiveram igualmente os actos eleitorais previstos para o próximo ano, caso das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, assim como as eleições municipais em França, que deverão realizar-se no ano 2001, nas quais pela primeira vez a comunidade portuguesa poderá votar.

A Assembleia aprovou várias medidas em relação à sua estrutura orgânica visando envolver um maior número de membros do Partido na activida-

de e reforçar a sua influência e intervenção política junto da comunidade portuguesa. O organismo de direcção eleito é agora constituído por António Caetano, António Ribeiro, António Taipa, João Rufino, José Laurentino e José Roussado.

Intervindo no encerramento dos trabalhos, Henrique de Sousa referiu a importância da Assembleia no quadro das conclusões e decisões da última reunião do Comité Central, abordou de forma crítica as orientações da política de emigração do Governo PS, salientando a necessidade de a Assembleia «marcar um novo e vigoroso impulso no quadro do esforço de dinamização e rejuvenescimento da organização do Partido, quer para o combate pelos direitos dos emigrantes na sociedade francesa, quer por uma política de esquerda em Portugal que assegure a efectiva defesa dos emigrantes portugueses».

Já depois da Assembleia, o Organismo de Direcção da Região de Paris decidiu realizar uma iniciativa inserida na campanha de recenseamento eleitoral no próximo dia 28 de Março em Bobigny. No programa consta uma exposição sobre o 25 de Abril, um debate sobre o direito de votar em Portugal e em França e, no final, um piquenique.

PCP visitou Casal Ventoso

Uma delegação do PCP, dirigida por Francisco Lopes, da Comissão Política, esteve na passada segunda-feira, no Casal Ventoso, prosseguindo assim um vasto trabalho de estudo, reflexão e acompanhamento da situação do bairro e dos problemas da toxicodependência que o marcam como exemplo de hipermercado da droga e fim da linha de degradação humana para muitos toxicodependentes.

A visita teve como objectivo a verificação da nova situação existente, dos resultados das medidas recentemente tomadas e um maior conhecimento das perspectivas quanto ao plano integrado de recuperação e requalificação urbana e apoio, atendimento e tratamento de toxicodependentes.

A visita confirmou a gravidade da situação ali existente no plano da toxicodependência e mostrou a importância das medidas já tomadas.

Face aos problemas existentes e às medidas em curso, o PCP sublinha três questões:

— A necessidade de garantir o prosseguimento da renovação e requalificação urbana do bairro com a rápida construção dos fogos iniciados e o início de todos os que têm projectos e decisões preparadas para o efeito. Tal processo é essencial numa orientação que acabe com as características urbanísticas do actual bairro, que pelo seu carácter labiríntico facilita o tráfico de droga.

A sua concretização é fundamental para responder às preocupações da população do bairro, não se podendo limitar a uma transferência do gueto de um local para outro, mesmo que em melhores condições habitacionais, sendo por isso vital o prosseguimento de uma orientação que permita uma vivência social, com habitação, comércio, equipamentos colectivos e apoio à integração social a quem dela necessite.

— A garantia de que as medidas tomadas — eliminação do acampamento degradado que ali existia; criação de um dormitório para toxicodependentes sem abrigo; programas de metadona e atendimento, tratamento e encaminhamento de toxicodependentes — que há muito se impunham e que não se podem limitar a uma resposta pontual, serão prosseguidas.

É essencial que sejam integradas num programa de atendimento, tratamento e encaminhamento de toxicodependentes com o apoio adequado a cada caso, enquanto for necessário, e que sejam acompanhadas de medidas a nível nacional, cuja responsabilidade o Governo tem de assumir, de alargamento da rede pública de CAT, unidades de desabilitação e comunidades terapêuticas e de criação de um dispositivo nacional de apoio em zonas críticas como esta.

— O reforço do policiamento nas zonas do bairro que vão ficando limpas e a adopção de outras medidas para isolar e combater o tráfico de droga.

O PCP, aos diversos níveis de intervenção, empenhar-se-á na concretização destas orientações integradas numa acção mais geral de prevenção da toxicodependência e combate ao narcotráfico.



Os comunistas querem que as medidas já adoptadas no Casal Ventoso sejam prosseguidas (foto de arquivo)

Debate em Setúbal

«Manifesto não é um dogma»

A atitude crítica em relação aos seus próprios textos prova como Marx e Engels não entendiam os seus escritos como um dogma, assinalou Manuel Gusmão, professor universitário e membro do Comité Central do PCP, no debate que a DORS promoveu na passada sexta-feira, na Capricho Setubalense, na capital sadina, para comemorar os 150 anos daquela obra precursora.

Manuel Gusmão apoiou-se nos prefácios das reedições de 1872 (alemã) e de 1882 (russa), em que

os autores, mesmo considerando o Manifesto como «um documento histórico» que eles não tinham «o direito de modificar», defenderam que a «aplicação prática» dos seus «princípios gerais (...) dependem em qualquer lugar e sempre das condições históricas do momento». A título de exemplo, a evolução e posicionamento tanto dos Estados Unidos como da Rússia, não citados no contexto do último capítulo da obra, no espaço de menos de 40 anos (a primeira edição data de 1848),

conduziram Marx e Engels a projectar para estes dois países um protagonismo antes insuspeito e a admitir a razoabilidade da revisão do texto num ou noutro aspecto - «melhorando tal ou tal fórmula».

A sessão, que reuniu mais de 150 pessoas, teve como tema «A validade do Marxismo no final do Milénio» e propiciou um rico debate entre os presentes.

Questões diversas com a absorção de ideias ou princípios marxistas na comunidade filosó-

fica ou científica mesmo entre aqueles que não se reclamam do marxismo ou ainda o exercício do poder e os seus efeitos perversos, foram objecto de tratamento por parte de Manuel Gusmão. Recordando que o XIII Congresso do PCP definiu o marxismo-leninismo como «um sistema aberto a teorias», identificou como causas que provocaram o desmoronamento do sistema socialista a estagnação da teoria marxista, reduzida muitas vezes à substituição da análise pela citação e a total fusão do Partido com o Poder, entre outras.

Valdemar Santos, da DORS e do CC do PCP, que dirigiu o debate, recordou a última palestra de Manuel Gusmão em Setúbal, em 1996, subordinada ao tema «Será o capitalismo o fim da história?». Realizada em 9 de Maio, na antevéspera do grande comício internacionalista de Paris, em que o PCP esteve representado, «não foi preciso esperar um ano» - disse - «para que um PDG (presidente de direcção-geral) francês se dirigisse a Vilvorde, na Bélgica, e em conferência de imprensa decretasse o encerramento da fábrica Renault e o despedimento de seis mil trabalhadores, tendo-se virado em seguida para o seu assessor para lhe perguntar quanto tempo faltava para o próximo comboio de regresso a Paris». A mesma frieza está patente na actual situação da Sodis, ex-Renault em Setúbal, cujo encerramento iminente irá provocar o despedimento de 600 trabalhadores.

Reafirmando a solidariedade do PCP com a luta nesta empresa, Valdemar Santos criticou o grupo parlamentar do Partido Socialista por não ter aceitado receber a Comissão de Trabalhadores.

A sessão foi ainda aproveitada para saudar a eleição de Barata-Moura, militante do PCP, para o cargo de Reitor da Universidade Clássica Lisboa.

Conferências sobre a Moeda Única

Na passada terça-feira, dia de fecho desta edição, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, esteve na cidade da Covilhã onde de manhã visitou a Universidade da Beira Interior, proferindo, à tarde, uma intervenção sobre a problemática da adesão de Portugal à Moeda Única.

Esta iniciativa partiu do núcleo de Estudantes de Gestão da Universidade da Beira Interior (Ubigest) e integrou-se num ciclo de conferências intitulado «Gerir o Mundo», a decorrer durante os meses de Março, Abril e Maio.

Quinta-feira da passada semana, o secretário-geral do PCP esteve igualmente no Auditório da Universidade Portucalense, no Porto, onde participou numa conferência subordinada ao tema «A Europa e a Moeda Única».

Guarda e Castelo Branco Sim à Beira Interior

Reunidas no passado dia 11 de Março, as direcções das organizações regionais de Castelo Branco e Guarda do PCP debateram os temas da regionalização e do programa PROESTRELA, acertando acções comuns ou convergentes com vista ao desenvolvimento do interior do país e bem-estar dos trabalhadores e da população em geral.

As duas estruturas comunistas reafirmaram as suas posições sobre a regionalização, sublinhando a necessidade urgente da instituição das regiões administrativas, designadamente da Região da Beira Interior. Consideraram este processo como «um factor de democratização do Estado, potenciador de um desenvolvimento sustentado e um contributo para a diminuição das assimetrias», condenando «todas as manobras que visem o seu adiamento».

As DORS colocaram a tónica no esclarecimento sobre a importância da regionalização para o desenvolvimento económico, social e cultural do interior do País, «actualmente condenado a receber os restos e as sobras do investimento público, de que é exemplo claro a distribuição de verbas do PID-DAC/98, que atribuiu 85,2 por cento para o litoral e apenas 14,8 por cento para os distritos do interior.

Sobre o PROESTRELA, programa que o PCP há muito reclama e que o Governo acaba de aprovar, as direcções regionais consideram-no «uma resposta insuficiente e tardia». Sem prejuízo de uma posterior avaliação mais aprofundada, os comunistas recordam que o Governo tinha prometido o início da sua execução para o segundo semestre de 1997. Passado um ano e com os atrasos normais da administração pública, afirma o PCP, «é provável que apenas em 1999 se inicie verdadeiramente a sua execução, agravando-se desnecessariamente os problemas económicos e sociais» que deviam ser resolvidos pelo citado plano. Acresce que PROESTRELA «não substitui a necessidade de um Plano Integrado de Desenvolvimento que englobe todos os concelhos dos dois distritos».

As duas direcções regionais decidiram lançar uma iniciativa sobre o Desenvolvimento Regional, em que serão temas a aprofundar a regionalização e o PROESTRELA «não apenas pelos comunistas, mas por todos aqueles que queiram dar a sua opinião e contribuição para uma Beira Interior mais desenvolvida, onde os beirões encontrem condições e motivos para viver e trabalhar».



Centena e meia de pessoas participaram na sessão

Foto: Pedro Soares

CAMARADAS FALECIDOS

Altino Monteiro

Faleceu, com 84 anos, Altino Santos Monteiro, que estava organizado na Freguesia de Alcântara.

António Santos

Faleceu, com 68 anos de idade, António Maria Antunes Santos, membro do Partido desde 1982, organizado na freguesia da Cova da Piedade.

António Janeiro

Faleceu, no passado dia 24 de Fevereiro, António da Silva Janeiro. Membro do PCP desde 1977, era operário na empresa ARJAL, em Vendas Novas, onde desempenhou durante 18 anos funções nos órgãos de Freguesia, nomeadamente como secretário, presidente da Assembleia e actualmente presidente da Junta.

José Magno

Faleceu, no passado dia 12 do corrente, José Maria Flambó Magno, que contava 82 anos de idade. Militante comunista desde antes do 25 de Abril, foi várias vezes preso por motivos políticos. Pertencia à Freguesia da Moita, onde desenvolveu assinalável trabalho no movimento associativo, tendo sido fundador da Capricho Moitense.

Manuel Epifânio

Faleceu, com 88 anos, Manuel Epifânio, combatente antifacista, fundador do Centro de Reformados da Moita e militante do PCP desde 1974.

Aos familiares e amigos dos camaradas falecidos, o colectivo da redacção do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Plano Hidrológico Espanhol



O Partido Ecologista "Os Verdes" vai marcar um debate de urgência na

Assembleia da República sobre o Plano Hidrológico Espanhol, depois de considerar insuficientes as explicações dadas pela ministra Elisa Ferreira, na passada semana, no Parlamento. O anúncio foi feito pela deputada Isabel de Castro, à saída de uma reunião na comissão parlamentar de Ambiente, em que a ministra do Ambiente prestou contas sobre o andamento do Plano Hidrológico Espanhol. A deputada do PEV reafirmou a intenção do seu partido em manter a proposta de realização de um debate de urgência na AR, pedido pela primeira vez a 26 de Janeiro.

Demissão de Manuela Arcanjo



O líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, manifestou a sua

"estranheza total e completa" pela demissão da secretária de Estado ocorrer quando o primeiro-ministro e o ministro das Finanças estavam ausentes do País e por Sousa Franco ter afirmado que desconhecia a posição de Manuela Arcanjo.

Tudo começou com uma intervenção no período de antes da ordem do dia do deputado Marques Mendes, líder parlamentar do PSD, que classificou a demissão de Manuela Arcanjo como "uma baixa de vulto no Governo" e um "rude golpe desferido na política orçamental do País".

Ordenamento do território



A Assembleia da República aprovou, na generalidade, a proposta de lei de

bases de ordenamento do território. Votaram favoravelmente as bancadas do PS e do PP. Os restantes partidos abstiveram-se. O diploma do governo baixa agora à comissão parlamentar de poder local, onde será analisado em sede de especialidade. Trata-se de um diploma da maior importância, desde há muito aguardado, essencial para a definição das grandes linhas que devem nortear o desenvolvimento sustentável do território, na perspectiva da melhoria da qualidade de vida da população e da salvaguarda e correcta gestão dos recursos naturais e ambientais.

Lino de Carvalho acusa Governo hipoteca expansão da produção de azeite

A fixação de quotas de produção de azeite pela Comissão Europeia constitui uma proposta inaceitável para o nosso país, segundo o Grupo Parlamentar do PCP, que acusa ainda o Governo de estar a hipotecar a expansão do sector oleícola. Em debate de urgência requerido pelo PCP, Lino de Carvalho considerou não só inaceitável esta proposta da Comissão Europeia como a postura evidenciada em todo o processo pelo ministro da Agricultura.

O deputado comunista considerou que Gomes da Silva tem sido ultrapassado pelo Comissário Europeu da Agricultura, enquanto a sua colega espanhola desde há muito anda a negociar o aumento das quotas de produção de azeite para o seu país.

"É inaceitável a proposta da Comissão Europeia e a posição do ministro, que acredita mais no Comissário Fisher do que nos documentos que lhe são apresentados pelos partidos da oposição", argumentou Lino de Carvalho.

Para o deputado do PCP, a proposta da Comissão Europeia "procura-condicionar a

produção de azeite na Europa" e, além disso, impede a expansão do sector oleícola em Portugal, um dos poucos em que temos francas potencialidades e capacidade competitiva.

"Já estamos a importar metade das nossas necessidades", alertou Lino de Carvalho, para quem a proposta da Comissão Europeia irá "travar o Plano de Dinamização do sector" elaborado pelo Governo para "consumo interno", que previa o estabelecimento de uma quota de 120 mil toneladas/ano.

Ao contrário do plano governamental, Lino de Carvalho advertiu para o facto de a pro-



posta da Comissão Europeia apontar, na melhor das hipóteses, para o estabelecimento de uma quota de cerca de 40 mil toneladas, quando as necessidades portuguesas são de pelo menos 75 mil toneladas.

Em causa está, pois, uma proposta que na perspectiva da bancada comunista "prejudica os interesses portugueses e, em particular regiões como o

Alentejo e Trás-os-Montes", penalizando uma vez mais uma "produção específica mediterrânea".

Para o conteúdo negativo da proposta concorrem igualmente outras medidas consideradas gravosas e penalizantes para o nosso país, como sejam a substituição do preço de intervenção por uma ajuda ao armazenamento privado, a cessação da ajuda ao consumo, o fim da ajuda única específica aos pequenos produtores e a proibição de qualquer ajuda à plantação de novos olivais.

Por detrás das medidas preconizadas pelo Comissário Fischler, segundo Lino de Carvalho, estão os interesses das

As medidas preconizadas pela Comissão Europeia atingem duramente os interesses nacionais

grandes multinacionais do sector agro-alimentar, cuja implantação tem vindo a crescer na área dos óleos alimentares ao mesmo tempo que procuram "comprar e liquidar marcas nacionais tradicionais do azeite".

Neste contexto, para a bancada do PCP, urge criar uma "frente comum dos países produtores" que adopte uma firme posição de rejeição da proposta de regulamento da Comissão Europeia, defendendo simultaneamente a elevação da produção de azeite em toda a União Europeia para um mínimo de 1.850.000 toneladas, face às perspectivas de evolução dos mercados.

Lei de Saúde Mental Tratar sem reprimir

Baixou directamente à comissão, sem votação, faz hoje oito dias, a proposta de lei de Saúde Mental. Apreciado na véspera pelos deputados em sessão plenária, o diploma esteve longe de acolher o consenso dos partidos da oposição. Entre os aspectos mais polémicos, realce para o papel a atribuir a médicos e juízes na decisão de internar compulsivamente um doente mental.

O ministro Vera Jardim, que apresentou o diploma, justificando as alterações que o Governo pretende introduzir numa legislação com mais de 30 anos, definiu como seus objectivos o estabelecimento dos princípios fundamentais em matéria de saúde mental, a consagração dos direitos dos cidadãos afectados por doenças do foro psíquico e a regulação "exigente do processo de internamento".

O internamento compulsivo constitui, aliás, a questão fundamental em torno da qual se desenvolve toda a proposta do Executivo, a qual, na perspectiva do deputado comunista Bernardino Soares, contém "muitas soluções excessivas e erradas".

E uma delas, que perpassa todo o texto, é precisamente a lógica de que o doente mental é um perigoso suspeito, susceptível de ameaçar a segurança pública. Partindo deste pressuposto, procura-se justificar a "perspectiva repressiva", ignorando o que é mais importante em relação aos doentes mentais: "o seu tratamento", sublinhou o parlamentar do PCP, que condenou ainda no diploma a sobreposição da "função de protecção pública do Estado à de responsabilidade pública pela saúde mental dos doentes".

Esta foi de resto uma questão preponderante em toda a intervenção de Bernardino Soares. Por si lembrado foi, nomeadamente, que a privação de liberdade excepcional "não deve empurrar-nos para uma concepção repressiva das situações de doença mental, nem nos autoriza a descurar a

necessidade de garantir as melhores condições de internamento".

Para a bancada comunista importa, por conseguinte, garantir um entendimento quanto às razões que justificam o internamento sem consentimento. No entender de Bernardino Soares, para além das situações que se revestem de perigosidade social, válidos são ainda os casos que do ponto de vista médico-assistencial revelem ser este o caminho indispensável para prevenir agravamentos da doença mental e garantir o tratamento ou cura.

"O internamento compulsivo deve ser sempre encarado como um instrumento a utilizar quando estritamente necessário para o tratamento do doente" e, "mesmo nestes casos, a hospitalização é apenas uma parcela de todo tratamento, que integra também parcelas de cuidados terapêuticos e comunitários", argumentou o parlamentar do PCP.

Mas onde as críticas de Bernardino Soares à proposta de lei subiram claramente de tom foi no que considerou ser a "fortíssima judicialização da questão do internamento compulsivo em detrimento da autoridade médica". "Trata-se de uma solução que inverte as prioridades que deveriam presidir a esta questão", advertiu, antes de sublinhar que a valorização excessiva da perspectiva judicial conduz inevitavelmente ao "descurar da perspectiva médico-assistencial da questão e por consequência a menorizar a prioridade ao tratamento e à cura do doente".

Das restantes bancadas da oposição também se fizeram ouvir críticas ao Governo por pretender judicializar o internamento compulsivo, tendo PSD e PP pedido ao PS para que aceitasse a introdução de melhorias em sede de especialidade, solicitação à qual o deputado socialista, Alberto Marques, respondeu positivamente já no final da discussão.

Voto de pesar pela morte de Alda Nogueira

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de pesar pelo falecimento da antiga dirigente comunista Alda Nogueira, considerada uma mulher que, "abdicando de uma carreira de investigadora científica, desde muito nova abraçou os ideais da justiça social e do socialismo a que dedicou a vida inteira".

Alda Nogueira foi uma "abnegada combatente pela emancipação da mulher, destacada dirigente do PCP, que enfrentou com firmeza a tortura e a prisão nas cadeias fascistas, onde passou nove anos", afirma o voto de pesar apresentado pela bancada comunista.

"Enquanto deputada à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, Maria Alda Nogueira mostrou a sua rica e forte personalidade, combinando a vigorosa e apaixonada defesa das suas convicções com a sensibilidade e compreensão para com os problemas dos outros", lê-se no voto a que se associaram todas as bancadas parlamentares e o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos.

Almeida Santos proferiu breves palavras, enviando as suas condolências à família enlutada, e realçando a firmeza e coerência do seu comportamento: "havia nela a beleza da defesa das suas convicções".

Helena Roseta, em nome do PS, destacou a "grande intelectual e cientista" que foi Alda Nogueira, enquanto Eduarda Azevedo (PSD) salientou "o símbolo no combate ao antigo regime" que representa a antiga parlamentar. "Era uma pessoa de grande dimensão humana", salientou, por sua vez, Nuno Abecasis, do PP.

Os parlamentares guardaram em seguida um minuto de silêncio em memória de Alda Nogueira.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recuperação de toxicodependentes

Parlamento aprova projecto de lei do PCP

A Assembleia da República aprovou, em votação final, um projecto de lei do PCP que regula as condições de financiamento público de projectos de investimento respeitantes a equipamentos destinados ao tratamento de toxicodependentes. A lei aprovada, na sequência de iniciativa legislativa do PCP apresentada em Maio de 1997, vem pôr termo a uma situação de total discricionariedade no domínio do financiamento público de equipamentos destinados ao tratamento de toxicodependentes que sejam criados por iniciativa de instituições sem fins lucrativos.

Com a entrada em vigor da nova lei - que o Governo fica obrigado a regulamentar no prazo de 90 dias - ficam definidos os requisitos a que devem obedecer os projectos candidatos a financiamento público, as condições desse financiamen-

to, as obrigações das entidades beneficiárias e os mecanismos de fiscalização do correcto aproveitamento dos apoios concedidos.

Esta lei parte do reconhecimento de que, para além da importância e da responsabili-

dade fundamental dos serviços públicos no tratamento de toxicodependentes, não pode deixar de ser tido em conta o facto desta área constituir também objecto privilegiado de investimento por parte de entidades privadas. Perante a insuficiência dos serviços públicos de tratamento face ao elevadíssimo número de toxicodependentes, tem-se verificado o aparecimento de dois tipos de realidades: por um lado, o aparecimento de serviços privados, a praticar preços exorbitantes e a publicitar soluções infalíveis de tratamento, que se aproveitam do flagelo social da toxicodependência e do desespero de muitas famílias, para

obter vultuosos lucros; por outro lado, uma actividade dinâmica da parte de muitas instituições sem fins lucrativos seriamente empenhadas em minorar as pesadas consequências sociais e humanas da toxicodependência. É esta última realidade que, nos termos da lei, merece ser apoiada, segundo critérios e condições claramente definidos.

Na falta de uma definição precisa dos critérios a que deve obedecer a concessão de apoios por parte do Estado a projectos de investimento, permanece neste domínio uma excessiva margem de discricionariedade que não garante dois aspectos fundamentais: não

garante que só sejam concedidos apoios a entidades que apresentem garantias de qualidade e idoneidade dos serviços prestados, nem garante que não prevaleçam critérios de natureza política na decisão de atribuição de apoios para investimento.

Segundo afirmou o deputado comunista António Filipe no debate na generalidade, "o projecto do PCP visa colmatar uma lacuna existente na legislação em vigor, tornando mais transparente o financiamento público de projectos apresentados por organizações não governamentais no âmbito do tratamento de toxicodependentes. Com a aprovação deste

projecto de lei têm a ganhar todos os que estão realmente interessados em garantir condições de idoneidade na prevenção secundária de toxicodependentes e em garantir uma correcta utilização dos dinheiros públicos. Têm a ganhar os toxicodependentes e as suas famílias. Só terão a perder aqueles que estejam interessados em obter dinheiros públicos para fazer chorudos negócios à custa das desgraças alheias".

O projecto aprovado teve a abstenção do PP, os votos favoráveis de todos os restantes partidos, e aguarda já promulgação pelo Presidente da República.

Código Penal

Melhorar o combate à criminalidade

O Parlamento apreciou faz hoje oito dias uma proposta de lei que altera o Código Penal. Debatido simultaneamente foi um projecto de lei do PCP que altera disposições do mesmo documento relativas ao princípio da extraterritorialidade, ao abuso sexual de menores e outros crimes sexuais, à liberdade de imprensa e a ilícitos penais laborais.

Depois das fortes críticas que marcaram há nove meses idêntica iniciativa governamental e que ditaram na ocasião o seu chumbo pela totalidade dos partidos da oposição - um dos ataques mais cerrados, recorde-se, partiu da bancada comunista e prendeu-se com a sua frontal discordância relativamente à intenção do Governo de criminalizar os cortes de estrada -, o diploma agora em debate voltou a não passar sem reparos e críticas.

À deputada comunista Odete Santos não escapou, por exemplo, o facto de o Governo ter dado maior urgência ao diploma específico sobre a criminalização do exercício do direito à indignação (leia-se corte de estradas) do que à proposta agora apresentada, quando é sabido que essa foi uma das matérias que integrava o pacote de alterações ao Código Penal (CP) rejeitado em plenário o ano passado.

Quanto ao seu projecto de alterações, para a bancada comunista, o pressuposto de base que presidiu à sua redacção foi o de que o actual Código "pode ser melhorado naquilo que se mostre imprescindível ao combate à criminalidade". Nesse sentido, importa destacar as propostas de alteração ao artigo 5º em que se estabelece o alargamento da extraterritorialidade na aplicação da lei penal, por forma a conferir mais eficácia ao combate à pedofilia.

Pondo o acento tónico do seu discurso na área dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, "pela relevância dos bens jurídicos violados, nomeadamente porque muitas vezes são menores e mulheres que são vitimizadas", Odete Santos defendeu, entre outras medidas, o agravamento de penas relativamente ao abuso sexual de crianças, porquanto, afirmou, "não se percebe como a uti-

lização de menores na pornografia possa ser punida apenas com uma pena de prisão até três anos, pena igual, como consta do actual CP, à aplicação no caso de prática de actos exibicionistas".

A necessidade de "repensar os requisitos para a instauração do procedimento criminal" constitui outro dos aspectos defendidos por Odete Santos, na medida em que, observou, não são convincentes os argumentos dos que entendem que a "regra deve ser a exigência da queixa e que mesmo nos casos de menores de 12 anos a regra deve ser a não instauração de procedimento criminal, excepto quando o interesse da vítima impuser o contrário".

Preocupados com a exploração do trabalho infantil, os deputados comunistas inscreveram também no seu projecto a criminalização desta situação, defendendo que para o efeito basta provar a violação das normas que protegem os menores.

Sensível à matéria relativa às infracções laborais, de igual modo, é criminalizada a "infracção dolosa às regras de higiene, saúde e segurança no trabalho quando se verifique perigo para a vida e saúde dos trabalhadores".

Com apenas uma única salvaguarda, e no âmbito dos ilícitos laborais, o PCP entende ser "de acolher uma proposta do Governo relativamente à burla respeitante a trabalho".

Lembrado por Odete Santos foi ainda o facto de o combate à criminalidade e insegurança passar neste momento, fundamentalmente, por outras medidas, pelo que, disse, "ficamos à espera" para ver.

O deputado Luís Queiró (PP), por seu lado, criticou o facto de o Governo, com este novo articulado, ter abandonado rapidamente, em menos de um ano, "convicções e propostas tão veementemente assumidas na sessão legislativa passada".

Guilherme Silva, em nome do PSD, salientou ter valido a pena obrigar o Governo a pensar e reformular a proposta de lei (chumbada anteriormente), mas que, mesmo agora, "nem tudo são rosas" porque há coisas que são ineficientes.

Actividade da «secreta»

Repúdio pelas opiniões de Pedro Cardoso

O deputado comunista João Amaral voltou a inquirir o primeiro-ministro sobre as razões que determinam que o general Pedro Cardoso, tendo atingido o limite de idade há vários anos, se mantenha no exercício de funções com elevada responsabilidade nos Serviços de Informações. Esta tomada de posição, em requerimento dirigido a António Guterres, surge na sequência de anterior iniciativa da bancada comunista, de natureza idêntica, que acabou por provocar uma reacção do referido general tornada pública em comunicado.

No texto, de acordo com notícia do "Público", Pedro Cardoso diz que os seus artigos publicados na revista "Nação e Defesa" são «um exercício meramente académico sobre um modelo abstracto», adiantando ainda que «os portugue-

ses podem estar seguros que todas as actividades do Sistema seguem rigorosamente o que é definido na Constituição e imposto na lei».

Considerando que estas duas afirmações são "típicas da arte da contra-informação", João Amaral sustenta que elas "falham completamente o alvo". Por um lado, explica, porque tais artigos "são o trabalho de um especialista", a opinião de quem se notabilizou antes do 25 de Abril por ter sido o autor e dirigente do Serviço de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, que centralizava informações vindas, designadamente, da PIDE/DGS.

A opinião ainda de quem depois do 25 de Abril, acrescenta João Amaral, chefou o grupo de trabalho encarregue de realizar um projecto de ser-

viços de informações, que, do mesmo que chegou a ver a luz do dia, suscitou de imediato a viva repulsa de muitos democratas, incluindo de dirigentes do PS, dado o "carácter antidemocrático de que se revestia e os perigos que continha para os direitos fundamentais dos cidadãos".

Quanto à «legalidade» das actuações do SIS invocada por Pedro Cardoso, não é essa manifestamente a opinião de João Amaral, que considera mesmo a afirmação de "espantosa", uma vez que, recorda, é feita por quem exercia as mesmas funções nos tempos dos governos PSD, "quando o SIS se infiltrou no movimento estudantil, vigiou um tribunal na Madeira, perseguir organizações sindicais e de agricultores e pôs sob vigilância dirigentes políticos".

8 de Março

Dar voz às mulheres

8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Do seu sentido libertador e do significado que adquiriu na luta das mulheres pela igualdade voltou a falar-se no Parlamento. Pela voz da deputada comunista Odete Santos, recusando cumprir a formalidade de um mero ritual, foi sobretudo o pretexto para levar à Câmara a voz das mulheres anónimas que constroem a "força da intervenção política no feminino".

Num tempo em que o "avanço da luta convive com um neoliberalismo que quer construir os alicerces sobre o triunfo das desigualdades", segundo as suas palavras, foi sobre estas, em primeiro lugar, que Odete Santos centrou a sua atenção.

Desigualdades que se perpetuam e têm a sua génese em "violências de várias ordens", lembrou, citando, por exemplo, a que nasce da exclusão da mulher no mundo do trabalho, mas também a desigualdade patente no número de famílias pobres em que a "face visível é a da mulher".

Desigualdade que tem expressão, igualmente, nas questões do desemprego ou da precariedade do trabalho, nas ameaças à estabilidade de emprego, ou ainda na falta de alternativas profissionais para as jovens mulheres, nomeadamente para as licenciadas.

De todas estas situações falou Odete Santos, ilustrando-as com testemunhos concretos. De exemplos se socorreu também para falar, noutra plano, de conquistas. Pequenas e grandes vitórias, todas elas, só possíveis, por força da vontade combativa, do empenho na vida política, social e sindical de muitas mulheres.

Como, por exemplo, a lei da protecção das mulheres contra os crimes violentos, um diploma da iniciativa do PCP, aprovado em 1991, que, no entanto, lamentavelmente, ainda aguarda por regulamentação, como aliás sucede com a Lei que reforça os direitos das associações de mulheres.

Encontro em Macedo de Cavaleiros Para cá do Marão com a regionalização

O movimento "Para cá do Marão com a regionalização" reuniu, no passado dia 14, em Macedo de Cavaleiros, para um balanço da acção entretanto desenvolvida e definição de objectivos face ao quadro actual.

Publicamente lançado em 7 de Março de 1977, por 55 personalidades da região, o movimento dinamizou desde então um abaixo-assinado que visava defender a criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, a que aderiram centenas de cidadãos, associações e outras instituições, incluindo autarquias da região.

No balanço agora efectuado, o movimento considera que parte dos objectivos já foram atingidos com a aprovação, pela Assembleia da República, da Lei da Criação das Regiões Administrativas. Um quadro que sofreu entretanto significativas alterações, fruto de um acordo entre o PS e o PSD, que "vêm criar dificuldades imprevisíveis ao cumprimento do imperativo constitucional da criação de Regiões Administrativas", como é sublinhado nas conclusões do encontro de Macedo de Cavaleiros.

Neste novo quadro, o movimento decidiu:

* Propor, a instituições políticas, deputados, autarcas, organizações económicas, sociais, culturais e ambientalistas, o empenhamento conjunto, "de forma activa e participada" na defesa da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro. E ainda, a realização de um Fórum Regional, com o objectivo de ganhar o referendo, cuja realização passou a ser obrigatória;

* Exigir à RTP que a sua delegação em Bragança reformule a programação de forma a incluir debates sobre os problemas da região e vias para o desenvolvimento;

* Lançar desafio a todos os órgãos de informação regional no sentido de promoverem iniciativas com vista a debater a regionalização;

* Sublinhar que o apelo lançado pelo Presidente da República, para que se discuta o essencial da regionalização, vai ao encontro do principal objectivo do movimento de "contribuir para um debate

sério e alargado, sem aproveitamento político-partidário de qualquer natureza";

* Reafirmar que só com a regionalização será possível ganhar o desafio do desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Abaixo-assinado

"Portugal é mais país com as regiões! Trás-os-Montes e Alto Douro é mais português com a sua região!" é a consigna inscrita no abaixo-assina-

do dinamizado pelo movimento, em 1977, e que entretanto recolheu muitas centenas de assinaturas, nomeadamente de Adérito Branco, presidente do Fórum Nordeste; António Borges Coelho, historiador; António Lourenço Fontes, padre; Armando Carvalho, dirigente da CNA; Francisco Terroso Cepeda, economista; Frederico Neves, médico; Maria do Loreto, eng^a silvicultora; Mesquita Montes, presidente da Casa do Douro; Modesto Navarro, escritor; Paulo Vaz de Carvalho, professor universitário e músico; Rui Tadeu, professor e empresário; Virgílio Alves, eng^o zootécnico da UTAD.

Dia da Mulher comemorado em todo o País

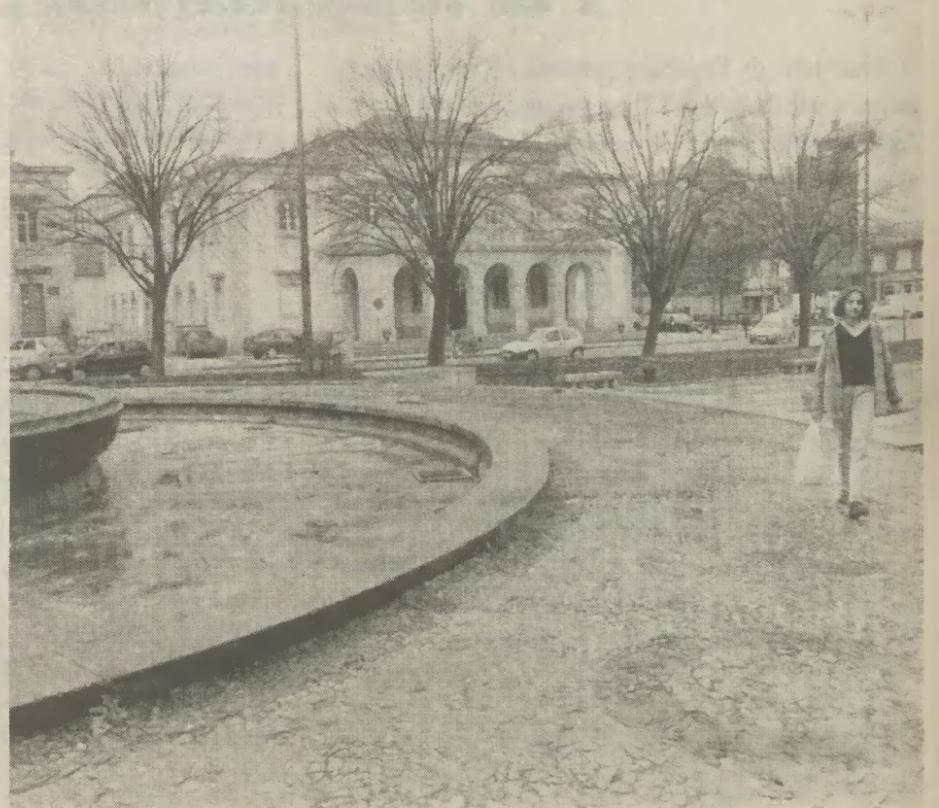
Múltiplas foram as iniciativas promovidas por todo o País no 8 de Março, envolvendo nomeadamente debates e festas. Largas centenas de mulheres participaram em acções como o desfile que culminou na Ribeira do Porto, o almoço no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, o encontro em Évora, com debate sobre os problemas do emprego, o espectáculo em Faro, onde é aprovado um conjunto de reivindicações, o almoço-convívio na Marinha Grande ou a iniciativa da Organização das Mulheres Comunistas, Parlamento sobre a Mulher, na Madeira.

Nestas diversas formas de comemorar o Dia da Mulher ressalta o debate e aprovação de um conjunto de reivindicações, em grande medida coincidentes e que no fundo reflectem os problemas do quotidiano e as mais prementes exigências na necessária resposta a tais problemas.

Direito ao trabalho com direitos, especial protecção da maternidade e paternidade, redução do horário de trabalho e criação de infra-estruturas sociais de apoio à família e à criança, diminuição da idade da reforma, prevenção de todas as formas de violência, uma educação para a igualdade, incentivo à plena participação da mulher em todas as esferas de decisão, generalização do planeamento familiar e educação sexual - são algumas das reivindicações amplamente partilhadas.

A exigência do retomar do processo legislativo de discriminação da IVG foi uma questão particularmente sublinhada.

No debate, em Montemor-o-Novo, sobre a mulher e o trabalho, de par do fim das discriminações, colocaram-se exigências como formação profissional, redução do tempo de trabalho, partilha de responsabilidades familiares.



O desenvolvimento do interior do País passa também pela regionalização



Comemorações do 8 de Março em Lisboa

CDU/Madeira

Um pacote de medidas pelos direitos da mulher

Em documento em que são abordadas alguns dos problemas que afectam particularmente a mulher, a CDU/Madeira define um conjunto de medidas e iniciativas nas áreas de sexualidade e planeamento familiar, violência, educação e trabalho.

No quadro do **planeamento familiar**, a CDU sublinha a necessidade de "reforçar a vertente do trabalho de campo e procurar chegar aos verdadeiros necessitados de apoio e aconselhamento" e de tratar a contracepção na adolescência como uma prioridade.

Em termos concretos, propõe-se: a criação de *Centros de Atendimento de Jovens*; a implantação, em todos os Centros de Saúde, de *consultas de Planeamento Familiar*; a criação de *unidades móveis* "que se desloquem aos lugares sociais prioritários, com possibilidades de

apoio técnico especializado na área materno-infantil"; assegurar uma ampla *informação* sobre os direitos das mulheres grávidas, através dos meios de comunicação social do sector público; garantir a *educação sexual* dos jovens, defendendo-se nomeadamente a criação da disciplina de educação sexual nas escolas; criação de uma linha de *atendimento telefónico* de educação sexual; desenvolver um programa de *prevenção dos abusos sexuais de menores* e resposta social aos abusos.

Medidas que garantam "uma pronta **protecção à mulher vítima de crimes de violência**" é outra das preocupações da CDU/Madeira que propõe a criação de um *Centro de apoio*, atendimento, abrigo e encaminhamento das mulheres agredidas; um *Gabinete SOS*, para atendi-

mento telefónico às mulheres vítimas de violência e ainda a instituição de secções para atendimento às mulheres vítimas de crimes, com pessoal feminino da PSP.

Na área da **educação**, a prioridade da CDU vai para a educação pré-escolar, sublinhando-se ainda a necessidade de "compatibilizar, durante todo o ano, os horários e o funcionamento das creches e jardins de infância com os horários de trabalho da mulher e das famílias".

A existência de "grandes situações de desrespeito pelos fundamentais direitos da mulher nas **áreas laborais**, é denunciada no documento da CDU, cujo grupo parlamentar deverá propor a realização, em Maio, de um encontro sobre "As novas organizações familiares e a conciliação entre a vida profissional e a família".

Caderno Vermelho n.º 5

Cerca de três centenas de pessoas estiveram presentes na sessão pública do lançamento do Caderno Vermelho n.º 5, que decorreu no Espaço Cultural Vitória, dia 12 de Março.

A sessão contou com um momento cultural no qual Elsa Valentim, Maria José, Mário Jacques, Luís Alberto, Jorge Silva, Jorge Estreia e Rui Mendes recitaram poesia de Brecht e Maria João Serrão, acompanhada ao piano por António Neves da Silva, cantou poemas de Brecht musicados por Kurt Weill e Hans Eisler.

Manuel Gusmão fez uma introdução ao novo número do Caderno Vermelho, destacando o 150º aniversário do Manifesto do Partido Comunista e o aniversário do nascimento de Brecht.

Sobre Brecht, sua vida e obra, interveio José Peixoto.

Alda Nogueira na toponímia da Amadora

Na sua última sessão, a Câmara Municipal da Amadora aprovou a inclusão do nome de Maria Alda Nogueira na toponímia da cidade, em homenagem ao seu exemplo de lutadora.

A proposta de homenagem, apresentada pelos vereadores eleitos pela CDU, foi subscrita pela unanimidade dos eleitos na Câmara.

Na proposta apresentada é esboçada uma breve biografia de Alda Nogueira, sublinhando-se que a sua vida "pela sua generosidade e coerência, pela abnegação e autenticidade de que sempre deu provas, pela simplicidade com que assumia a dádiva militante de si própria, torna insuficientes quaisquer homenagens".

Verdes alertam para catástrofe

Cerca de 300 km da floresta da Amazônia estão a arder - "a catástrofe ecológica de maior dimensão que jamais assolou o pulmão verde do planeta", alerta, em comunicado de imprensa, o Partido Ecologista "Os Verdes".

"Os Verdes" alertam para o perigo que esta catástrofe ecológica pode representar, "pondo em causa a riqueza da biodiversidade do planeta" e contribuindo para "uma profunda intensificação da desertificação", para além do facto de as "comunidades indígenas estarem completamente ameaçadas e de centros urbanos estarem já a sofrer consequências directas deste desastre".

Golfinhos morrem no Sado

A deputada Heloísa Apolónia, do grupo parlamentar de "Os Verdes", dirigiu ao Ministério do Ambiente um requerimento onde coloca um conjunto de questões sobre a morte de um conjunto de espécies da comunidade de golfinhos do Sado e a sua possível relação directa com a contaminação por metais pesados.

No requerimento ao Ministério do Ambiente a deputada de "Os Verdes" pergunta, nomeadamente, sobre os projectos concretos para preservar e estudar a comunidade de golfinhos do Sado e sobre que relação têm as mortes registadas "com eventuais contaminações destas espécies por metais pesados".

Recursos hídricos - impasse nas negociações

O impasse das negociações com Espanha sobre os recursos hídricos das bacias partilhadas é comentado em comunicado da Associação de Municípios do Distrito de Évora que sublinha que "para além de outras implicações no território nacional, está em causa a garantia da disponibilidade de recursos hídricos para o empreendimento de Alqueva, investimento estruturante do desenvolvimento do Alentejo".

Aparentemente, "o governo descurou a necessidade de avançar em tempo útil com as negociações", o que terá permitido ao governo de Espanha "avançar na concretização de algumas obras previstas no seu Plano Hidrológico Nacional, criando situações de facto que tornarão mais difícil assegurar os interesses nacionais e do Alentejo".

Agricultores do Faial com CDU

Realizou-se no passado dia 10, no Centro de Trabalho do PCP da Horta, um encontro entre delegações da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial (CALF) e da CDU.

Os dirigentes daquela cooperativa quiseram apresentar à CDU o projecto de construção de uma nova fábrica de lacticínios, projecto esse que já está a ser avaliado pelo IFADAP.

Na reunião procedeu-se a uma ampla troca de impressões sobre a agro-pecuária da região e a importância económica e social que a produção de leite e lacticínios tem para a ilha do Faial.

A CDU defende a aprovação e financiamento deste projecto.

Novo espaço de intervenção social

A Quinta da Fonte, na Apelação, passou a dispor de um novo espaço para intervenção social no bairro, onde será desenvolvido o projecto APELARTE, de desenvolvimento e promoção cultural das diversas comunidades aqui residentes.

Resultado da parceria entre a Câmara Municipal, a Cooperativa ETNIA e a Junta de Freguesia da Apelação, o projecto APELARTE tem como objectivos a prevenção de situações de discriminação racial e de exclusão e marginalidade sociais.

O projecto tem em curso um vasto programa de actividades como: aulas de construção de instrumentos musicais, actividades desportivas, aulas de danças portuguesas, ciganas e africanas -, jornal do bairro, exposições e debates temáticos e iniciação à fotografia e vídeo.

Alternativa positiva

"É importante continuar a ter vida social. Ser positivo é um desafio que se pode vencer." Com base nesta ideia, tem vindo a ser desenvolvido pela Alternativa Positiva e posto em prática um serviço de informação e apoio aos portadores do HIV e às vítimas da SIDA.

A edição da brochura "Ser Positivo" resulta de uma iniciativa conjunta entre a Câmara Municipal de Loures e a Alternativa Positiva - associação de informação e apoio sobre a SIDA, com sede em Lisboa, que trabalha em regime de ambulatório em vários serviços, tais como uma linha aberta, acompanhamento psicológico e consultas médicas.

Fenfrof divulga Convergência para a qualidade do Ensino Superior

A qualidade do Ensino Superior afirma-se como preocupação e objectivo comum da Federação Nacional dos Professores (Fenfrof), de 24 associações de estudantes, integrando as mais importantes academias do país, e dos Sindicatos da Função Pública, em representação do pessoal não docente.

Em conferência de imprensa realizada na sede da Fenfrof, segunda-feira passada, foi divulgado um documento de convergência das organizações representativas dos docentes e investigadores, estudantes e funcionários não docentes - **Convergência para a qualidade do Ensino Superior** - que reúne

propostas e exigências de todos estes sectores.

Na perspectiva da sua concretização, a Fenfrof irá participar num levantamento das dificuldades existentes nos estabelecimentos do ensino superior do País, cujos resultados serão apresentados em Abril, durante a "Semana da Educação no

Ensino Superior", uma iniciativa decidida conjuntamente no Encontro Nacional de Direcções Associativas (ENDA), que decorreu dias 7 e 8, em Lisboa.

Para já, a perspectiva, nas palavras de João Cunha Serra, coordenador do departamento do Ensino Superior da Fenfrof, é "um trabalho intenso de levantamento de problemas das escolas, para que serão constituídas plataformas regionais".

O documento agora divulgado, um trabalho conjunto em elaboração desde Novembro, tem como objectivo principal defender a qualidade do ensino supe-

rior, combatendo a política de "desresponsabilização do Estado prosseguida pelo Governo".

Como sublinhou ainda Cunha Serra, os subscritores desafiam o ministro da Educação "a abandonar os preconceitos que o têm levado a desprezar a importância do diálogo" com os parceiros educativos. As organizações representadas estão disponíveis para o diálogo com o objectivo de encontrar soluções construtivas para os problemas que afectam o ensino superior, pelo que vão pedir audiências ao presidente da Assembleia da República, ao ministro da Educação e aos presidentes do Conselho de Reitores e do Conselho Coordenador dos Politécnicos.

Bases programáticas

O documento de Convergência para a qualidade do Ensino Superior parte de quatro pressupostos básicos e alinha 31 propostas concretas que, de par das questões directamente ligadas ao ensino superior, aborda ainda outras, como as que se prendem com o estatuto dos trabalhadores-estudantes ou o alargamento dos quadros na educação pré-escolar e ensinos básico e secundário, "justificado pela necessidade de diminuição do número de alunos por turma e de criação de horários (lugares) considerando as horas relativas aos apoios educativos, à Orientação Escolar e Profissional e ao Ensino Especial".

Entre os *pressupostos básicos*, ressaltam o "aumento significativo dos recursos do Estado postos ao serviço do Sistema Educativo", aumento da justiça fiscal, uma "política de efectiva criação de oportunidades de emprego, compatível com o nível e a qualidade da formação adquirida" e ainda a participação dos parceiros sociais "na definição e aplicação de uma política educativa que represente um amplo consenso social".

A suspensão e revogação da Lei do Financiamento avulta entre as *propostas concretas*, onde se defende nomeadamente um sistema de Acção Social Escolar que promova "uma efectiva igualdade de oportunidades no acesso e na frequência do ensino superior" e a eliminação, a curto prazo, do *numerus clausus*, "obrigatoriamente acompanhada dos investimentos necessários para evitar a diminuição da qualidade do ensino".

A concluir, o documento considera necessária a garantia de aceitação, por parte das instituições, de "reuniões de discussão e de negociação com organizações representativas de docentes e investigadores, estudantes e funcionários não-docentes, com vista a encontrar soluções para a melhoria da qualidade do ensino superior".

Em síntese - uma exigência de efectivo diálogo.



Conferência de imprensa da Fenfrof

JCP

Encontro em Lisboa Protesto no Algarve

O 8º Encontro Distrital de Lisboa da JCP decorreu, no passado dia 15, no Centro de Trabalho Vitória e contou com a participação de cerca de 70 jovens comunistas dos diversos concelhos e sectores do Distrito.

O Encontro aprovou por unanimidade uma Resolução que contém as principais linhas de intervenção, organização e direcção para a Organização Distrital de Lisboa em 1998, das quais se destacam a dinamização de uma Campanha de Afirmação da JCP, a necessidade de reforçar a ligação e intervenção junto dos jovens do Distrito, em particular junto dos estudantes do ensino secundário e a tomada de medidas de organização e direcção que possibilitem alargar a participação na actividade e na organização da JCP no Distrito.

O Encontro elegeu, por unanimidade, a Direcção Distrital, organismo que dirige a JCP no Distrito, e que foi renovado em cinquenta por cento.

Noite de protesto

No âmbito da contestação à Lei de Financiamento do Ensino Superior, a JCP/Algarve organizou ontem, no Chessenta Bar, em Faro, uma **noite de protesto**. Uma acção que tem como objectivo a dinamização da luta na Universidade do Algarve e a participação na manifestação nacional em Lisboa, no dia 25 de Março.

A iniciativa incluiu um debate informal e contou com a actuação ao vivo do músico de intervenção

Zé Maria (ex-membro e fundador da Brigada Victor Jara).

Simultaneamente, e dada a proximidade entre a manifestação nacional e o Dia do Estudante (24 de Março), a JCP/Algarve decidiu antecipar a comemoração desse dia para amanhã, sexta-feira, promovendo um **jantar revolucionário**, pelas 20 horas, no Centro de Trabalho do PCP em Faro.

Uma jantar em que, "sobre a mesa, além de muita comida e bebida, estará a discussão informal e a troca de opiniões sobre a luta contra a injusta Lei de Financiamento do Ensino Superior e também sobre a apatia e desinteresse que reina no Ensino Secundário", como se afirma em comunicado de imprensa.

Liberdade de optar

A JCP de Póvoa de Varzim realizou, dia 13 de Março, um debate sobre a interrupção voluntária da gravidez, que contou com a participação da deputada comunista Odete Santos, e Helena Oliveira, médica obstetra e ginecologista.

Ao longo do debate foi particularmente sublinhada a questão da falta de tolerância - "... a despenalização não impõe a nenhuma mulher que vá fazer o aborto, a mulher fica com o direito de optar e de escolher, e tem essa liberdade. Mas esta lei impõe às mulheres que têm graves problemas, que façam abortos clandestinamente, de uma maneira insegura - é uma imposição".

**PARLAMENTO
EUROPEU**



Em Plenário

**Resumo da sessão plenária
do Parlamento Europeu
Estrasburgo, 9 a 13 de Março de 1998**

Direitos da Mulher - Celebração do Dia da Mulher, debate e aprovação de resolução (ver texto ao lado).

Acordo Multilateral sobre Investimentos - O PE votou maciçamente contra o prosseguimento das negociações sobre o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI). Apesar de não ser posto em causa o seu conteúdo, esta decisão é de grande importância, pois evidencia o secretismo com que alguns países e a Comissão Europeia, devidamente assistidos pelos grupos transnacionais, têm vindo a preparar, no âmbito da OCDE, um acordo que faz do investimento Rei, ignorando regulamentações nacionais (sociais, ambientais e outras), não aceitando qualquer tipo de "excepção cultural", colocando em causa aspectos essenciais da democracia. Um autêntico "Manifesto Capitalista".

Programas Plurianuais de Pesca (1996) - Sobre a concretização das orientações dos Programas de Orientação Plurianuais III, cujo período terminou no final de 1996, o documento aprovado evidencia o que o PCP tem dito: Portugal é um dos quatro países da UE que cumpriu os programas de redução da capacidade da frota entre 92 e 96 em todos os sectores e segmentos de frota. Não só cumpriu como ultrapassou os objectivos propostos. Enquanto isso, alguns dos demais Estados-membros, designadamente alguns dos que detêm frotas com maior capacidade e mais elevada produtividade, não só não cumpriram como aumentaram as suas possibilidades de pesca tanto no plano da tonelagem como no que diz respeito à potência. A constatação deste facto permite suportar a posição defendida pelo PCP de que os POP IV, em vigor até 2001, não deveriam ter afectado a frota nacional. Suporta a posição do PCP sobre a manutenção e mesmo desenvolvimento do esforço de pesca nacional.

O Euro e o Turismo - O parlamento aprovou um relatório sobre as consequências da introdução do Euro no turismo da UE, que é um dos principais sectores da sua economia. Face ao seu enfraquecimento (a parcela do turismo da UE no mercado global baixou 10% desde 1960), a autora considera que a chegada de uma moeda única pode permitir à Europa aproveitar devidamente o crescimento previsível do turismo mundial. Na sua intervenção, o deputado Sérgio Ribeiro reconheceu que alguns turistas terão decerto indiscutíveis benefícios com a introdução do Euro. "Na realidade virtual de uma moeda única forte comum a países com políticas de turismo diferentes, complementares e concorrenciais, não se pode ignorar ou desvalorizar a tendência de deslocação de fluxos turísticos para destinos extra-europeus, de oferta mais competitiva usando meios derivados de política cambial".

Cooperação judiciária em matéria penal - Face ao crescimento da criminalidade organizada e dos fenómenos ligados à fraude fiscal e branqueamento de capitais, o PE aprovou um relatório sobre o reforço da cooperação judiciária, que aponta para um aprofundar da articulação entre os Estados-membros da UE e reforço da sua colaboração, nomeadamente através de uma maior harmonização das diferentes legislações. Na sua declaração de voto, os deputados do PCP concordaram com os enunciados do relatório e com a necessidade de reforço da cooperação. No entanto, realçaram que essa cooperação se deve desenvolver ao nível intergovernamental, através de um efectivo recurso aos mecanismos existentes e não à custa de uma harmonização legislativa, conducente a uma supranacionalização das decisões.

Direitos Humanos na Colômbia - Aprovação de uma resolução que condena o assassinato do presidente do Comité Permanente para a Defesa dos Direitos do Homem na Colômbia, e solicitação ao governo colombiano para que investigue com urgência as circunstâncias do assassinato e leve os responsáveis a julgamento. Tendo em conta que, desde 1978, os grupos paramilitares que actuam em sintonia com o exército, executaram 30 membros deste Comité, o PE solicita ao governo para que demita os funcionários das forças militares e policiais que colaborem com aqueles grupos.

Futebol - Face à polémica decisão dos organizadores do próximo Campeonato do Mundo, em França, de restringir a distribuição de bilhetes (60% para o mercado francês, 20% para operadores e 20% para os demais países), o PE aprovou uma resolução que convida o Comité francês responsável pela organização a tomar rapidamente as disposições necessárias para tornar equitativa a atribuição de bilhetes aos outros países e para melhorar as condições de compra de bilhetes a partir do estrangeiro.

Dia da Mulher no PE Mais depressa se apanha um mentiroso...

Como é usual, o Parlamento Europeu não ignorou as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Este ponto foi contemplado na ordem de trabalhos da sua sessão plenária de 9 de Março. Contando com a presença da Comissária Emma Bonino, o tema central da discussão acompanhou a campanha este ano desenvolvida em toda a Europa de solidariedade com as Mulheres do Afeganistão, e de condenação de um regime que viola os seus direitos mais elementares.

No debate realizado, esta foi efectivamente a pedra de toque e as/os deputadas/os portuguesas/os intervenientes não deixaram de o referir. Helena Torres Marques (do PS) referiu igualmente as mulheres da Argélia e de Timor e apelou «à denúncia de todas as formas de violência que sobre elas e os seus próximos se abate, sejam estas formas invisíveis e silenciosas, de pressão e ameaça, de dependência, ou formas gritantes de violação, de agressão, de completa opressão».

Quanto ao eurodeputado do PCP Sérgio Ribeiro, na sua intervenção não deixou de lembrar a origem do dia da Mulher, evocando a luta das operárias nova-iorquinas do têxtil pela redução do horário de trabalho. Sérgio Ribeiro, para além de ter afirmado a sua solidariedade com as mulheres afegãs, referiu igualmente a necessidade de outras solidariedades particulares, como em Portugal «onde se faz da interrupção voluntária da gravidez um factor de luta política-partidária à revelia dos direitos das mulheres».

No final do debate foi votada uma proposta de resolução

Comissão Europeia que vele pela aplicação do princípio do «mainstreaming» e exorta à melhoria da informação das mulheres sobre os seus direitos fundamentais. Reafirma a sua proposta para que 1999 seja considerado Ano Europeu contra a violência contra as Mulheres.

A este texto foram apresentadas algumas alterações. Assim, o Grupo GUE/NGL (em que se

Numa propunha-se a rejeição de todas as formas de discriminação contra as mulheres baseadas em doutrinas ou crenças religiosas. Esta proposta foi aprovada com votos do PCP, PS e PP, mas o PSD votou contra a sua admissão. A outra alteração visava o reconhecimento da perseguição com base no sexo ou na orientação sexual como critério para concessão de asilo na UE. Vota-



Na resolução aprovada, o PE reafirma que os Direitos da Mulher constituem uma parte inalienável, total e indissociável dos Direitos Humanos

comum, ou seja, assinada por quase todos os Grupos do PE.

Com esta resolução, o PE reafirma que os Direitos da Mulher constituem uma parte inalienável, total e indissociável dos Direitos Humanos e manifesta a sua solidariedade para com as mulheres que continuam a lutar pela sua concretização. Condena a prática da mutilação sexual e solicita a sua proibição. Pede à

inserir os eurodeputados do PCP) propôs a inclusão na resolução dos direitos de reprodução tais como foram reconhecidos na Conferência das ONU de Viena 1993. Esta alteração foi aprovada com votos dos deputados do PCP e PS, mas contou com votos contra do PSD. O PP partilhou os seus votos entre o contra e a abstenção.

Duas alterações foram propostas pelo Grupo d' «Os Verdes».

ram favoravelmente os deputados do PCP, no PS houve votos a favor mas também duas abstenções, o PSD e PP votaram contra.

Como se pode concluir, uma coisa é votar generalidades sobre as quais todos estão de acordo. Outra coisa é entrar na concretização e na especialidade, pois aqui a situação complica-se (mais depressa se apanha um mentiroso...).

Conferência Europeia De 15 para 26

Os quinze membros da União Europeia reuniram-se com os 11 candidatos reconhecidos à adesão da organização, na semana passada. Realizada na capital britânica, a Conferência Europeia não contou com a participação do mais antigo candidato, a Turquia, por divergências sobre as condições de adesão.

A «Nova Europa» foi efusivamente referida durante o encontro, mas do futuro da União pouco se ficou a saber em concreto. O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, adiantou que «nenhum país deverá aderir até ao ano 2003». «O processo de alargamento vai prolongar-se por muitos anos», acrescentou à imprensa.

Hungria, Polónia, República Checa, Eslovénia, Estónia e Chipre são os países que se encontram em melhores condições para aderir à UE. Do segundo grupo fazem parte a Eslováquia, a Lituânia, a Letónia, a Roménia e a Bulgária.

As reuniões formais com os seis primeiros países iniciam-se no próximo dia 30, em Bruxelas, paralelamente a uma reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos quinze. Mas os restantes continuarão a participar nas Conferências Europeias, um fórum que se reunirá regularmente.

«Todos os países candidatos têm de se sentir parte integrante do processo de alargamento da UE, sob pena de desencorajarmos as importantes reformas políticas e económicas que estão a desenvolver e que têm como referencial a UE e os seus actuais membros», afirmou um responsável da presidência britânica, citado pela

agência Lusa. A entrada na UE depende da aplicação de critérios relacionados com o estabelecimento da economia de mercado, reformas internas e o respeito pelos Direitos Humanos.

«Paz, estabilidade, solidariedade e progresso.» Estes são os conceitos referidos por Jacques Delors, antigo presidente da Comissão Europeia, para caracterizar a futura Europa. Resta saber se estes conceitos continuarão a ser tão abstractos como até agora ou se a entrada de novos membros trará a sua aplicação prática.

Apesar do peso da indefinição que pesou sobre a Conferência Europeia, os países participantes na iniciativa comprometeram-se a criar um comité de representantes pessoais responsável por um levantamento exaustivo dos problemas da droga e do crime organizado, bem como a cooperarem em matéria de protecção ambiental.



A Hungria faz parte do primeiro grupo a aderir à UE

INTERNACIONAL

Eleições regionais em França Um aplauso à Esquerda

Robert Hue, líder do Partido Comunista, com outros elementos da «Esquerda Plural»

A coligação «Esquerda Plural» - composta por comunistas, socialistas e «Os Verdes» - ganhou as eleições regionais francesas, realizadas no domingo, um facto que revela que os eleitores parecem satisfeitos com as opções políticas do Governo liderado por Lionel Jospin.

A aliança formada pelo Partido Comunista Francês, pelo Partido Socialista e pel' «Os Verdes» recebeu mais de 35 por cento dos votos das eleições, enquanto a coligação de direita ficou com 30 por cento. Isto significa na prática que, das 22 regiões metropolitanas, a esquerda conseguiu a maioria em 15 e os conservadores do RPR e do UDF perderam a maior parte dos 20 Conselhos Gerais que dispunham.

Segundo os dados avançados, a «Esquerda Plural» tem maioria relativa em Aquitaine, Languedoc-Roussillon, Limousin, Picardie e Nord-Pas-de-Calais, e a direita na Alsácia, Baixa Normandia e no Loire.

Os resultados da Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen - que ultrapassam os 15 por cento a nível nacional - podem ser usados pela direita para conseguir manter nas suas mãos algumas presidências. Estas possíveis (e prováveis) alianças serão negociadas com base em alteração de programas eleitorais ou com a cedência de vice-presidências.

O ministro do Interior, Jean Pierre Chevènement, advertiu que «toda a tentativa de estabelecer alianças *contra natura* com a extrema-direita será condenada pela opinião pública e por todos os democratas».

De registar a alta taxa de abstenção verificada no escrutínio, que se fixou nos 42 por cento, número consideravelmente superior aos 31 por cento de 1992. Estes valores não são totalmente surpreendentes, se tomarmos em consideração a fraca adesão da população durante a campanha eleitoral.

Um novo não à direita

Nove meses após as eleições legislativas que elegeram o governo composto por socialistas, comunistas e ecologistas, este escrutínio vem reforçar a posição do eleitorado francês no seu apoio às políticas da equipa do primeiro-ministro Lionel Jospin.

Essa é de resto a ideia que prevalece em todos os quadrantes do meio político francês.

O secretário nacional do PCF, Robert Hue, afirmou que estes valores «prolongam os resultados de Junho de 1997». «A direita, a política ultraliberal, recebeu um novo não. A «Esquerda Plural» obteve sucessos apreciáveis, graças à dinâmica por ela impulsionada», defendeu.

«Através do seu voto, as francesas e os franceses indicaram à maioria e ao governo a sua vontade de que o trabalho prossiga e se amplie no sentido da concretiza-



ção das mudanças que eles aguardam», acrescentou Hue.

O primeiro-ministro considerou que os números saídos das eleições «confortam o governo e a sua linha de trabalho» e provam a solidez da aliança de esquerda. «É a primeira vez na quinta República que as eleições posteriores às legislativas não consistem numa sanção ou numa advertência ao governo», indicou.

Para o porta-voz dos gaulistas do RPR, François Fillon, os resultados «medíocres, muito medíocres» da direita vêm «consolidar a dissolução do último Junho». Nicolas Sarkozy, membro do mesmo partido, partilha da mesma opinião: estas eleições «são a confirmação do nosso revés» das legislativas.

Para a direita estas eleições são, de facto, uma nova e séria derrota.

A tal ponto que o presidente do RPR, Philippe Séguin, considerou que os resultados alcançados permitem prosseguir com a renovação interna empreendida pelo seu partido.

Édouard Balladur, antigo primeiro-ministro e também membro do RPR, vai mais longe, e defende que não se trata nem de «renovar» nem de «reagrupar» a direita, mas

Brasil

Desemprego faz parte da estrutura económica

O desemprego não é um acidente do Plano Real brasileiro, mas é uma característica do

modelo económico do presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta é uma das conclusões de um estudo levado a cabo por Sandra Starling, deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que adianta que este modelo põe de lado qualquer possibilidade de crescimento económico, condição essencial para o aumento do número dos postos de trabalho.

«O desemprego não é um contra-senso neste tipo de plano nem uma consequência inesperada. O desemprego está embutido nesse modelo», lê-se no estudo tornado público na terça-feira.

Sandra Starling aponta o dedo ao governo e acusa-o de ser responsável pela situação económica precária da população brasileira e, inclusivamente, de a agravar.

O sindicalismo é uma das áreas mais visadas pela política de Henrique Cardoso, usando «pesadas multas como instrumento para coibir a liberdade sindical» e intervindo no sentido de limitar a acção sindical no funcionalismo público.

Outra decisão do governo consistiu em considerar nulas as cláusulas de reajuste automático acordadas entre os empregados e os seus patrões. Na opinião da deputada, «esta proibição só tem paralelo com a primeira medida da ditadura militar contra os trabalhadores no início da década de 60».

Paralelamente à diminuição jurídica do emprego, o executivo brasileiro adoptou ou prepara-se para adoptar medidas com graves consequências a nível do mercado de trabalho a curto, médio e longo prazos. Entre elas conta-se o aumento da idade de reforma, a

ausência de cobertura das vítimas de acidentes ou doenças de trabalho e processos de privatização e reestruturação produtiva.

Starling sublinha ainda a reforma administrativa, «que permitirá às administrações públicas enxugar excessivamente o quadro de funcionários, ampliando o nível de desemprego».

As propostas do PT

Para o PT, as pressões do processo de globalização da economia desempenham um papel preponderante neste processo, nomeadamente os altos juros, o câmbio sobrevalorizado, a abertura comercial indiscriminada e os estímulos à entrada de capitais estrangeiros.

«Tudo isso com as suas inevitáveis consequências, isto é, contenção do crescimento da economia, agravamento do défice público, a falência de empresas e a substituição de mão-de-obra por processos de automação», comenta a deputada «petista».

O PT antevê a resolução deste problema através de uma série de medidas, nomeadamente a redução gradual do horário de trabalho, a limitação de horas extra e a adopção do chamado «banco de horas com capitalização» (as horas extraordinárias valem o dobro), o estímulo às pequenas empresas e a plena liberdade sindical, bem como a protecção dos trabalhadores contra as consequências do avanço tecnológico.

A reforma agrária, o estímulo às formas cooperativas de produção e a instituição de um rendimento mínimo garantido são medidas também defendidas.

Chile

Pinochet senador sob fortes protestos

O ex-ditador do Chile, Augusto Pinochet, assumiu o cargo de senador vitalício, não eleito, num ambiente de contestação dentro e fora do Senado.

A cerimónia teve lugar no dia 11 no Congresso, após o protesto de outros senadores, que entraram na sala com grandes fotografias de vítimas da ditadura militar e de desaparecidos. «Onde estão?», questionavam os senadores num cartaz.

Depois da exigência da sua retirada para o prosseguimento da sessão, as fotos foram recolhidas.

«Aceitamos retirar as fotos, porque jamais impedimos o funcionamento desta instituição ou da democracia», explicou o socialista Ricardo Núñez.

«Não faz parte da tradição democrática do Chile ter como senador um ditador como Pinochet», afirmou o democrata-cristão Jorge Lavadero. Pinochet, imperturbável, manteve-se em silêncio durante praticamente toda a cerimónia.

«Declaro que estão incorporados ao Senado», disse o presidente da Câmara Alta referindo-se aos novos membros. «Com o nosso protesto», acrescentou Lavadero.

Na tribuna dos convidados, os apoiantes do general responderam aos protestos com gritos e insultos. O conflito desceu da galeria para o plenário e agravou-se ao ponto de parlamentares da direita e da esquerda se envolverem em cenas de violência.

Contra a vontade da população

O ambiente foi igualmente tenso na Câmara dos Deputados, onde a sessão foi suspensa duas vezes.

Mas onde a onda de contestação mais se notou foi nas ruas de Valparaíso e de Santiago. As forças policiais reprimiram severamente as manifestações contra o juramento de Pinochet, usando material antidistúrbios e jactos de água. Numerosas pessoas foram detidas.

Entre os muitos feridos contam-se a presidente do Partido Comunista Chileno, Gladys Marín, derubada pela pressão da água, e a presidente do Grupo de Familiares de Detidos e Desaparecidos, Sola Sierra.

Pinochet é o único senador vitalício do Chile, cargo reservado para si pela Constituição de 1980, redigida durante o regime militar com o objectivo de beneficiar o ditador.

A Constituição foi promulgada após um referendo considerado fraudulento pela oposição, permitindo a Pinochet manter-se de alguma forma no poder através do seu lugar de comandante-

chefe do exército nacional, onde se manteve oito anos e que só abandonou na semana passada.

Os resultados do referendo de Outubro de 1988 foram claros: 57 por cento dos chilenos manifestaram-se contra a continuação do ditador à frente dos destinos do país. Contudo, Pinochet, apoiado essencialmente por empresários e pelas forças armadas, insiste em conservar um lugar para si nos cargos que decidem os destinos do Chile. Mesmo contra a vontade da popu-



Dinamarca reelege governo

As eleições legislativas dinamarquesas, realizadas no passado dia 11, saldaram-se com a vitória dos sociais-democratas e a reeleição do governo liderado por Poul Rasmussen. Este partido conseguiu vencer apenas com 176 votos de diferença e mantém-se no poder graças aos seus aliados de extrema-esquerda. Estes dois partidos contam com uma maioria de 90 lugares num parlamento de 179, enquanto o bloco de direita tem 89 deputados. A afluência às urnas foi a mais alta dos últimos anos: 85,2 por cento.

Centro- -Esquerda em Marrocos

O rei Hassan II nomeou, no passado sábado, o governo que estará à frente de Marrocos nos próximos anos. Liderado pelo socialista Abderrahmane Youssoufi, o executivo é composto por uma coligação de centro-esquerda. Os planos económico, social e educacional foram eleitos como prioritários. O comunista Ismail Alauí deverá ser o novo ministro da Educação.

Arafat pede protecção para palestinos

Yasser Arafat pediu, no sábado, uma protecção internacional imediata para os palestinianos, face ao aumento da «agressão contra o nosso povo». Referindo-se à morte de três operários por militares israelitas, o líder da Autoridade Palestiniana afirmou que «o estado de indignação popular não terminará até que os assassinos compareçam perante a justiça e se tornem públicos os resultados da investigação levada a cabo pelo exército israelita».

Saramago pela revolução das ideias

Intervindo num debate na cidade mexicana Guadalajara, o escritor português José Saramago defendeu uma «revolução das ideias» que supere o poder vertical concentrado pelos governos «com conviência com os meios de comunicação», chamando a atenção para «o deserto de ideias que impera no mundo actual». Referindo-se à necessidade de uma «insurreição moral», Saramago considerou que «as organizações sociais necessitam de uma filosofia, porque só as grandes ideias produzem grandes mudanças, as pequenas ideias não». Na opinião do escritor mexicano Carlos Fuentes, «as ideias de Karl Marx, tal como as de Sócrates, não foram superadas pela realidade, estão vigentes».

Festa à esquerda no Porto

Foi mesmo uma «festa à esquerda!». Juntou alguns milhares de militantes, amigos e democratas, irmanados num objectivo muito claro: festejar os 77 anos de vida e luta de um PCP com mais força e influência na sociedade portuguesa. Claro que a comida ajudou à festa e para isso contribuiu enormemente um bom conjunto de camaradas, sobretudo mulheres, que com profissionalismo e muita dedicação deram de comer aos olhos e aos estômagos proporcionando as mais diversas virtualhas.

No espaço do Pavilhão de Exposições de Gaia, decorado a preceito, o ambiente era de convívio fraterno e animado. A música e a poesia de Jorge de Sena, Brecht, Neruda vieram pelas vozes de Carlos Ferreira e de Eugénia Cunha.

As intervenções políticas foram apenas duas, mas marcantes. Elizabeth Coutinho, em nome da juventude Comunista Portuguesa, falou da partilha com o PCP de «sonhos, reivindicações, rebeldia, inconformismo» e, acima de tudo, da «vontade de mudar o mundo, de o fazer avançar rumo a uma sociedade mais justa, onde reinam a

democracia e a igualdade de oportunidades e direitos». «Filhos de Abril e de Maio» sentem o dever de mostrar «admiração e respeito pelos comunistas e outros democratas que lutaram para que Portugal se tornasse um país democrático, livre e independente e soberano». A jovem afirmou ainda que «nós, o amanhã do PCP, continuaremos a lutar ao lado dos jovens, dos trabalhadores, do povo, no caminho da sua libertação, pelo valor da sua dignidade. Une-nos um ideal!».

O momento político foi encerrado por Carlos Carvalhas que foi recebido com grande calor e entusiasmo pelos presentes que fizeram questão de sublinhar com palmas e gritos de «PCP» várias passagens do seu discurso, cujos extractos mais significativos aqui publicamos. No final, procedeu-se à tradicional distribuição do bolo de aniversário, cortado pelo secretário-geral, com os «Parabéns» cantados a preceito.

Intervenção de Carlos Carvalhas

À beira do século XXI, assistimos a desenvolvimentos científicos e tecnológicos que permitiram a resolução de muitos problemas do ser humano. No entanto, tudo se conjuga para que a humanidade entre no próximo século com as mesmas chagas sociais com que entrou no século XX e com uma polarização da riqueza, nunca vista. Como nos revela a ONU, os activos das 358 pessoas mais ricas do Mundo correspondem ao rendimento conjunto dos 45% dos mais pobres da população mundial e, como nos revelam também as estatísticas nacionais, os 20% mais pobres em Portugal só dispõem de 6% do Rendimento Nacional e os 20% mais ricos detêm quase 50%.

A acentuação das desigualdades entre o chamado “Norte e Sul” encontram a mesma representação no seio dos países mais desenvolvidos. Para vergonha dos europeus e dos europeístas, enquanto as bolsas tocavam trombetas por novos máximos especulativos, a opulenta União Europeia chegava ao fim de 1997, com 50 milhões de pobres e mais de 20 milhões de desempregados. Por sua vez, nos EUA, a principal potência mundial à beira do novo milénio, uma criança em cada cinco vive abaixo do limiar de pobreza! O capitalismo mesmo nos países mais desenvolvidos oferece os vergonhosos testemunhos dos guetos e da violência urbana, dos sem-abrigo que ainda são notícia quando uma noite gelada leva aqueles que não se refugiaram nos metropolitanos. O testemunho das sopas dos pobres, dos bancos contra a pobreza e dos rendimentos de subsistência que são muitas vezes autênticas esmolas oficiais de miséria.

Os Estados desresponsabilizam-se das suas funções sociais e o negociismo avança na saúde e no ensino. Os governos procuram livrar-se da segurança social atirando-a para as misericórdias e para as seguradoras privadas. É a concretização da conhecida fórmula do neoliberalismo: “se queres saúde paga-a, se queres formação e ensino paga-o, se queres pagar menos impostos torna-te rico!”

As contradições e os paradoxos são de tal ordem que a simples previsão do aumento do emprego nos EUA por mais de uma vez levou à queda da Wall Street!

O desemprego maciço, o trabalho precário, as incertezas do futuro, o aumento dos excluídos e das injustiças sociais criam o caldo de cultura do irracionalismo, dos racismos e das xenofobias e com eles vê-se o renascimento dos nacionalismos e dos integristas.

As vítimas são instigadas pela direita e pela extrema-direita a virarem-se contra outras vítimas, como é o caso do desempregado que vê no emigrante aquele que lhe tira o posto de trabalho ou como o mostra, por exemplo, o facto da CDU alemã defender, agora, que as organizações dos desempregados devem fazer parte das negociações salariais colectivas...

Redes mafiosas internacionais controlam os mais diversos circuitos clandestinos da prostituição e da prostituição infantil e da droga, cujo volume de negócios é superior ao do petróleo. A lavagem de dinheiro chega até ao financiamento de grande imprensa que lhe serve de protecção.

Por outro lado, a especulação mundial com a liberalização de capitais é de tal ordem e as crises regionais atingem tal amplitude, como é o caso da recente crise asiática, descredenciando mais uma vez as previsões do FMI que há já quem diga que este casino mundial precisa de um novo croupier para se evitar que um “Titanic

Da actualidade dos nossos ideais à actualidade da nossa luta

asiático” pelo seu efeito de dominó afunde a 3ª e a 1ª classes de países!

Nada escapa à lei da selva do capitalismo planetário

Como alguém já sublinhou, até os órgãos, os genes e as células graças à biotecnologia e às manipulações genéticas tornaram-se matéria-prima tal como o algodão ou o cobre. A força de trabalho é desrespeitada e desvalorizada e o ser humano é encarado como uma “matéria-prima rentável”. É este o “triumfo do capitalismo”. É esta a expressão da “Lei” e dos dogmas do capitalismo “pós-moderno”: o lucro antes dos homens, a exclusão dos homens que entravam o lucro. E tudo isto quando se verificam avanços tecnológicos vertiginosos e quando se verifica uma autêntica revolução nas comunicações.

E é neste quadro e num quadro de mundialização da economia em que a ideologia do “pensamento único” decreta que o mercado é a identificação da democracia e que o único caminho é o dos critérios do neoliberalismo – competitividade, produtividade, rentabilidade, flexibilidade – que o “Manifesto Comunista”, obra ímpar de Marx e Engels, naturalmente, com as marcas do seu tempo, nos mostra a sua grande actualidade.

(...)

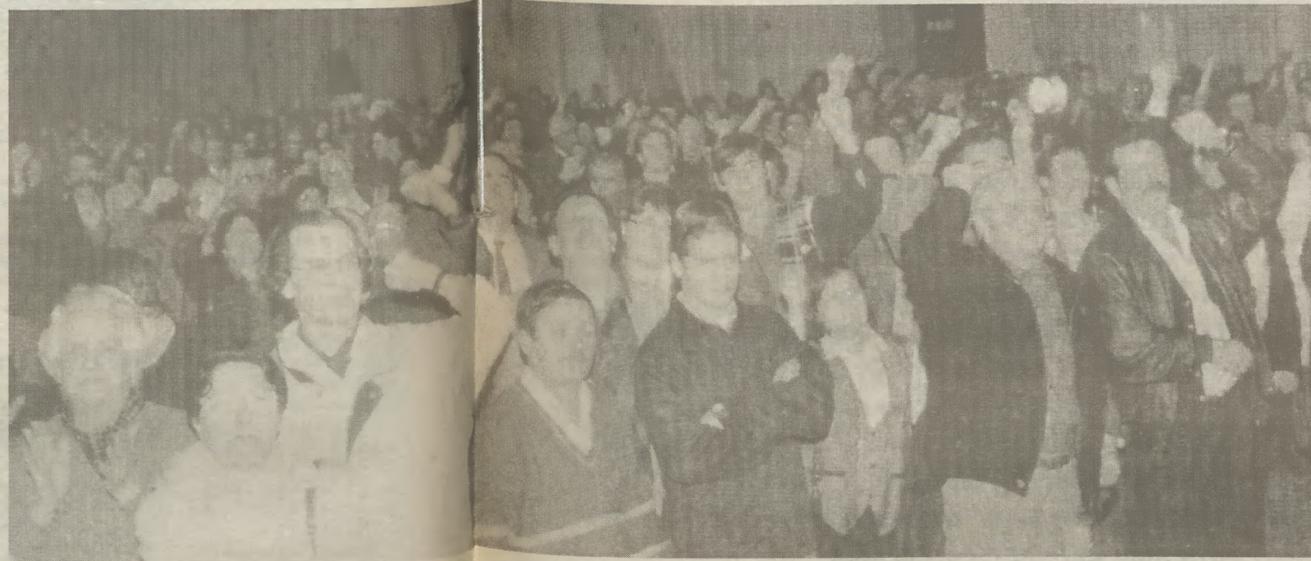
Peripécias e demissões

Desviando as atenções dos graves problemas sociais que as engenharias estatísticas e as contabilidades criativas não apagam, temos assistido às peripécias e às sucessivas demissões nas Forças Armadas; na RTP; em empresas públicas e agora no Ministério das Finanças. A demissão da secretária de Estado do Orçamento, que o eng. Guterres tanto elogiou, aparece como uma bofetada ao comportamento e ao ministério do ministro das Finanças que, ao não ser avisado pelo eng. Guterres e ao ser apanhado de surpresa no estrangeiro, recebeu assim, indirectamente, um convite à sua demissão. Meios afectos ao Partido Socialista afirmam que Sousa Franco está isolado e já não como certo que este será substituído precisamente pela ex-secretária de Estado do Orçamento.

O Governo já não consegue esconder as suas contradições.

Depois do chocante «dito por não dito» que a direcção do PS praticou na questão do aborto, mudando de posição quando 24 horas antes rejeitava indignamente as exigências do PSD para um referendo, temos agora a continuação dos folhetins do Ministério das Finanças a espelhar as dificuldades de um governo e os embaraços do Partido Socialista face à concretização de uma política neoliberal e aos sucessivos acordos e negociações com a direita (PSD e PP).

Aliás, a situação dos referendos é bem o espelho deste Governo e do Partido Socialista. Enquanto Fernando Gomes e Narciso Miranda reclamam a regionalização para o povo do Norte ver, o seu governo e o seu partido depois das cedências que fizeram ao PSD sobre este assunto, arranjaram uma tal trapalhada e de tal modo, que o processo está cada vez mais desacreditado e metido numa gaveta do Palácio de S. Bento.



Quanto ao referendo sobre o aborto, é cada vez mais claro que se tratou de um expediente do PSD para paralisar a aprovação final da lei, indiferente à manutenção do aborto clandestino.

E, como era de esperar, as comadres não se entendem agora quanto à pergunta e vemos cada uma a procurar passar para a outra as culpas pelo eventual desenlace.

Mas caso as divergências sobre a pergunta não cheguem para disfarçar o desentendimento, as duas comadres preparam-se para aprovar uma resolução sobre o referendo até 19 de Março, antes de a própria lei orgânica do referendo ter passado pelo crivo do Tribunal Constitucional e estar publicada e em vigor, antes de se saber se o referendo se pode realizar, deixando assim para o Presidente da República o ónus de uma decisão para que PS e PSD lavem as mãos como Pilatos das culpas que efectivamente têm. Dir-me-ão que o PS e o PSD não farão uma coisa dessas. Fazem. Fazem isso e muito mais para se libertarem do fardo das responsabilidades. Pois não é verdade que ainda há pouco os dois partidos fizeram aprovar a lei do “Regime Jurídico do Referendo”, que resulta de uma negociação entre ambos e que está feita à medida precisa dos seus interesses e dos seus problemas?

Não é uma lei geral e abstracta, mas uma lei com destinatários (o PS e o PSD), permitindo que estes dois partidos tenham, por exemplo, tempos de antena sem revelarem qualquer posição sobre a pergunta. É um descaramento.

Quanto ao chamado referendo sobre a Europa, com uma pergunta desde logo viciada para obter um “sim” esmagador, o mínimo que se pode dizer é que é uma mistificação.

Até agora ninguém respondeu com clareza para que serve tal referendo, ninguém respondeu com clareza o que é que aconteceria no caso do “não” ganhar.

E pensamos que um referendo, que é uma autêntica batalha eleitoral, é uma questão séria de mais para que seja utilizado como cortina de fumo ou como pseudo-legitimação de decisões há muito tomadas sem qualquer consulta ao povo português.

Estes calculismos e procedimentos politiquieiros só degradam a vida política, a democracia e as instituições.

Os expedientes de baixa política, a distância entre as palavras e os actos, as voltas e reviravoltas, as negociações sem princípios, não dão qualquer credibilidade à vida democrática. Nenhuma mulher que aplaudiu a aprovação na generalidade da lei contra o aborto clandestino na Assembleia da República pode aceitar o comportamento do PS nesta matéria.

Os problemas com que as mulheres e as populações se debatem exigem respostas sérias e não atitudes politiquieiras, exigem empenho e transparência na sua resolução e não política-espectáculo.

Transparência que também se exige em relação à integração europeia e à grave situação em que se encontram a nossa agricultura, as nossas pescas e muitos e importantes sectores industriais.

O Governo tem escondido do povo português a verdadeira dimensão dos prejuízos que o país terá se for aprovada a proposta da Comissão relativa à “Agenda 2000”. Um alto responsável comunitário ainda recentemente confirmou o corte de fundos para Portugal. O Governo, sintomaticamente, recusou-se a tecer qualquer comentário sobre o assunto. Mas a verdade é que cálculos feitos com rigor apontaram para cortes da ordem dos 500 milhões de contos! E o Governo, em vez de mobilizar a consciência nacional, em vez de, juntamente com os partidos que têm representação no Parlamento Europeu, procurar potenciar o poder negocial, remete-se a um cúmplice silêncio.

O mesmo se passou com as negociações secretas sobre o “Acordo Multilateral sobre o Investimento” no âmbito da OCDE. Só depois da denúncia pública do que ali se estava a fabricar é que o governo português se decidiu vir a terreiro para exprimir alguns comentários sectoriais e laterais.

E, como já alguém disse, este “Acordo” é um verdadeiro “Manifesto do Capitalismo Mundial”, sendo preciso “remontar aos tratados coloniais mais leoninos para encontrar expostos com tanta arrogância dominadora os direitos imprescritíveis das multinacionais e as obrigações draconianas impostas aos povos”.

Mas também aqui a transparência deste Governo é só para a retórica discursiva.

(...)

Comunistas e portugueses

O PCP, com a sua identidade, reafirmada no seu último Congresso, virado para o futuro e para a vida, aberto à sociedade e ao seu tempo, empenha e empenhará as suas energias e esforços para honrar, para hoje e para amanhã o compromisso com a causa da liberdade, da democracia e do socialismo que são o mais forte e permanente fio condutor da sua história ao longo destas mais de sete décadas.

Continuando a sua luta por uma alternativa democrática inspirada por valores de esquerda, o PCP, dispensando como sempre dispôs os “guardiões do Templo”, ou os “arautos do politicamente correcto”, aqui está contando cada vez mais com o interesse, a adesão e o apoio de novas gerações que são também novas energias e for-

mas de estar indispensáveis para se vencer os exigentes desafios do presente e do futuro.

O rejuvenescimento e a entrega de responsabilidades a todos os níveis aos elementos das novas gerações e à juventude que tem afluido crescentemente ao Partido, e que nos enche de alegria e confiança, é vital para prosseguirmos com força o nosso combate.

Por isso é necessário ter em conta, como também já se afirmou que “a rotina e o conservantismo conduzem ao afinamento interno, à ruptura das raízes sociais e ao esvaziamento de energia revolucionária”. A necessária renovação “será tanto mais profunda e reforçará tanto mais a intervenção do Partido na vida nacional quanto mais conscientemente o Partido afirme de forma criativa a sua identidade como partido comunista que é” e que quer continuar a ser. E não deverá haver espectros sejam eles o do dogmatismo ou o social-democratizante que sirvam para desviar atenções e energias da luta, ou para paralisar o empenho no movimento que temos em curso de debate e tomada de decisões para darmos maior dinamismo a todos os organismos e com vista a ampliarmos a nossa influência social, política e eleitoral.

Por isso, rejeitando modelos, comemoramos o 77º aniversário com confiança, como comunistas que somos e que queremos continuar a ser, prosseguindo a nossa luta ao serviço dos trabalhadores e do povo, ao serviço dos portugueses e de Portugal.

Reafirmamos que não faltam razões para se ter confiança em que poderemos entrar no século XXI, não rendidos à ofensiva do neoliberalismo e do pensamento único ou perante uma pretensa eternidade do capitalismo mas, sim, com o dever cumprido perante o povo e o país, de prosseguir com renovado empenho e esperança a luta por um projecto humanista e solidário de transformação social, de democracia e socialismo.



Vila Franca de Xira «A prepotência e a desculpabilização»

Meio milhar de militantes e simpatizantes comunistas participaram no passado sábado num grande almoço de aniversário do PCP realizado no Pavilhão do Cevadeiro, em Vila Franca de Xira. Intervindo na iniciativa, Carlos Carvalhas referiu-se à perda da maioria CDU na Câmara, considerando: «Perdemos uma batalha, que naturalmente a todos nos entristeceu e entristece. Estamos agora na oposição. Numa oposição construtiva e vigilante. Acima de tudo, estão os interesses das populações. Estamos convencidos que a população do concelho de Vila Franca de Xira não ganhou com a perda da CDU na sua Câmara.»

Sobre o actual executivo camarário, Carvalhas anotou: «A

arrogância e a prepotência da gestão PS já se começam a evidenciar. Desde logo e em contraste com a CDU, o PS só distribuiu pelouros ao PSD. É uma atitude e uma arrogância que certamente dará que pensar a muitos cidadãos...»

«Mas do que estamos à espera é do cumprimento das promessas. A tal resolução do desemprego, da insegurança, da toxicodependência, dos acessos a Lisboa!...»

«Como tudo já indica, as reivindicações em relação ao governo da mesma cor vão-se ficar pelas palavras para efeitos mediáticos e quanto aos factos concretos o que teremos é a subserviência, a acomodação e até a desculpabilização do governo rosa em prejuízo do Concelho e dos seus habitantes.»

Armadilhas

■ OCTÁVIO TEIXEIRA
Membro da Comissão Política

É SABIDO que o PS e o PSD se apresentam irmanados em todo o processo conducente à realização de um ou mais referendos em Portugal com características vergonhosas do ponto de vista democrático.

O PS, lógica e naturalmente apoiado pelo PSD e CDS-PP, fez inscrever na Constituição, em 1997, a exigência de um referendo prévio à concretização da Regionalização Administrativa do País, o qual poderia ser feito até finais de Junho próximo, não fosse a abusiva ligação que o PS estabeleceu entre este referendo e a actualização dos cadernos eleitorais.

Dando o dito pelo não dito, e após a votação maioritariamente favorável de um projecto de lei do seu próprio Grupo Parlamentar visando a despenalização do aborto até às 10 semanas, o PS voltou atrás e quer impor um referendo prévio à aprovação final dessa lei. Criando o grave precedente de se vir a referendar uma matéria que já foi aprovada pela AR, podendo pôr em causa a legitimidade e representatividade do Parlamento, com as inevitáveis ilações e consequências políticas.

Assumindo uma atitude de desrespeito e desconsideração com os portugueses, o PS, de braço dado com o PSD, depois de ter recusado, em 1992, um referendo sobre o Tratado de Maastricht, quer agora realizar um referendo-fraude sobre a União Europeia. Impedindo que seja referendada a questão central da evolução da União Europeia: a Moeda Única, como passo "irreversível" para uma Europa federalizada.

Acresce a estas questões políticas essenciais que o PS, de novo com o apoio activo do PSD e do CDS-PP, diz pretender realizar estes 3 referendos num espaço de 4 meses, realizando em simultâneo dois dos referendos (o da regionalização e o da UE). Abrindo as portas à violação prática do preceito constitucional que proíbe a inserção de mais de uma matéria num referendo - realizando, simultaneamente, tantos referendos quantas as matérias a colocar. E criando um factor de forte confusão com a junção de dois referendos, num país que nunca fez referendos e com um grau elevado de iliteracia. Significando uma violência politicamente irresponsável sobre os eleitores e consubstanciando o desejo desses partidos de confundirem a opinião pública "obscurecendo o sentido das decisões políticas que os eleitores vierem a tomar" e de impedirem o "debate rigoroso e sério de questões que são da maior importância política".

Mas o PS e o PSD não se limitam a dizer que pretendem. Eles próprios vão anunciando publicamente que os seus acordos nesta matéria se regem por datas exactas para a realização das consultas referendárias e pela junção de 2 desses referendos numa mesma data. Um descaramento total e despuadorado, dos pontos de vista democrático, político e institucional, já que essas decisões competem, em exclusivo, ao Presidente da República.

É legítimo supor que terá sido essa a razão que levou a que em 26 de Fevereiro passado, em nota de imprensa da sua assessoria para a comunicação social, o Presidente da República tenha feito saber que "exercerá as suas competências constitucionais próprias quer quanto à análise da constitucionalidade dos processos legislativos, quer quanto à oportunidade dos calendários eleitorais que só ao Presidente compete interpretar e marcar, tendo em vista o interesse do país".

Era de admitir que, pelo menos a partir desse momento, o PS deixasse de pretender substituir-se ao Presidente da República em matérias que só este tem competência para decidir.

Mas não!

O PS voltou à carga e, sempre em parceria com o PSD, prossegue a caminhada de confronto objectivo com o Presidente da República, armadilhando-lhe todo o processo de modo a tentar retirar-lhe margem de manobra nas suas opções e a procurar impor-lhe, na prática, o calendário que o PS negociou com o PSD.

É manifestamente essa armadilha que PS e PSD têm em curso em torno da legislação sobre referendos e em torno dos referendos em concreto, que está subjacente à lei "orgânica" do referendo que aprovaram e à sua intenção de fazerem votar no dia 19 de Março (hoje) a Resolução da Assembleia da República atinente à realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez.

Vejamos em que consistem, para aquilo que agora me proponho relevar, essas armadilhas perpetradas pelo PS com o apoio interessado do PSD.

A lei do referendo impõe que a convocação de um qualquer referendo tenha de ser feita com um prazo mínimo de 60 dias (este prazo mínimo, proposto pelo PCP, teve de ser "engolido" pelo PS por razões de imposição constitucional, já que o seu desejo assumido de um prazo mais reduzido era gritantemente inconstitucional).

tivesse de ser feita, o mais tardar, em 4 ou 11 de Maio. Sucede, porém, que entretanto está em curso um processo legal de actualização extraordinária dos cadernos eleitorais que o Governo tem afirmado só estará concluído no final de Maio. E que, por acréscimo, o diploma legal que determinou essa actualização impõe que não pode haver qualquer acto eleitoral ou referendário

O que significa, na prática, que a realização do eventual referendo sobre a IVG em 5 ou 12 de Julho (como o têm defendido PS e PSD) exige a sua convocação, da exclusiva competência do Presidente da República,

antes de passados 30 dias da fixação definitiva dos cadernos eleitorais actualizados.

O que significa que, para satisfazer os desejos políticos de PS e PSD de realização do referendo a 5 ou 12 de Julho (em qualquer caso já em período de férias para muitos portugueses),

esses dois partidos pretendem "obrigar" o Presidente da República a convocar o referendo antes de existirem cadernos eleitorais actualizados. Com um risco político acrescido para o Presidente da República: é que, se, por qualquer razão, os novos cadernos eleitorais só vierem a estar concluídos, por exemplo, em meados de Junho, o referendo que o Presidente da República tivesse convocado não poderia legalmente vir a realizar-se!

Ainda insatisfeitos com esta inadmissível pressão sobre o Presidente da República, PS e PSD querem votar hoje a

Assumindo uma atitude de desrespeito e desconsideração com os portugueses, o PS, de braço dado com o PSD, depois de ter recusado, em 1992, um referendo sobre o Tratado de Maastricht, quer agora realizar um referendo-fraude sobre a União Europeia. Impedindo que seja referendada a questão central da evolução da União Europeia: a Moeda Única, como passo "irreversível" para uma Europa federalizada.

Resolução sobre o referendo da IVG. O que, para aquilo que agora me ocupa, tem como consequência imediata o início da contagem de um conjunto de prazos processuais que, no seu cúmulo máximo, atingem os 54 dias. O que significa que, a levarem em frente esta sua disposição, PS e PSD estão, também por esta via e mais uma vez, a pretender ilegítimamente impor ao Presidente da República a convocação de um referendo antes de estar concluída a actualização extraordinária dos cadernos eleitorais!

Mas essa ameaça de eventual e despuadorada aprovação da Resolução pelo PS, com o PSD e o CDS-PP, no dia de hoje, suscita outras questões.

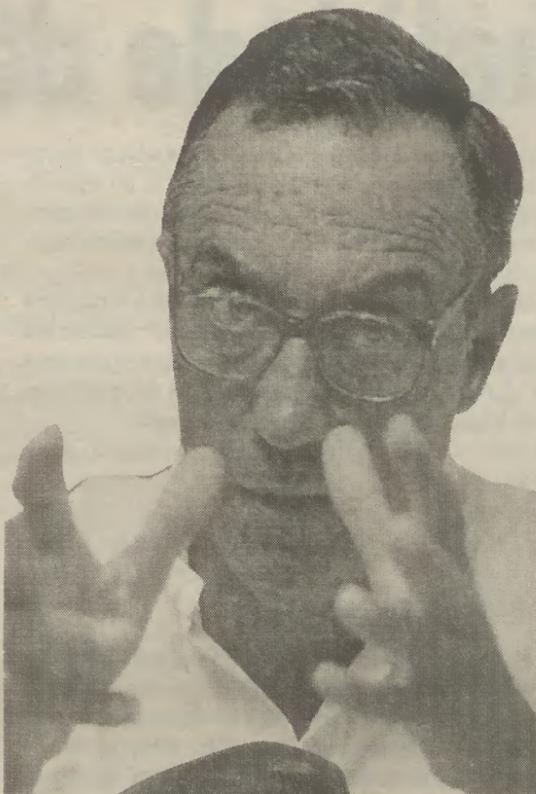
É inequívoco que a revisão constitucional de 1997 introduziu alterações no regime do referendo. Daí decorreu a apresentação, pelo Governo, de uma proposta de lei visando alterar a lei orgânica do referendo actualmente em vigor, visando adequá-la ao novo texto constitucional. Depois de alterado o texto proposto pelo Governo, de acordo com interesses meramente partidários e conjunturais de PS e PSD, essa lei foi aprovada na Assembleia da República no passado dia 5 de Março. Tal lei, antes de ser promulgada, como se afigura natural e parece resultar claro da declaração da sua assessoria para a comunicação social ("tudo deve decorrer de forma a que não subsistam dúvidas de natureza jurídica"), deverá ser enviada pelo Presidente da República ao Tribunal Constitucional, tendo por objectivo a fiscalização prévia da sua constitucionalidade.

Por outro lado, parece igualmente claro que qualquer referendo a realizar após a revisão constitucional de 1997 exige que todo o processo conducente à sua realização deve decorrer nos termos e nas condições resultantes da nova lei orgânica do referendo. Assim, e para além de ser politicamente insustentável, parece ser constitucional e juridicamente exigível que a eventual aprovação de uma Resolução parlamentar visando a realização de um referendo só poderá ter lugar depois de a lei orgânica do referendo, conforme com o novo regime constitucional, ser promulgada e publicada.

Se assim não for, se o PS e o PSD forçaarem a aprovação de tal Resolução em data anterior a essa publicação, então deixará de haver qualquer dúvida que aqueles dois partidos estão voluntariamente apostados em afrontar o Presidente da República e a conspirarem contra o exercício das suas competências constitucionais próprias.

Em suma e à laia de conclusão: que tudo isto, que todo este vergonhoso processo interesse ao PSD, que nas eleições presidenciais apoiou um candidato que se opôs ao Dr. Jorge Sampaio, ainda se pode perceber. Mas, que faz correr o PS nesta maratona de armadilhas contra o Presidente da República? Será que o PS, não querendo realizar nenhum referendo, visa encontrar um responsável que assumira a responsabilidade que ele não tem a coragem de assumir?

Esperemos que o Presidente desmonte as armadilhas e decida "tendo em vista o interesse do País".



O Têxtil e o PCP

TRIBUNA

É reconhecido, dito e redito que o sector têxtil é dos mais importantes na actividade económica. Quer numa perspectiva da história da indústria, quer pelas necessidades que satisfaz, quer pelo seu peso nas vertentes emprego, produção, comércio externo, localização e grau de dependência têxtil de certas regiões.

Assim é em Portugal.

Por outro lado, não se trata de um sector homogêneo e exige que se considere a "fileira" produtiva - fiação, tecelagem, confecção -, com características e problemas próprios, sem prejuízo de uma abordagem de conjunto, de sector. Assim se justifica que se trate do sector como um todo, com complementaridades e concorrências dentro e para o exterior do espaço económico da União Europeia, mosaico de espaços económicos dos Estados-membros.

O PCP tem estado sempre na primeira linha da defesa do têxtil em Portugal e das lutas no sector. O que se explica pela sua enorme importância social, económica, política.

E assim tem sido em todos os planos da luta social e política.

Também no Parlamento Europeu. Desde o Relatório Carvalhas, sobre o Acordo Multifibras e as negociações

No que respeita à produção, a "indústria dos têxteis, do vestuário e do couro" valia, em 1953, 8% do valor acrescentado total e quase 33% do valor acrescentado industrial, e embora tenha diminuído, em 1993 continuava a ser a rubrica industrial com maior valor, acima dos 26%, e com 6% do total. Ainda tem o maior significado que, ao longo deste período da economia portuguesa, o sector tenha estado sempre entre os de maior valor acrescentado na indústria, só ultrapassado, entre 1959 e 1964, pelas "indústrias químicas de petróleo e derivados" e, entre 70 e 78 (com oscilações até 1981), pela de "fabricação de produtos metálicos, máquinas e material de transporte". De 1981 a 1993, foi sempre o sector com maior valor acrescentado na indústria e só ultrapassado, na actividade económica total, pelos "serviços prestados colectivamente", pelo "comércio por grosso e a retalho", pelas "operações sobre imóveis e serviços prestados às empresas", pela "construção" e pelos "bancos e outras instituições monetárias e financeiras". O que, ao mesmo tempo que reflecte uma preocupante "financeirização" da actividade económica que tantas vezes se tem denunciado, mostra também como o sector têxtil é quase uma desesperada resistência da actividade produtiva, criadora de riqueza, o que ainda se poderia ilustrar com o facto da "agricultura, caça, silvicultura e exploração florestal" valer pouco mais que 80% do "têxtil" quando, em 1953, era mais de 3 vezes superior à do "têxtil" a sua contribuição para a produção interna portuguesa! E, no entanto, os portugueses continuavam a consumir produtos da agricultura... só que, em 1953, importávamos menos de 2% do que produzíamos ou colhíamos na agricultura e na pesca e, em 1993, as mesmas "séries longas" nos dizem que importamos um valor de "ali-

económica, como sobrevivência resistente de uma indispensável actividade produtiva nacional, e como rubrica decisivamente moderadora do défice na balança comercial e de pagamentos.

No aspecto social, directamente considerado, a sua relevância não é menor. Bem pelo contrário. A "indústria dos têxteis, do vestuário e do couro" representa, em 1993, cerca de 38% dos empregos na indústria (ao mesmo nível de 1953), e de 9% dos empregos total (pouco mais de 7% em 1953). Se se considerarem as actividades a montante e a jusante e, também, as actividades complementares do trabalho operário ou de que este é complemento em tantas zonas do País, pode avaliar-se bem a importância deste sector na vida social portuguesa.

Ainda se acrescentaria, nesta breve caracterização, a vertente regional. Ou seja, a dependência do sector que têm algumas regiões do nosso país. E a propósito cita-se, sempre, a zona do Vale do Ave, mas poder-se-ia, na diversidade do sector, referir a zona da Covilhã, no que respeita ao têxtil do algodão, e não faltariam outras referências pertinentes até porque, nalgumas zonas do País, quando se fala de indústria, é de actividade têxtil a existente que se fala.

Um sector a exigir atenção particular

Por tudo isto, o sector teria de merecer - mais, de exigir! - uma atenção particular. E o PCP nunca esteve desatento... E essa atenção tem de ter em conta todas as vertentes e níveis do sector, e também que ele não é homogêneo.

A importância do "têxtil" vai da existência de trabalho infantil, da situação e condições de trabalho no terreno - anote-se a recente vitória das 40 horas -, às grandes negociações internacionais, em que, muitas vezes, tem sido uma espécie de "moeda de troca"; vai das pequenas e médias empresas, num tecido industrial a preservar, até aos grupos transnacionais, que destroem esse tecido empresarial e colocam ao seu serviço, por via da subcontratação, o que dele procuram fazer sobrar para seu aproveitamento; vai da luta social quase trabalhador a trabalhador à luta sindical, da política regional à defesa de uma economia nacional, de uma óptica de indústria "europeia" à dita globalização em que o sector, pelas suas características, é ilustração das deslocalizações.

Em todos estes níveis há que estar atento e há que lutar, com o único critério avaliador das acções e das lutas que é o de tomar posições de classe, em que o interesse dos trabalhadores se mescla com a defesa de um sector industrial e de uma economia nacional.

Assim tem sido. Também no Parlamento Europeu. Particularmente desde o relatório por que Carlos Carvalhas foi responsável (1989/90), no âmbito das negociações Uruguay Round do GATT, em que foi preciso afirmar, através da defesa do Acordo Multifibras, que o "têxtil" não era um "problema português" mas uma "questão europeia", em que se colocou a salvaguarda indispensável das cláusulas sociais mínimas, em que se abriu um caminho que, entre outros passos, levou à adopção do RETEX, que corresponde à consideração da importância regional do sector e

à necessidade de apoios para diversificação.

O "têxtil" e a obsessão da competitividade

Na onda ultraliberalizante, em que a competitividade surge como uma das palavras mágicas e obsessivas, o sector não podia ficar de fora. Embora os comissários (da Comissão Europeia) que gostariam de "marcar o passo", sobretudo o alemão Bangeman, entendam que tudo se deva reduzir, horizontalmente, a moderar salários, flexibilizar mercados do trabalho e acabar com custosas (porque oneram os custos...) protecções sociais, e que é essa a via de ganhar competitividade face ao desregulado (ou regulado à maneira das transnacionais...) comércio internacional, há especificidades sectoriais que se impõem e que, por isso mesmo, conseguem levar a que tenha de se considerar a competitividade na dimensão sectorial.

Assim se desencadeou um processo, em que os agentes económicos e sociais do sector se puseram de acordo com um documento - de Maio de 1997 -, que a dita Comissão teve de ter em consideração, e que procurou integrar ou adaptar quanto possível à sua perspectiva, o que demorou meio ano, e levou à apresentação de uma comunicação sobre um plano de acção para a competitividade "europeia" do sector.

Pela importância que tem o têxtil para os trabalhadores e para a economia nacional, procurámos - e conseguimos - ganhar o relatório do PE que faz parte do processo institucional. Mas, ao mesmo tempo, recusamos que a nossa participação se assemelhe a "colocar a cereja no cimo do bolo", para usar uma imagem (talvez) sugestiva.

A comunicação da Comissão é mais recuada que o acordo a que chegamos os chamados parceiros sociais no seu documento de Maio de 1997. Para resumir, dir-se-ia que "esquece" as PME, que sublinha a importância da subcontratação no quadro estratégico dos grupos transnacionais, que releva as transformações tecnológicas que estas utilizam ao seu serviço. E quanto a fundamentação estatística, nada, e quanto a plano de acção - fora de medidas "horizontais" da natureza das referidas -, nada de efectivamente sistematizado, o que é outra expressão do recuo relativamente ao citado documento de Maio de 1997.

Se o relatório não tivesse vindo parar a mãos comunistas, talvez (quase certo...) uma comissão parlamentar tivesse elaborado um relatório que nem discussão teria no plenário (é assim se a base jurídica é o art. 52º que estava proposto e foi por nós rejeitada), a tal cereja culminaria o bolo cozinhado e haveria quem se congratulasse por ter sido dado um passo em frente na competitividade do sector têxtil "europeu", à maneira Bangeman, com o acompanhamento de umas afirmações de boas intenções e uns quantos compromissos nada imperativos no plano social.

Assim, é uma oportunidade para mobilizar em defesa do sector, para o debater com que o integra e dele vive, ao nível sindical, de empresas, de associações industriais, de estruturas regionais. É oportunidade que não se irá desperdiçar.



■ Sérgio Ribeiro



GATT/Uruguay Round. Como agora, num relatório sobre um documento da Comissão que propõe um plano de acção para reforçar a competitividade do sector têxtil-vestuário da União Europeia.

O sector têxtil está ligado às grandes transformações que levaram ao aparecimento da indústria, com todas as consequências no plano social e político. Em Portugal, observando as "séries longas para a economia portuguesa", publicadas pelo Banco de Portugal, encontramos uma expressão nacional dessa importância na história contemporânea portuguesa.

mentação, bebidas e tabaco" de quase metade do que agricultura produz e na pesca se captura! Mas feche-se o parêntese e volte-se ao têxtil.

O sector tem a maior importância na balança comercial portuguesa, pois o "vestuário e calçado" representa, em 1993, quase 30% das exportações totais, contra menos de 2% em 1953, e, quanto à importação, embora tenha subido significativamente, pouco passa, em 1993, de 3% das importações, uma vez que estava muito longe do 1% em 1953.

Pode, pois, afirmar-se que o sector mantém uma grande importância na área

■ Rui Fernandes

O Sistema de Autoridade Marítima**O Livro Branco da Política Marítimo-Portuária e a farsa soalheira**

Coube desde sempre à Marinha, através do Sistema de Autoridade Marítima (SAM), um diversificado conjunto de missões visando a afirmação e o exercício da soberania e da jurisdição do Estado nos espaços marítimos sob sua responsabilidade. A criação de um Ministério do Mar (Governos de Cavaco Silva) revelou-se um completo fracasso, sendo certo que contribuiu, com as poucas medidas que tomou, para aumentar a teia de confusões que dominam esta área.

A dança, ao longo dos anos, das reformulações orgânicas e legislativas desinseridas da definição prévia de um objectivo contribuiu somente para fragilizar o Sistema, tanto do ponto de vista dos instrumentos legais como no que respeita aos meios humanos e materiais.

Chegou-se assim a uma situação em que vários ministérios (quase todos) têm competências no Sistema, muitas delas simplesmente formais já que não têm os meios para agir no terreno. Tal estado de coisas acaba por provocar, intestinas lutas de protagonismo, sobreposição de competências, desperdício de meios humanos e materiais, num claro subaproveitamento das potencialidades nacionais.

A nível internacional vai-se assistindo a uma tendência crescente de as respectivas Marinhas se envolverem mais nas chamadas missões de interesse público, tanto mais quanto vai sendo tentada a legitimação da sua actuação em áreas como o combate ao narcotráfico e o terrorismo nos espaços marítimos, em tempo de paz.

Podendo-se compreender tal contributo quando falamos em mar oceânico (100 ou 200 milhas), já dúvidas se levantam quando falamos em mar territorial e, sobretudo, em acções junto à costa ou áreas portuárias.

Sendo certo que não se pode delimitar rigorosamente os limites da operação dos meios da Marinha e do SAM, é também certo que se podem e devem apontar princípios em que excepções sejam excepções e não a regra.

Não há dúvidas de que o Sistema de Autoridade Marítima para existir tem de ter atribuições e competências e também não há dúvidas que se impõe a coordenação dos diversos departamentos do Estado que intervêm no Sistema.

Por outro lado, impõe-se a uma revisão do Regulamento Geral de Capitania, o que pressupõe a definição prévia acerca de que Siste-

ma de Autoridade Marítima necessita o país e que Autoridade Marítima.

As alterações legislativas efectuadas nos últimos anos perspectivam que a Direcção Geral de Marinha (DGM) passe a ser uma Direcção Geral do MDN e que a competência do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) deixe de ser por atribuição mas antes por delegação do ministro, demarcando organicamente e funcionalmente o SAM da estrutura militar. Avança ainda que o Director Geral de Marinha passe a ser nomeado pelo MDN, ouvido o CEMA.

Entretanto, saiu o Estatuto da Polícia Marítima, integrando-a, bem como os seus superiores hierárquicos (oficiais da Marinha), como órgão de polícia criminal, sendo Almirante Director Geral de Marinha o Comandante Geral da Polícia Marítima.

As iniciativas legislativas que têm ocorrido, de que se dá exemplo acima, tornam imperiosa a revisão do Decreto-lei 300/84 - Lei Orgânica do Sistema de Autoridade Marítima.

Aliás, este decreto poderia ter constituído um bom trampolim para uma ponderada mas audaz reestruturação do Sistema.

As medidas avulsas que vêm sendo tomadas tornaram, contudo, ainda mais complexo aquilo que já o era, criando dificuldades acrescidas a uma saída equilibrada e credível para o Sistema.

O Livro Branco da Política Marítimo-Portuária

Este livro, elaborado no Ministério de Cravinho, penetra pelo Sistema de Autoridade Marítima, havendo quem considere que, a materializarem-se as medidas de política nele constantes, serão inevitáveis transformações significativas ao nível do SAM.

O problema não está, como é bom de ver, em provocar transformações. A questão é: que transformações?

Ora, o modelo avançado no Livro Branco parece estilhaçar o conceito de Autoridade Marítima ⁽¹⁾ bem como toda a sua envolvente que, globalmente, dá pelo nome de Sistema de Autoridade Marítima ⁽²⁾.

Este dado-base, a manter-se, poder-se-á traduzir, no concreto, em medidas casuísticas com todos os prejuízos daí resultan-

tes. Atente-se, por exemplo, que actualmente quem certifica um navio tem também competências para processar os respectivos ilícitos contra-ordenacionais. A divisão de águas, adiantada pelo Livro Branco, implica definir como se processará o tratamento desta matéria.

Outro aspecto importantíssimo ligado com a autoridade do Estado prende-se com o entendimento de que os portos não são somente gestão portuária, infra-estruturas e viabilização económica. Os portos são também pontos estratégicos importantes, do ponto de vista da defesa militar.

Por fim, o Livro Branco deixa transparecer a ideia de que ao futuro SAM restará, em grande medida, uma função policial e é omissivo relativamente a um vasto conjunto de aspectos, como sejam, entre outros, o fecho de barras, tratamento de cargas perigosas, remoção de navios, etc.

A farsa soalheira

A recente pompa e circunstância dada ao Conselho de Ministros dedicado aos Oceanos pouco adiantou para a matéria em apreço, a não ser terem sido decididas medidas que esvaziavam ainda mais as competências do capitão de porto, ao transferir o Controlo de Navios pelo Estado de Porto (Port State Control) para a alçada civil, via ministério de João Cravinho.

A transferência de responsabilidade em matéria de fiscalização das condições de segurança e, sobretudo feita da forma como foi - sem definição prévia de um modelo futuro para o SAM e competências do Capitão de Porto -, constituiu, tão-só, mais uma medida desgarrada e por isso nada benéfica para a ponderação sobre o futuro.

O prolongamento do funcionamento do grupo de trabalho constituído em Novembro de 96 com a participação de 9 tuteladas, com o objectivo de "delimitar, definir e organizar a actividade dos departamentos de Estado com responsabilidades nos domínios das costas e das águas sob jurisdição marítima nacional, tendo em vista a redefinição de atribuições, a reestruturação interna e a reformulação do enquadramento orgânico do sistema de autoridade marítima", ao mesmo tempo em que o Governo materializa no terreno opções constantes no Livro Branco, legitima que se questione a seriedade com que o Governo encara esta matéria.

Mesmo no que respeita às decisões tomadas, no referido Conselho de Ministros, com incidência no Direito Marítimo Internacional, importaria saber se porventura foi auscultada a Comissão existente para esta matéria e qual o teor do parecer dado.

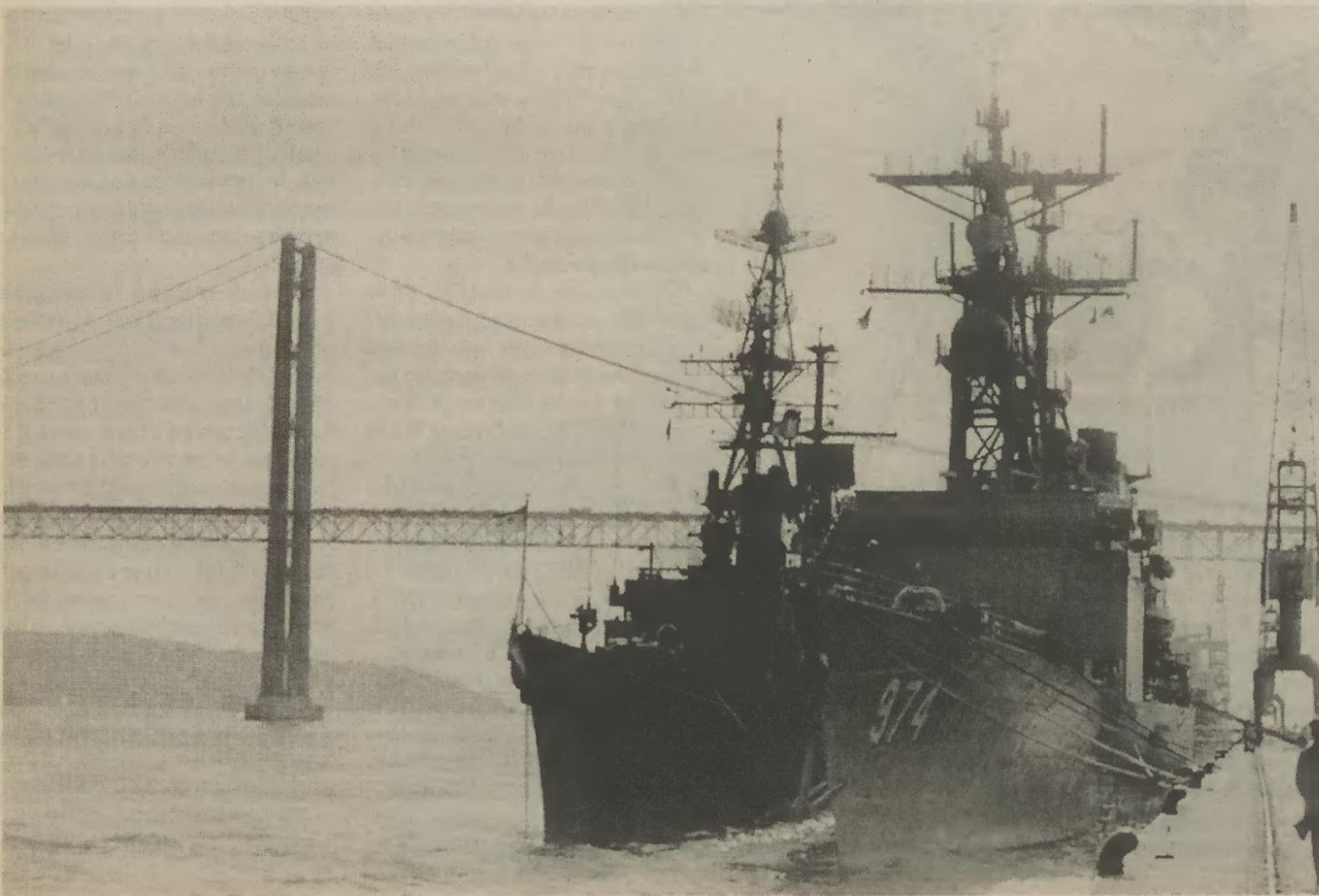
Por fim e no que respeita ao pessoal que opera nesta área, quase tudo continua na mesma, isto é, a zero de medidas. É que a mediatização e a propaganda não apagam a realidade difícil com que se defronta dia a dia quem no terreno lida com os problemas.

Nem tudo o que foi decidido nesse Conselho de Ministros, a bordo de uma fragata que promoveu um cruzeiro no Tejo, num soalheiro dia, foi mau.

Mas no que ao Sistema de Autoridade Marítima diz respeito, tudo não passou de uma soalheira farsa.

⁽¹⁾ Autoridade Marítima encerra-se nas áreas de jurisdição marítima, referido ao cumprimento das leis e regulamentos marítimos.

⁽²⁾ Sistema de Autoridade Marítima tem por fim garantir o cumprimento da lei nos espaços sob jurisdição nacional.



■ José Neto

Política de Segurança Interna

Passar do acessório ao verdadeiramente importante

O ministro Jorge Coelho continua imparável, sob os holofotes de tudo quanto é comunicação social, no permanente foguetório dos milhões e benesses com que vem bafejando as Forças de Segurança. Mas, cuidado, não fiquemos cegos perante tanto fogo de artifício. Por detrás destas medidas - resposta inadiável ao estado de degradação de meios a que os sucessivos governos deixaram chegar as Forças de Segurança - esconde-se não apenas o espectro de novos surtos de violência e insegurança, mas, acima de tudo, a falta de coragem e vontade política para a definição clara das opções de fundo relativamente ao que se quer fazer da PSP e da GNR, à responsabilidade do Estado pela segurança pública e sobretudo àquilo que respeita à política de prevenção.

1. A persistência na sociedade, em elevado grau, dos sentimentos de insegurança, correlacionados com a pequena e média criminalidade em crescimento, mantém na ordem do dia as questões da segurança interna e a acuidade das soluções necessárias para minorar a grave situação actual.

Sem embargo de, na opinião do PCP, estes fenómenos radicalem, sobretudo, em causas de natureza social e económica, desde a toxicodependência e a exclusão social ao desemprego e desigualdade económica, atribuíveis à política global dos sucessivos governos, é no quadro das opções de segurança interna e das inerentes medidas concretas que devem, em grande medida, procurar-se as respostas adequadas à satisfação do direito dos cidadãos à segurança.

Compromissos e promessas por cumprir

2. O anúncio pelo novo ministro da Administração Interna de um conjunto de propósitos e intenções nesta área veio criar entre os cidadãos e nos profissionais das forças de segurança um clima de expectativa. Expectativa moderada, já que constitui o renovar de alguns compromissos e promessas, quer do Partido Socialista quer do ministro Alberto Costa, que nunca foram cumpridos e postos em prática ou apenas parcialmente o foram. Na realidade, e quanto à política de segurança interna deste Governo, as tónicas têm sido a hesitação e a inépcia, as meias políticas e a indefinição relativas a um projecto claro e global.

3. Passaram mais de dois anos de Governo do Partido Socialista - não contestamos medidas positivas tendentes à reposição de efectivos, ao aumento de investimento e melhoria dos meios materiais ao serviço das Forças de Segurança ou à tendência civilista que se desenha para a PSP. São medidas há muito reclamadas e consensuais, que só pecam por tardias, insuficientes, mas sobretudo desinseridas de um quadro global.

O Governo tinha prometido, já para a sessão legislativa que findou, entre outros, dois diplomas fundamentais, uma proposta de lei de orientação da actividade policial e uma proposta de Lei de Bases sobre ensino e formação nas Forças de Segurança - quase dois anos passados, onde estão essas propostas?

4. É incompreensível que o Governo mantenha a indefinição e a falta de um projecto fundamentado quanto à arquitectura das Forças de Segurança no nosso país. Se se aponta, correctamente, para a natureza civil da PSP, não tem justificação deixar de fora uma força como a GNR ainda qualificada organicamente como um "corpo especial de tropas", com um estatuto militar de todo incompatível com as suas missões específicas na área da

Administração Interna. Como não tem igualmente justificação que, para funções idênticas, se mantenha um rígido e pesado enquadramento militar do Exército, sob cuja capa se impõem aos profissionais da Guarda cargas horárias pesadíssimas ou penas disciplinares privativas de liberdade na base de um inadequado e mais que obsoleto Regulamento de Disciplina Militar.

5. No que toca à reestruturação, tardam as medidas, há muito anunciadas, de reorientação dos efectivos existentes, que permitam reconduzir os profissionais das Forças de Segurança à sua missão mais importante, a do patrulhamento - é o caso, por resolver, dos efectivos policiais desviados para serviços na área dos Tribunais - mais de 2 milhões de diligências judiciais em 1997 - ou do excessivo número de agentes das Forças de Segurança nas unidades de reserva da PSP e GNR, sobretudo nas grandes cidades.

A decisão de colocar alguns efectivos do Corpo de Intervenção no patrulhamento de bairros mais problemáticos de Lisboa e Porto está longe de corresponder à proposta, há muito apresentada pelo PCP, de transferir grande parte dos efectivos das várias unidades de reserva da PSP e GNR para o dispositivo territorial das Forças de Segurança em missões de patrulhamento destinadas a garantir a tranquilidade dos cidadãos.

Portugal, mais do que aumentar os efectivos policiais, precisa, sim, de medidas de racionalização do quadro existente.

ção, questionando-se não apenas a sua natureza, mas igualmente o seu papel e as suas funções face às polícias nacionais.

Um debate sério e interessado, que tenha em conta as experiências existentes, não deixará por certo de acentuar a complexidade e os custos que tal opção acarreta e irá mostrar a sua mais do que duvidosa necessidade ou prioridade, num país como o nosso.

É preciso instituir os Conselhos Municipais de Segurança

7. O Governo tem que assumir a responsabilidade de, na origem de muita criminalidade e insegurança que continuam a apormentar as famílias portuguesas, haver ainda enormes atrasos na única opção eficaz nesta matéria - uma política de segurança caracterizada pela proximidade e envolvimento das populações. Isto é, uma polícia cada vez mais próxima, e visível, dos cidadãos, uma polícia ao lado das populações, que tenha a sua confiança e a sua participação na prevenção e no combate ao crime.

A este respeito, o PCP considera inaceitável que o Partido Socialista continue a bloquear uma decisão há muito esperada, que nada condiciona, e para a qual existem projectos de lei que, na Assembleia da República, obtiveram largo consenso - trata-se da decisão de aprovar a Lei dos Conselhos Municipais de Segurança dos Cidadãos, dando assim resposta às necessidades e ao desejo de participação e intervenção das comunidades locais nesta área.

É urgente que não se perca mais tempo. Aos eleitos autárquicos

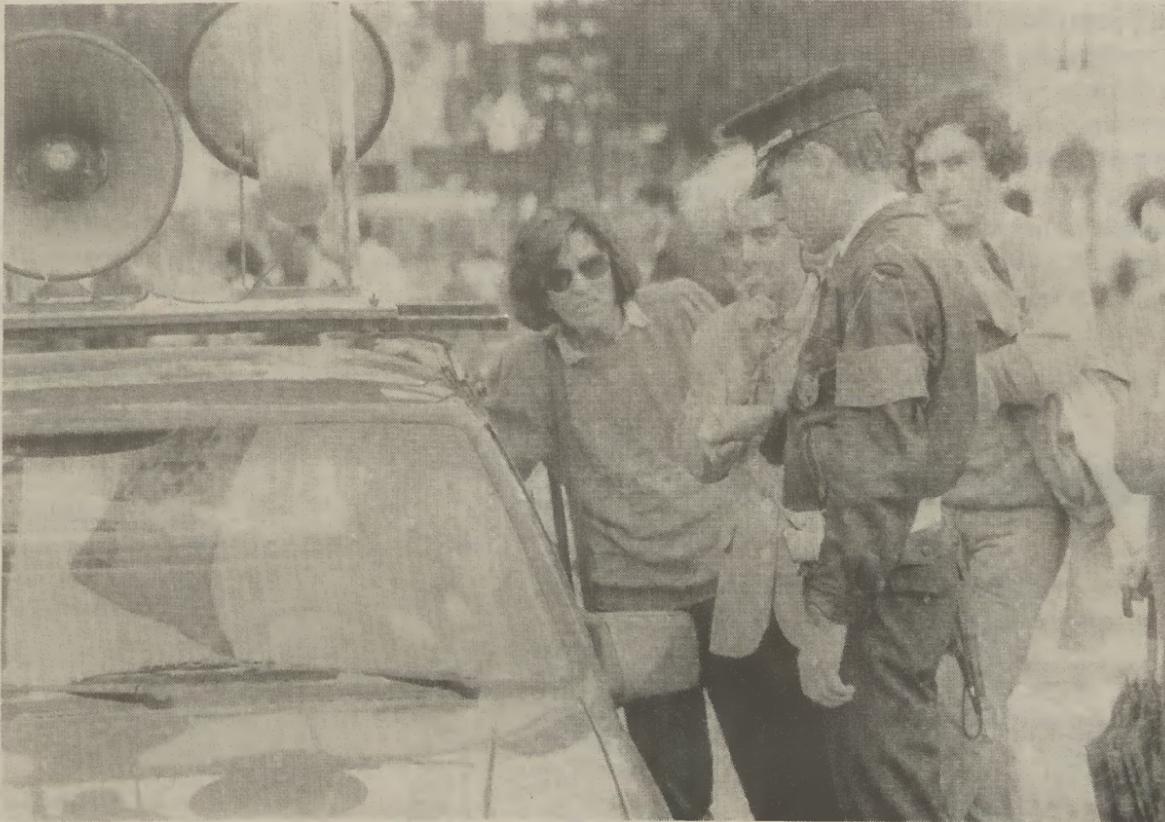
cabe a responsabilidade de instituir, de forma expedita, esses órgãos que, pela sua composição alargada e plural - autarcas, professores, magistrados, forças de segurança, entre outros - terão condições para responder com eficácia aos múltiplos factores de insegurança que perturbam a tranquilidade das populações.

8. Não menos importante é a área dos direitos associativos nas Forças de Segurança. O PCP regista o compromisso assumido pelo MAI no que toca ao sindicalismo policial, reconhecendo finalmente a justeza do objectivo que, como é do conhecimento público, o PCP de há longos anos vem prosseguindo, em nome da exigência de dignificação dos cidadãos que são profissionais das Forças de Segurança e dos padrões existentes em todos os países da União Europeia.

Ao Partido Socialista e ao Governo cabe agora a apresentação, que se espera rápida, na Assembleia da República, do respectivo projecto ou proposta de lei, por forma a ser discutido e votado na actual sessão legislativa, dando finalmente satisfação à exigência e à luta dos polícias, com larguíssimo consenso e apoio na sociedade portuguesa.

9. Nesta área da segurança interna é conhecido que o PCP tem uma intervenção pública constante na defesa da segurança e tranquilidade das populações. Por via parlamentar é, de longe, o partido com mais projectos de lei apresentados. O projecto de lei sobre as Grandes Opções de Política de Segurança Interna, que apresentámos nesta legislatura e aguarda discussão, consubstancia o pensamento e as propostas concretas do PCP nesta matéria, centrados em dois vectores principais: para uma política de segurança interna - a proximidade, a prevenção e a participação das comunidades locais; para as Forças de Segurança - desmilitarização, natureza civil das forças, dignificação dos profissionais.

É à Assembleia da República que deve caber a definição das linhas básicas da política de segurança interna. O PCP reafirma a sua inteira disponibilidade para o debate que conduza à definição e clarificação (sempre adiadas) da estratégia e das políticas que possam contribuir para a segurança e tranquilidade a que os cidadãos têm direito.



Polícias Municipais - uma solução cara e desnecessária

6. O Governo do Partido Socialista volta a insistir na ideia da criação das Polícias Municipais. Mas, novamente, é a indefinição e a falta de clareza que caracterizam o projecto. Ou o Governo não sabe o que quer ou teme as consequências de um projecto que já antevê megalómano. De facto, assim parece. Por isso, não é dito quanto iria custar às autarquias e ao País a criação de um número indefinido, mas seguramente elevado, de polícias municipais.

Deve ficar claro que não é com o voto favorável do PCP que o Governo transferirá para o Poder Local responsabilidades e custos na área da segurança interna. Assim como não será com o nosso aval que passaremos a ter em Portugal um dispositivo policial que se aproxima rapidamente dos 50.000 agentes. Ao invés de um aparelho policial caro e claramente excessivo para as necessidades e possibilidades do País, melhor seria que o Governo investisse seriamente no combate à pobreza, em políticas para a Juventude, em programas locais para os jovens. É desse, e de outros investimentos, que o País mais precisa, para assegurar uma maior coesão social.

O Governo não desconhece que a experiência de alguns países europeus onde existem polícias municipais está em fase de reavalia-

■ Jorge
Figueiredo

O comércio da tortura

O governo dos Estados Unidos da América não só permite a fabricação e exportação de instrumentos de tortura como, desde 1984, o US Department of Commerce tem categorias próprias para designar tais produtos e efectuar a respectiva classificação aduaneira. É o que se pode verificar no relatório "Uma avaliação das tecnologias de controlo político (Estudo provisório)", do Parlamento Europeu (PE 166 499/Int.St.), publicado em 19/Jan/98, com 76 páginas mais um anexo denominado "Material ilustrativo".

O relatório é explícito e minucioso. No período de Setembro/91 a Dezembro/93, o Departamento do Comércio dos EUA aprovou cerca de 350 licenças de exportação de mercadorias da categoria OA82C. Esta classificação da pauta aduaneira norte-americana inclui: soqueiras (*saps*), algemas (*thumbcuffs*), anjinhos (*thumbscrews*), imobilizadores de pernas (*leg irons*), grilhetas para braços e pernas (*shackles and handcuffs*), implementos de tortura especialmente concebidos e camisas de força (*straight jackets*), etc. Por sua vez, a categoria OA84C inclui: armas de aturdimento (*stun guns*), bastões de choque (*shock batons*), agulhões eléctricos para gado (*electric cattle prods*) e outras armas de imobilização. No mesmo período, o Departamento do Comércio dos EUA aprovou mais de 2000 autorizações de exportação desta categoria. Na lista dos países compradores estão numerosos países da União Europeia, tais como Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Itália, Holanda, Espanha e Reino Unido. O relatório afirma que "as licenças representam um instante das autorizações para a venda ao estrangeiro, elas não indicam o local real de entrega e nem são abrangentes, pois países da NATO, como a Turquia, não exigem uma licença" (pg. 57).

Empresas norte-americanas como a Technipol e a US Shok-Baton Company anunciam livremente tais mercadorias, em aberta violação dos direitos humanos. E, durante décadas, a infame School of the Americas, em Fort Benning

(Georgia) treinou milhares de militares latino-americanos na utilização destes instrumentos. Esta escola de assassinos, também conhecida como "La escuela del golpe" continua a funcionar até hoje. Os esquadrões da morte na Guatemala, em Honduras e tantos outros países centro e sul-americanos aprendem ali os seus métodos de actuação. Alguns dos manuais desta escola chegaram a ser divulgados. Um deles, acerca do tratamento a ser dado a prisioneiros, confirma que a escola de Fort Benning merece o nome de Escola de Assassinos.

Este relatório do Parlamento Europeu é tão denso que seria impraticável dar uma pálida ideia dos factos sinistros ali descritos. Os seus onze capítulos descrevem de forma tão exaustiva quanto possível o negócio que é a repressão. Verifica-se que já não se trata apenas de um assunto de Estado, pois há numerosíssimas empresas de todo o mundo (nos EUA e não só) envolvidas neste comércio sujo. Fazem feiras, publicam catálogos e manuais de instrução, realizam promoções e discretas publicidades dirigidas ao público-alvo certo: os aparelhos repressivos, militares e policiais, deste mundo cada vez mais globalizado.

Os principais capítulos do relatório tratam do "Papel e função das tecnologias de controlo político"; "Tendências recentes e inovações"; "Desenvolvimentos em tecnologia de vigilância"; "Inovações em armas de controlo de multidões"; "Novos sistemas de controlo de prisões"; "Interrogatório, técnicas de tortura e tecnologias"; "Regulamentação da proliferação horizontal". É sem dúvida mérito do Parlamento Europeu, do seu autor (Sr. Steve Wright) e do seu editor (Sr. Dick Holdworth) que se tenham debruçado sobre um tema tão escabroso como este. Há verdades que devem ser ditas. Discursos retóricos sobre direitos humanos são vazios quando se fecha os olhos à realidade.

A guerra dos EUA contra Cuba

A queixa de Cuba na ONU, motivada pela introdução no seu território da praga *Thrips Palmi* veio chamar a atenção para as acções de guerra biológica que os EUA têm desencadeado quase ininterruptamente contra a Ilha socialista.

As provas relativas ao último desses crimes são irrefutáveis. No dia 21 de Outubro do ano passado, um avião norte-americano, modelo S2RT-65, de matrícula 3093-M, enquanto cruzava a baixa altitude o espaço aéreo cubano, lançou uma substância desconhecida. O incidente foi registado por um aparelho da *Cubana de Aviación*. Semanas depois apareceu maciçamente no local um insecto exótico que começou a atacar as plantações de batata. Analisando as amostras, os laboratórios identificaram no referido insecto o *Thrips Palmi Karni*, uma praga até então inexistente em Cuba. Seis províncias estão presentemente infestadas.

Ao recordar o acontecimento no discurso de abertura do V Congresso do PCC, Fidel Castro procedeu a um breve inventário da já longa série de agressões biológicas contra Cuba, concebidas e executadas pelos EUA.

Citamos, a seguir, algumas:

- Em 1965, em Santiago de las Vegas, um subúrbio de Havana, desceu um globo de plástico que ao chocar-se com o solo kibertou um pó branco que contaminou os canaviais próximos, destruindo a colheita.

- Em Setembro de 1968, foi preso um cidadão estrangeiro, membro de um organismo internacional, ao provar-se que havia introduzido em Cuba um vírus que atacava os cafezais.

- Em 1970, aviões norte-americanos trataram quimicamente massas de nuvens próximas do território cubano, afectando a safra açucareira. A experiência visava a obtenção de informações para o desenvolvimento de um projecto do Pentágono intitulado «The Colling», sobre mudanças climáticas.

- Em 1971, a partir da base militar de Fort Gullick, na Zona do Canal de Panamá, os EUA introduziram em Cuba o vírus da peste suína africana. Foi necessário abater milhares de animais.

- Em 1977, no município Pilon, no Oriente, foi identificado o *carvão de cana*, praga antes inexistente no país.

- Em 1978, os prejuízos do chamado *Moho Azul*, outra praga nova, ascenderam a 343 milhões de pesos.

- Também em 1978, a praga *Roya*, vinda de fora, obrigou a destruir os canaviais plantados com a Barbados-4362, uma das melhores variedades da ilha.

- Em 1979, em Guantanamo, apareceu uma variedade da peste suína africana, produzida em laboratório. Foi necessário abater mais de 173 000 porcos.

- Em 1981, o rebanho bovino foi atacado pela pseudo *Dermatite Modular*, na província de Villa Clara. A doença, antes desconhecida em Cuba, afectou 10 das 14 províncias, provocando enormes prejuízos.

- Em 1981, o país foi atingido por uma súbita e violenta epidemia de *dengue* hemorrágico. Mais de 350 000 pessoas foram contaminadas, sobretudo crianças. Apesar das medidas sanitárias tomadas pelas autoridades, houve 150 casos fatais. As investigações provaram que aquela modalidade de dengue correspondia ao *Nova Guiné-1924*, serotipo O2, somente produzido em laboratório. Soube-se mais tarde que um agente da CIA havia estudado em 1975 o dengue de serotipo O1, obten-



Os interessados em obter um exemplar (gratuito) deste relatório — chama-se "An Appraisal of Technologies of Political Control", document number PE 166 499 — devem dirigir-se a:

Ms. Karin Sercu, STOA Programme
Directorate-General for Research,
Directorate B, Eastman 112,
rue Belliard 97-113,
B-1047 Bruxelles,
Bélgica Fax:
32-22-849059

biológica



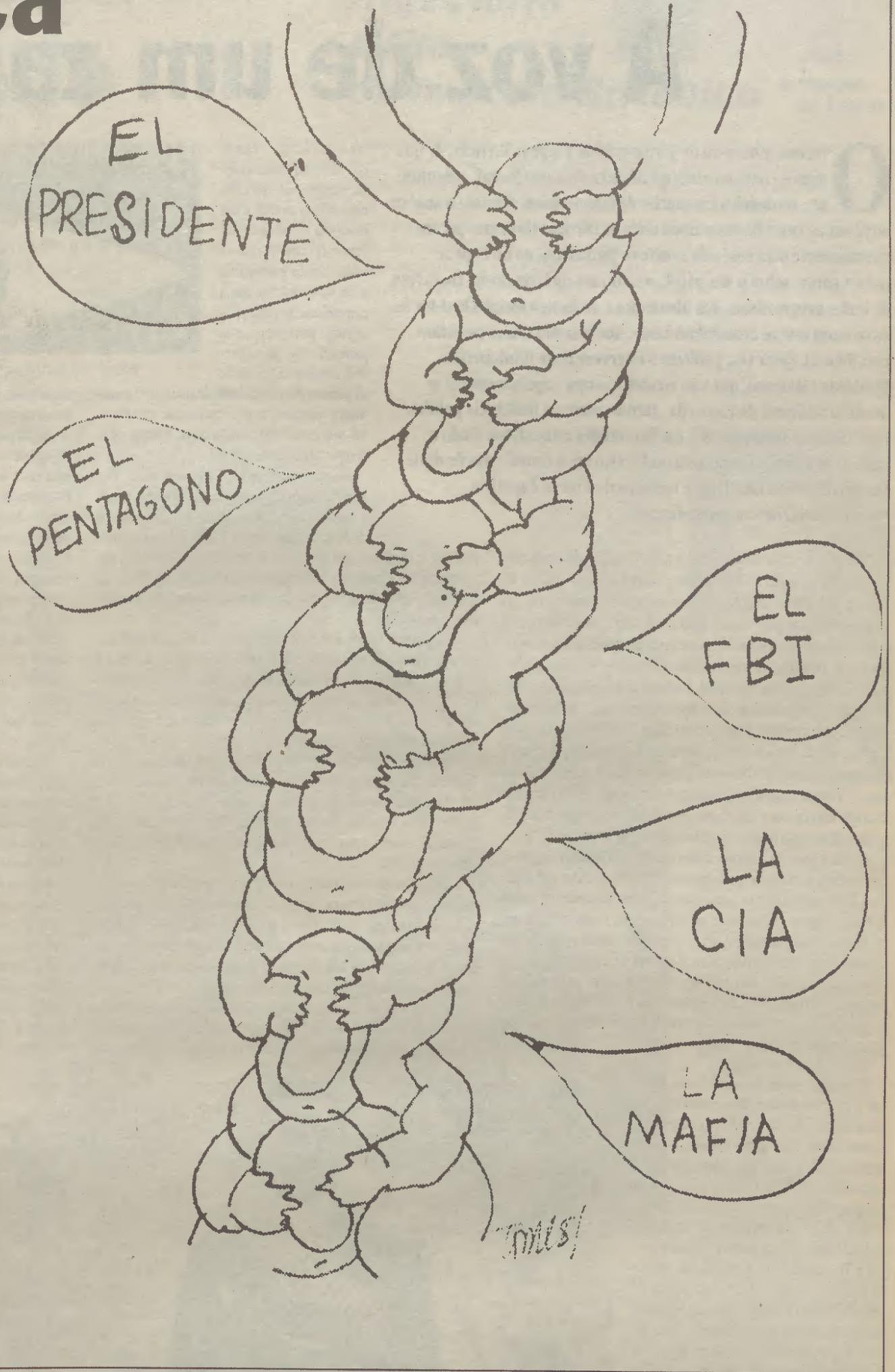
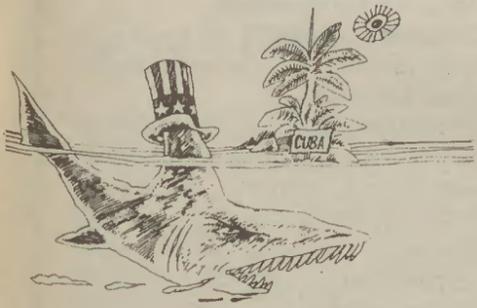
■ Miguel Urbano Rodrigues

do a informação de que em Cuba não existiam anticorpos do serotipo O2. Soube-se igualmente que em 1981, antes da epidemia de dengue, a guarnição da base norte-americana de Guantanamo fora previamente vacinada, não se registando ali qualquer caso da doença. Posteriormente, uma publicação norte-americana, «Cover Action», na sua edição de 6 de Agosto de 1982, afirmou que a epidemia de dengue em Cuba pode ter sido uma operação secreta da CIA.

- Em 1984, o contra-revolucionário Eduardo Arocena, chefe da organização terrorista Omega 7, fez uma confissão importante ao responder nos EUA pelo assassinio do diplomata cubano Félix Garcia. Reconheceu ter introduzido na ilha «os germes de uma epidemia» no contexto da guerra biológica que os EUA desenvolveram contra a ilha.

- Em 1981, chegou a conjuntivite hemorrágica provocada por um vírus que não existia no continente americano.

- Em 1984, um surto de *desintéria atípica* matou 18 crianças em Guantanamo. As investigações provaram que a bactéria responsável, a *Shiguella* serotipo O1, nunca fora antes identificada no país. As primeiras pessoas atacadas tinham ingerido na Base de Guantanamo alimentos e bebidas contaminados.



- Em 1985, foi detectado nos aviários um vírus de bronquite infecciosa. A mortalidade foi enorme.

- Em 1989, no rebanho de vacas leiteiras, alastrou a *Mamitis ulcerativa* – herpes vírus MUB – ocasionando uma mortalidade que em certas províncias atingiu os 80 por cento.

- Em 1990, a *Sigatoka Negra* devastou os bananais de seis províncias. A *Sigatoka Negra* não fora antes identificada em Cuba.

- Em 1991, a *Acarosis* reduziu drasticamente a produção de mel. Essa doença, que encurta a vida das abelhas, somente pode ser combatida com um produto suíço de custo altíssimo.

- Em Março do mesmo ano, as plantações de tabaco de Pinar del Rio foram atacadas por um fungo desconhecido.

- Em 1992, o *pulgão negro* infestou os laranjais em circunstâncias misteriosas.

- Em 1993, mais de 122 000 coelhos morreram ou foram abatidos em circunstância do súbito aparecimento de um vírus hemorrágico.

- Em Fevereiro de 1995, no aeroporto internacional Jose Martí, foram apreendidas a um cidadão norte-americano substâncias que continham o vírus da chamada tristeza dos citrinos.

- Em 1997, foi identificada a presença na província de Havana de um insecto desconhecido no país que devora os grãos de arroz. Trata-se do *ácaro ateneo tarsoreus spinid smiley*, inexistente no continente americano.

Comentando essas acções de guerra biológica, Fidel Castro chamou a atenção para a desumanidade e a irresponsabilidade crescentes dos governantes dos EUA.

«Qualquer dia – disse então –, aparecem por aí uns senadores ou legisladores e desclassificam alguns documentos – não sei se será dentro de 50 ou 100 anos – e dirão como se introduziram pragas como essas no nosso país. Temos que esperar por ora. Esperem e provavelmente dentro de uns anos até podem pedir perdão porque realizaram experiências também nos próprios EUA, com a população norte-americana, experiências sobre os efeitos das radiações nucleares sobre doenças como a sífilis, em que a uma quantidade de gente, sem

nada se lhe dizer, punham um produto porque queriam investigar. Centenas de pessoas eram utilizadas para investigar qual o efeito dessa doença, gente pobre, claro, gente do povo. Realizaram experiências com a sua própria gente. Então, depois de uma quantidade de anos, a coisa sabe-se e pedem perdão, desculpam-se.

Pelo que fez um presidente vem outro depois e pede perdão pelo que o outro fez quando as vítimas já estão mortas. E isso foi feito com o seu próprio povo.

Quantas vezes não nos trataram como cobaias para provar os efeitos de doenças em plantas e no homem.»

O rol destas acções de guerra biológica desencadeadas contra Cuba reflecte bem a imagem da perigosa e monstruosa engrenagem que nos EUA controla o Poder.

A perversão mediática atingiu entretanto tal nível que de Paris a Tóquio, de Otawa a Lisboa, a televisão, os jornais, a rádio não se cansam de reproduzir, com seriedade, o cacarejar diário norte-americano sobre os direitos humanos, difundido pela propaganda do país cujos dirigentes menos os respeita no mundo.

Ainda o Encontro de Jornalistas de Línguas Ibéricas

A voz de um zapatista

O recente Encontro de Jornalistas de Línguas Ibéricas, de que demos conta no anterior número do nosso jornal, constituiu um verdadeiro manancial de intervenções, durante o qual se ouviram as vozes de um mundo onde os Direitos Humanos pecam normalmente pela ausência e onde os jornalistas, ao invés de se interrogarem sobre o seu papel, assumiram-no largamente em defesa de ideias progressistas, das liberdades e da justiça social. Ouvi-los foi ouvir lutas que se desenrolam longe, mas que nos dizem respeito. Escolhemos, desta vez, publicar a intervenção de Raúl Jardón, jornalista mexicano, que não escondeu, antes orgulhosamente se mostrou militante de esquerda. Jardón iniciou a militância política com 15 anos - tem hoje 48 -, nas juventudes comunistas, vindo a militar no Partido Comunista do México até à transformação deste em partido socialista. Hoje é membro da Frente Zapatista. Eis o essencial da sua comunicação:

“Devo declarar que o convite original foi feito para que viesse aqui o companheiro subcomandante Marcos, do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), mas por esta altura ele encontra-se um pouco ocupado a iludir o cerco militar cada vez mais estreito que o governo do meu país estende em torno das comunidades zapatistas, em vez de perseguir os grupos paramilitares que cometeram o massacre de 45 indígenas em Acteal, Chiapas. Isso impediu inclusivamente que pudesse inteirar-se a tempo deste encontro e enviar a mensagem que certamente teria querido fazer-vos chegar e assim me coube a mim estar convosco porque os companheiros da Frente Zapatista de Libertação Nacional, organização irmã do EZLN disseram: «Já que se trata de um encontro de jornalistas, que vá um zapatista que é jornalista e lhes conte, como jornalista e como zapatista, o que está vivendo o povo mexicano nestes dias.»

Assim, a primeira coisa que tenho a dizer-vos é que, tanto para os companheiros indígenas e camponeses das comunidades zapatistas em Chiapas como para os integrantes da Frente Zapatista em todo o México, é muito importante e estimulante que se convide o companheiro subcomandante Marcos a reuniões como estas, porque convites assim mostram o interesse, a esperança e a solidariedade que despertou no mundo a luta empreendida pelos «mais pequenos», os indígenas cuja palavra o EZLN ergueu desde o 1º de Janeiro de 1994, e que se sentem irmanados com todos os explorados, oprimidos ou discriminados em todo o mundo.

Companheiros jornalistas:

Certamente sabeis que nas últimas semanas o governo do meu país se converteu no campeão mundial da xenofobia e do chauvinismo. O mesmo regime que acata docilmente os ditames do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial acerca de como se deve conduzir a economia, o mesmo regime que se sente orgulhoso de ter modificado as nossas leis nacionais para poder assinar o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, o mesmo regime que suplica de joelhos à União Europeia para que não tome demasiado a sério a sua «cláusula democrática» e que esqueça o massacre de Acteal para assinar um acordo de livre comércio; esse mesmo regime logo se reclama de um suposto nacionalismo que havia lançado ao lixo em nome da modernidade e da globalização e descobre «demónios estrangeiros» que, segundo ele, ameaçam uma pátria cujos interesses esse regime defende na hora de dançar ao ritmo do índice Dow Jones, Nikkei ou do «efeito do Dragão».

Esses «demónios estrangeiros» não são outros senão as centenas de jovens, principalmente europeus e estadunidenses que, entusiasmados pela esperança zapatista, estão compartilhando dos sofrimentos das comunidades indígenas chiapanecas e interpondo os seus corpos e câmaras fotográficas entre essas comunidades e os comboios militares e policiais que, na verdade, além de ameaçarem com as suas armas, também fotografam e filmam até as crianças para as identificar como «subversivos transgressores da lei».

Disse o governo do meu país que está expulsando estrangeiros apenas quando se intrometam em assuntos políticos nacionais,

mas, caramba!, desde quando é intervencionismo interpor o corpo entre um soldado armado e um indígena desarmado, ou viver durante semanas numa aldeia perdida na selva para conseguir que a comunidade se sinta mais segura, pois os grupos paramilitares, que segundo o governo não existem, só pensam duas vezes antes de atacar uma comunidade quando temem a repercussão internacional que teria o testemunho ou os danos a esses companheiros estrangeiros?

Os mexicanos de bem dizemos: não, esses companheiros estrangeiros não são intervencionistas, são iguais ao espanhol Francisco Xavier de Mina que nos ajudou a lutar pela nossa inde-

pendência, são iguais aos irlandeses do batalhão de S. Patrício que nos ajudaram a lutar contra a invasão estadunidense de 1847; são iguais a Abraham Lincoln que condenou essa invasão. São, simplesmente, nossos irmãos.

Mas, pasmai, companheiros jornalistas, o governo que hoje persegue estrangeiros no México é o mesmo que se nega a cumprir a palavra dada pelos seus representantes que assinaram em Fevereiro de 1996 os Acordos de Santo André porque, segundo ele, esses acordos põem em perigo a unidade nacional e podem fazer surgir outra Bósnia ou balcanizar o nosso país.

E que dizem os Acordos de Santo André sobre direitos e cultura indígenas que assinaram os representantes do governo mexicano com o EZLN e que esse mesmo governo se nega a cumprir?

Pois esses acordos nem sequer elevam a autonomia dos povos indígenas a níveis como os que conquistou o povo catalão dentro do Estado espanhol.

Não, são muito mais simples e modestos. Apenas me referirei às quatro partes que o governo objectou e satanizou. Uma é a que reconhece a autonomia, porém dentro do Estado mexicano e estabelecendo a obrigação de que os pareceres e resoluções que se levem a cabo nas 56 etnias do país deverão ser ratificadas pelas autoridades jurisdicionais do Estado e deixando claro que o respeito dos usos e costumes indígenas terá lugar sempre e quando se salvaguardem os direitos civis e humanos de todas as pessoas, especialmente das mulheres. Outra assinala que respeitarão os normativos internos das



etnias e que as zonas em que os povos indígenas façam valer a sua autonomia serão entidades de direito público e que os municípios que se autodefinem como indígenas poderão associar-se, mas apenas para coordenar as suas acções sem romper o pacto federal. Uma ainda estabelece, seguindo exactamente as disposições do Convénio 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificado há tempos pelo Senado do meu país e portanto convertido em lei nacional, que os indígenas têm direito ao usufruto colectivo das suas terras, territórios e recursos naturais, excepto aqueles que a Constituição estabelece como propriedade da nação e assinala que as etnias têm direito a conceber programas educativos para elas e a dispor dos seus próprios meios de comunicação. Finalmente, a quarta parte que o governo vê como ameaça à unidade nacional simplesmente estabelece que devem aprovar-se leis que instituem a concorrência da acção dos governos federal, estatais e municipais nas acções e determinações sobre os povos indígenas.

Pois bem, essas são as coisas que o governo se nega a conceder, impedindo assim que se avance no sentido da paz.

Entretanto, desde a matança de Acteal não foi dissolvido nenhum grupo paramilitar, nem se avançou na investigação sobre as autoridades que patrocinaram o surgimento e a acção criminosa desses grupos paramilitares para combater as comunidades zapatistas. E não se avançou nisso apesar de a Comissão Governamental de Direitos Humanos ter reconhecido no seu relatório sobre o massacre de Acteal que este teve a cumplicidade de «algumas» autoridades superiores, tanto nesse facto como na actividade dos paramilitares.

Entretanto, a polícia e o exército só encontram armas ilegais fora da zona do conflito chiapaneco e nem sequer descobriram todas as que se usaram na matança de Acteal.

Entretanto, há mais de 10 mil deslocados em Chiapas que não podem voltar às suas aldeias por temerem ser agredidos pelos paramilitares e as detenções policiais e militares neste Estado multiplicam-se, anulando a liberdade de trânsito estabelecida constitucionalmente.

Entretanto, em Estados do centro e do norte do país, como Queretaro, Chihuahua e Baixa Califórnia, reprimem-se ou prendem-se membros da Frente Zapatista sob diversos pretextos.

Companheiros jornalistas:

Isto é o que se está a passar no meu país enquanto estamos aqui reunidos.

O México tem cerca de 92 milhões de habitantes e, entre estes, cerca de 10 milhões de indígenas. Os números oficiais reconhecem que mais de 40 por cento dos mexicanos vivem na marginalidade e na pobreza. Graças às lutas populares, abriram-se muitos espaços democráticos, entre eles o termos hoje meios de comunicação muito mais livres, mas a situação em Chiapas faz com que muitos respeitadíssimos analistas políticos do meu país assinalem que não se pode saber, todavia, se o México está realmente em transição para a democracia plena ou para um regime mais autoritário do que aquele que temos sofrido até agora.

Oxalá este breve resumo que vos apresentei sirva para alertar a sociedade das vossas respectivas nações acerca da encruzilhada em que se encontra o meu país, encruzilhada na qual amplos sectores da sociedade exigem mudanças profundas em favor da maioria, mas há forças poderosas que querem fechar os espaços conquistados. Encruzilhada na qual os companheiros do EZLN acataram a vontade da sociedade e por isso não usaram as armas, mas, pelo contrário, fizeram da palavra o seu principal instrumento de luta.

Não deixéis que essa palavra seja calada pela força! Não permiti que voltem a falar as armas! Vós, nós, como jornalistas, podemos ajudar muito a impedir a guerra; temos apenas uma arma, pequena e às vezes desprezada, mas muito poderosa: dizer a verdade, cortar o passo à mentira que sempre se usa para justificar a violência.

Obrigado.”

■ Raúl Jardón



Zapata, o herói inspirador das actuais lutas pelos direitos dos indígenas mexicanos

A ocupação do mundo

18 **Formação, trajectória e fim**

do Império Britânico ■ Manoel de Lencastre



Foi, portanto, após a derrota de Napoleão e o seu transporte para a ilha de Santa Helena que o Segundo Império britânico se consolidou perante o mundo perplexo e a ocupação de todos os continentes se intensificou. A colonização da Austrália e da Nova Zelândia, o alargamento do domínio britânico a todo o Canadá, a anexação da África do Sul, o controlo do Egipto e do Sudão, colocaram a Grã-Bretanha na posição de primeira potência mundial. Por outro lado, a penetração imperial em toda a Índia e as condições específicas do histórico encontro entre os dois povos e as duas culturas faziam desta a jóia principal da coroa da rainha Victória. Por isso, a neta de George III foi feita imperatriz.

Como já sabemos, a colonização da Austrália começou com a chegada de 717 presos (198 mulheres), oriundos das pavorosas penitenciárias britânicas, à «Botany Bay», Sydney, em 1788. As «Terras do Diabo» eram já conhecidas, não só através das viagens do capitão James Cook. Portugueses, espanhóis, holandeses, tinham navegado naquela zona do Globo. Mas a Inglaterra, dado que as prisões do país estavam a abarrotar, decidiu que ali, nas colónias do hemisfério Sul (Austrália, Nova Zelândia, Tasmânia), seria o local ideal para destino de milhares de infelizes excluí-

A situação estratégica do Império transformou-se com a abertura do Canal de Suez (1869). A partir de então, a rota para a Índia far-se-ia em três semanas e não em três meses. E o cabo da Boa Esperança deixava de existir, praticamente, para a «Royal Navy». Em 1875, o primeiro-ministro, Disraeli (1804-1881), organizou a compra de acções da Companhia do Canal de Suez por 4 milhões de libras, numa época em que as finanças do Egipto se achavam sob controlo internacional devido aos débitos monumentais acumulados. A subjugação do país, quando representantes do imperialismo faziam parte do governo do Cairo, levou à insurreição. Em Alexandria, registaram-se mais de 50 mortos entre cidadãos de países europeus. O governo de Londres agiu sem demora ordenando que a esquadra reduzisse a fumo e a

Canadá

Três imensas forças dominavam a conjuntura: o capital financeiro sediado na City, a indústria transformadora que já começava a estender-se a todo o país, e a presença da «Royal Navy», defensora suprema das Ilhas britânicas, em todos os mares e oceanos. A colonização do Canadá processou-se com alguma rapidez. Tratava-se do território ultramarino, especialmente as províncias marítimas, que se situava mais próximo da Grã-Bretanha onde a população de 16 milhões de habitantes vivia em condições miseráveis de habitação, de falta de cuidados de saúde, na selva de incontáveis doenças fatais, mas divisava um futuro diferente nas colónias. A fome e a repressão política e militar na Irlanda provocaram, também, a canalização de massas consideráveis de gente desesperada para os novos territórios imperiais. E aos largos milhares de cidadãos britânicos que preferiram não ficar na jovem república dos Estados Unidos da América abriu-se o caminho da província do Ontário – deixaram para trás a vida nova que haviam construído e recomeçaram. Quando se travou a batalha de Waterloo, o Canadá contava com meio milhão de colonos europeus mas, vinte anos mais tarde, esse número triplicara. E perante as enormidades provocadas pela Guerra Civil americana, os territórios canadianos sob o domínio da Coroa britânica decidiram que seria melhor entrar na História como entidade separada e diferente. Mais tarde, a abertura do «Canadian Pacific Railway» aproximou-os de maneira mais firme. O Império fixava-se, assim, no continente norte-americano.

«Terras do Diabo»

A situação na África do Sul era diferente. Aí, tinham-se estabelecido interesses coloniais holandeses que haviam, em considerável medida e um pouco por todo o mundo, substituído posições portuguesas. Depois da primeira guerra verdadeiramente global que a História registava, travada entre os dois povos, surgiu a Grã-Bretanha a tirar partido do enfraquecimento de ambos. Ergueu a sua bandeira onde as dos impérios coloniais anteriores começavam a desaparecer.

Em 1857, em consequência da presença holandesa e britânica, existiam, naquilo a que hoje chamamos, simplesmente, a África do Sul, cinco repúblicas e três territórios coloniais. Mas era evidente, clara, determinante, a posição de supremacia exercida pelo capital financeiro, pelo comércio, pelas primeiras iniciativas industriais da Grã-Bretanha.

A descoberta de jazigos de ouro no Transvaal, em 1886, alterou a situação. Cecil Rhodes (1853-1902) conseguiu meios para dominar, também, a produção de diamantes. A fundação, em Kimberley, da «De Beers», em 1880, e da «Consolidated Gold Fields» (1887), transformaria o mapa económico sul-africano. Perante as actividades destas novas companhias cujos recursos eram gigantescos, o que representavam as explorações agrícolas tradicionais, as tentativas simples de economia familiar levadas ao campo da agro-pecuária e impulsionadas por um estilo de vida quase romântico dos «boers», leitores da Bíblia? Naturalmente, após as chamadas guerras dos «boers», as pequenas repúblicas que tinham fundado acabaram por ser digeridas pelo Império. Titchener, um dos generais britânicos mais activos nas guerras do Império, não hesitou em enviar os «boers» para campos de concentração e a paz britânica foi estabelecida, em 1903, com a assinatura do Tratado de Vereeniging.



General Gordon

cinzas as fortificações egípcias que ameaçavam a navegação britânica. Então, um exército comandado pelo general Sir Garnet Wolseley foi feito seguir «rapidamente e em força» para o Egipto. Este país passou à classe de protectorado e a nova situação criada levou a Grã-Bretanha a envolver-se mais profundamente, ainda, nos respectivos negócios.

Gordon abandonado

Nas condições políticas internacionais do tempo, a intervenção britânica no Egipto

só poderia conduzir o governo de Whitehall a intervir, também, nos assuntos do Sudão. Neste país, a influência de Al-Mahdi, um dirigente religioso e patriótico cujos seguidores, em armas, haviam destruído um exército egípcio, era enorme. A conjuntura originou situações difíceis para o aparelho militar imperial e para o próprio governo de Gladstone (1809-1898) quando uma força militar britânica foi enviada para Kartum, comandada pelo lendário general Gordon que servira na Crimeia e na China. O objectivo, em Janeiro de 1884, era conseguir a libertação de guarnições egípcias isoladas na imensidão do país que Al-Mahdi controlava.

O general Charles Gordon (1833-1885), um herói entre heróis, segundo Gladstone, foi abandonado à sua sorte. Mas o povo britânico nunca aceitou a hesitação governamental em enviar para o Sudão um autêntico exército que libertasse Gordon. Quando Kitchener chegou a Kartum, o herói já não pertencia ao número dos vivos. A Inglaterra passou a considerá-lo como um dos seus, um mártir, um Soldado do Império.

No dia em que Alexandrina Victoria (1819-1901) subiu ao trono em 1837, sucedendo a seu tio, William IV, o Império abrangia o mundo; o seu desenvolvimento, a sua expansão não tinham limites. Mas era na City que se acumulavam todos os dividendos das multinacionais actividades de exploração económica e financeira que hora a hora, dia a dia, em todos os anos, o Império realizava. O povo britânico diria: «Britannia ruled the waves, but the Empire ruined the people» (A Grã-Bretanha governava sobre as ondas, mas o Império arruinou o povo).

dos da civilização pela Coroa. Com esses, começaram a embarcar, também, e com a mais monótona das regularidades, patriotas e revolucionários irlandeses. E os presos, nas condições bárbaras das «Terras do Diabo» (já eram 53.000 em 1830), deitaram as mãos ao trabalho.

Do Cabo até ao Cairo

Regressemos à África do Sul. A ganância de Cecil Rhodes não conhecia limites. Utilizando meios de gritante deslealdade ao serviço do projecto da «British South Africa Company», induziu o rei do povo de Natabele (Zimbabwe) a conceder-lhe direitos de exploração mineira no país. E concebendo a expansão do Império britânico do Cabo até ao Cairo, exigiu dos portugueses a cedência de amplos territórios nas regiões de Manica e Sofala. A resistência do governo de Lisboa não passou de simbólica. Em 1890, o ministro dos Estrangeiros de Portugal, Barros Gomes, não sabia sequer localizar no mapa as zonas que a Inglaterra já invadia. Perante o célebre ultimato, Lisboa cedeu. Mas, em resultado dessa vergonhosa situação nacional, ficaram sementes em Portugal que ainda hoje frutificam – sementes de revolta contra a monarquia e contra a decadência nacional, sementes que fizeram nascer e concretizar o desejo ardente e natural dos portugueses não quererem continuar agarados ao passado (sem desejarem esquecê-lo...) e vivem uma vida diferente.

PONTOS CARDEAIS

Impunidade

Vinte anos de impunidade! É o que apeetece exclamar ao deparar com as celebrações dos vinte anos que Alberto João Jardim leva à ferente do Governo Regional da Madeira. Ao longo deste período ninguém como ele ameaçou a unidade da Nação Portuguesa e usou a chatagem separatista para sacar fundos ao Orçamento de Estado. Ninguém como ele desbaratou dinheiros públicos e governou à margem de qualquer disciplina financeira, sem que as populações da Madeira colhessem grandes benefícios deste desregramento. Ninguém como ele usou a mais desbragada demagogia populista e utilizou as mais rasteiras táticas eleitoralistas.

Ninguém como ele manipulou a comunicação social regional, desrespeitou os princípios do Estado democrático e recusou acatar os direitos das oposições. Assim, não admira que tenha ganho sucessivas eleições. O que admira é que tenham podido fazê-lo desta maneira...

O último a saber

O ministro das Finanças fez precisamente a figura do «último a saber» no caso da demissão da sua secretária de Estado do Orçamento, Manuela Arcanjo. Enquanto o primeiro-ministro revelava, em Londres, um longo processo de conversas com a

secretária de Estado, Sousa Franco demonstrava em Cabo Verde que tinha sido completamente colhido de surpresa com a notícia da sua demissão. Mais do que uma questão séria de política, são ambos entusiastas da moeda única, tudo indica tratar-se de uma guerra de personalidades. Depois levantou-se, dos mais variados sectores do PS e até de diversos membros do Governo, o coro de elogios a Manuela Arcanjo, que toda a gente percebeu que eram setas envenenadas à figura de Sousa Franco. Que terá pensado de tudo isto o temperamental ministro das Finanças? É o que em breve se saberá na nova vaga de demissões...

Desilusão

Vítor Cunha Rego, numa interessante entrevista ao «Diário de Notícias», declarou-se desiludido com Guterres, ao mesmo tempo que anuncia que o aplaudiu quando ele se candidatou a secretário-geral do PS.

Na opinião do conhecido colunista «o papel de Gueterres no PS, como católico, devia ser exactamente cobrir o partido naquele vasto campo de costumes, nomeadamente no problema do aborto. Ora, deu-se o contrário».

Mas não ficam por aqui as censuras de Cunha Rego. Num outro passo assevera: «a governação de Guterres é praticamente igual à governação de

Cavaco e por isso a esquerda do PS está diminuída». Mais à frente considera precipitada a opção pela moeda única e diz que «o senhor Blair é muito fraco». Quantos mais, no próprio campo do PS, não participarão da desilusão que assim se manifesta? O que se espera é que tais desilusões não se transformem em desespero, mas ajudem a constituir uma força que favoreça uma viragem à esquerda na política do país.

Independentes

Os «independentes» foram uma das imagens de marca das mais reclamadas pelo Governo do Engº António Guterres. Era a repercussão na constituição do Executivo do movimento dos «estados gerais» e das competências

que através deles tinham sido mobilizadas. Só que o pessoal do aparelho do PS nunca viu com bons olhos a chegada destes intrusos que vieram tirar-lhes os lugares que julgavam seus por direito de tarimba. A guerra surda começou. Guterres terá tentado defender os «independentes», mas o aparelho tem marcado pontos e os «independentes» vão-se desvanecendo. Mais um exemplo. A independente Manuela Arcanjo sai, com salvas de elogios é claro, e entra para o seu lugar o militante do PS encartado, João Carlos Silva, até agora deputado por Aveiro. Também neste particular o Governo PS volta à rotina de qualquer outro...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Testemunho

A resistência é a condição do artista. Seja o Poder e tudo o mais o resto sempre a incontida marca do protesto num verso, num desenho, se regista.

(Olha o baixo-relevo em barro que nos ficou sem qualquer assinatura: a mãe levanta o filho morto, quando passa o senhor das guerras a cavalo...)

Quem se resigna jaz e apodrece o dia é um corpo vão, nunca amanhece bate a vida a uma porta de granito.

Estando o soneto a ouvir-me, de repente não quis partir sem atirar à gente um esgar, um punho, um golpe, [um berro, um grito.

Experiência

Vamos lá, vamos lá! Tento, rapaz. Para quem, como nós, vive tão pouco admito, enfim, que foi um grande soco mas não esqueças que é tudo bem fugaz .

Com um passo estranho e incerto [a História faz um trajecto que tem algo de louco. Olha a manhã de Abril. Ficaste rouco de gritar – e a esperança andou para trás.

Andou para trás bastante. Tudo, não Se uma após outra morre uma ilusão outra mais forte logo nos embala.

Fitemos pois o rosto da harmonia sem esquecermos que é no dia-a-dia que nos cabe sabê-la e alcançá-la.

Tá doido!

Este soneto ensandeceu. O desgraçado tropeça nos degraus. Não, não bebe de mais nem andou [na pândega. Sempre foi impecável.

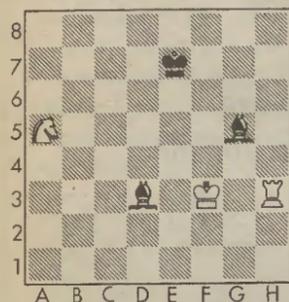
Vejam só: já não diz coisa com coisa. Perdeu o sentido da métrica e da rima põe-se a dar cambalhotas no trapézio. Já agora espero que não, se esqueça ao menos dos seus catorze versos. (Sei lá, tem a mania que está em Martel!) Vocês topam agora o resultado de ver televisão todos os dias.

XADREZ

DCXLIX - 19 DE MARÇO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998X12

Por: GHENRIKH M. KASPARYAN «Shakhmaty URSS», 1945

Pr.: [3]: Bs, d3, g5 - R67 Br.: [3]: Ca5 - Th3 - Rf3



Brancas jogam e ganham ***

SOLUÇÃO DO Nº 1998X12 [GMG]

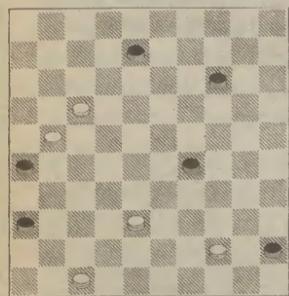
1. Rh4!, Bf1; 2. Th1, Bd2; 3. Cb3, B62+; 4. Rh3!, B63; 5. Tç1, Bb4; 6. Cd4, Bd2; 7. Tç2, Bf1; 8. Rg4, B61; 9. Tç1 e ganha.

DAMAS

DCXLIX - 19 DE MARÇO DE 1998 PROPOSIÇÃO Nº 1998D12

Por: JEAN GAMEN L'Alpha des Damistes, França, s/d

Pr.: [6]: 8-14-26-29-36-45



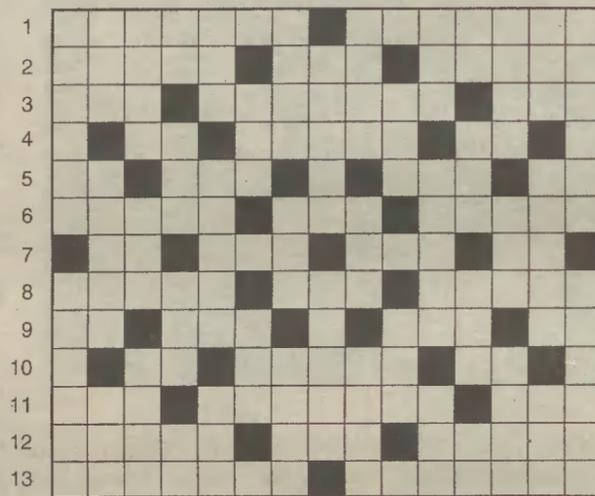
Brancas jogam e ganham ***

SOLUÇÃO DO Nº 1998D12 [J.G.]

1. 47-41! 11! 17-12! (47x50); 3. 12-3=D, (2x92); 4. 3x6+

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - O ponto mais alto da Lua, da órbita aparente anual do Sol ou de um satélite artificial que fica mais próximo da Terra; extinguido, por ter decorrido o prazo legal. 2 - Agarrara com as gavinhas; gracejar; encolerizada. 3 - Rente; conjunto de leis ou princípios que regulam certa ordem de fenómenos; chefe etíope. 4 - Actínio (s.q.); fortemente unido; Sódio (s.q.). 5 - Níquel (s.q.); trituro com os dentes; senhora (bras.); atmosfera. 6 - Criaturas; executa; cada um dos grupos escolares em que se divide uma classe numerosa. 7 - Suf. de agente; tenho conhecimento; parte inferior ou pendente de algumas peças de vestuário; satélite de Júpiter. 8 - Advertência; lamentos; ligara. 9 - Nota musical; igualdade (pref.); emissão de voz; aspecto. 10 - Arsénio (s.q.); parte anterior do corpo, entre o pescoço e o abdómen; o mais (ant.). 11 - Também não; quebrara, compareciam. 12 - Árvore ornamental da fam. das leguminosas, cultivada em Portugal; oceano; que ainda não está madura. 13 - Relógio de sol usado pelos antigos romanos; desonestos.

VERTICAIS: 1 - Ininterrupto; educandos. 2 - Pron. pess.; renova; anel de cadeia. 3 - Antiga medida de secos, correspondente ao alqueire; o m.q. tris; condutor de palanquim na Índia. 4 - Iridio (s.q.); calcário orgânico tenro, formado de grãos de natureza diversa; nota musical (pl.); aparecia. 5 - Flúido aeriforme; dificuldades (fig.); conjunto de duas pessoas. 6 - Suf. nom. de origem latina, com sentido diminutivo; espécie de capa sem mangas usada por irmandades e confrarias, em actos solenes. 7 - Nome vulgar de uns mamíferos carnívoros, relativamente corpulentos, com pelo longo e denso, que vive em quase todas as partes do Globo; reduz a fio; solitário. 8 - Repete; procura reproduzir o que outrem fez. 9 - Quantia que outrora um soldado recebia diariamente (pl.); interj. de pancada; fita. 10 - Pedra de moinho (pl.); ribeira portuguesa. 11 - Braço de rio; elemento de formação de palavras, de origem latina, que exprime a ideia de itálico, italiano, insignificância (fig.). 12 - Dirigir-se (fig.); antigo navio de vela, de guerra ou marcante; íntima; Érbio (s.q.). 13 - Lebre-das-pampas; braço de rio; o símbolo da música. 14 - Abalada; fruto silvestre; acrescentei. 15 - Emenda; ferro distendido (pl).

SOLUÇÃO

AGENDA

Carlos Carvalhas domingo na OVIBEJA

O Secretário-geral do PCP, acompanhado por **José Soeiro**, membro da Comissão Política, e por uma delegação do Partido, visita, no próximo domingo, a partir das 16h30, a 15ª OVIBEJA - Feira do Alentejo 1998



Em debate:

«Os Fundamentalismos» em Coimbra

Realiza-se na próxima sexta-feira pelas 21h30, na Casa Municipal da Cultura, um debate público promovido pelo Sector Intelectual de Coimbra do PCP e subordinado ao tema «Os Fundamentalismos», moderado por **Manuel Lousã Henriques**, terá a participação de **Domingos Lopes**, membro do CC do PCP e especialista em questões internacionais, e **João André**, Professor da Fac. de Letras da UC.

O «Manifesto Comunista» na Marinha Grande e no Algarve

Francisco Melo, membro do CC do PCP e editor, responsável na Editorial Avante pela última edição do «Manifesto» em Português, participa no debate que assinalará, no próximo sábado, na Marinha Grande, a passagem do 150º aniversário da publicação do texto de Marx e Engels.

A sessão tem início com um almoço-convívio, às 13h, no Centro de Trabalho da Marinha Grande. No Algarve, **Carlos Aboim Ingez** participa nos dois debates sobre «A actualidade do Manifesto Comunista» a realizar em **Portimão** (sexta, dia 20, às 21h30, na Biblioteca Municipal) e em **Olhão** (sábado, às 15h, no Auditório Municipal)

«Governar à Esquerda» também no distrito de Faro

Em **Silves** (sexta-feira, às 21h30, no CT do PCP) e em **Vila Real de Santo António** (sábado, às 15h, no Sindicato da Hotelaria), estará **Edgar Correia**, que introduzirá o debate sobre o tema «Governar à Esquerda, com que política, com que forças».

Desporto - na Covilhã, em Santarém e em Lisboa

Sob o título genérico «O PCP e o desporto do Séc. XXI» e antecedendo o Encontro Nacional do PCP sobre o tema, a realizar em 28 de Março, decorre neste fim-de-semana uma série de debates. Na **Covilhã**, com a participação de **Carlos Rabaçal**, membro do CC, licenciado em Educação Física e técnico desportivo e de associações de Desporto e Cultura locais, o debate realiza-se no dia 20, sexta-feira, às 21h, no Centro Cultural e Desportivo O Académico dos Penedos Altos; em **Santarém**, no mesmo dia e à mesma hora, o debate terá lugar no CT do PCP; em **Lisboa**, o encontro está marcado para segunda-feira, 23, às 21h, no Centro de Trabalho da Ajuda.

Segurança Social em Vila Real

Sobre este tema, realiza-se no sábado próximo com início às 15h uma conferência-debate no Centro Cultural de Vila Real (Lg. de S. Pedro), com a participação de **Carlos Chilão**, do Centro Regional de Segurança Social, **Maria do Carmo Tavares**, do CC do PCP e dirigente da CGTP-IN, e **Odete Santos**, deputada do PCP.

O Intervalo - Grupo de Teatro com Ibsen pela Paz

No próximo sábado, dia 21, o «Intervalo Grupo de Teatro» oferece o seu espectáculo à causa da Paz e da Solidariedade entre os povos, numa sessão em que será representada a peça de Ibsen «João Gabriel Borkman» e evocada a memória de **António Pedro**, dirigente do Conselho Português para a Paz e Cooperação recentemente falecido. O espectáculo realiza-se no Auditório Municipal Lourdes Norberto, Edifício Pirâmide - Linda-a-Velha, e tem início às 21h30.

**Jantar-convívio
no CT Vitória**
promovido pelo Sector de Empresas da Zona Ocidental de Lisboa
com **Alvaro Cunhal**
Sexta, 20, às 20h15
(Inscrições: CTs Vitória e Dq. Loulé)

Encontro-convívio do PCP em Cascais, no Miradouro do Outeiro da Vela

- Música e jogos tradicionais -
Domingo, 22, a partir das 14h30,
com a presença de
José Casanova

**Almoços-convívios
em Almeida**
Sábado, 21, às 13h, no Salão da JF
e na Guarda - domingo, 22, às 13h,
no Rest. «A Grelha» -
com **Francisco Lopes**

Almoço-convívio em Sintra

Sábado, 21, às 12h30,
no Rest. «O Padeiro»
(Massamá, Av. Luís Camões, 24)

... e domingo, 29 de Março, há MATANÇA DO PORCO NA QUINTA DA ATALAIA

- um almoço-convívio em que estará
presente o camarada **José Casanova**,
organizado pela Com. Concelhia de Oeiras
do PCP (Tel. 4115746)

CDU



SETÚBAL
Reunião plenária de
MULHERES ELEITAS PELA CDU
nas autarquias do distrito
- No 8 de Março, pela maior participação das
mulheres na vida política -
Sábado, 21, a partir das 15h, no Edifício
Arrábida

PORTO
Recarei
Reunião de activistas
e apoiantes da CDU
na freguesia
com a participação de **Cristiano Ribeiro** e
Serafim Brás, da DORP do PCP
Domingo, 22, às 10h

OEIRAS
Reunião de eleitos
nas Juntas e Município
Sexta, 20, às 21h30, no CT de Algés

**JANTAR
REVOLUCIONÁRIO**

6ª feira * 20 Março * 20h
no
Centro de Trabalho do PCP
(rua de Portugal, 44 - Faro)

JCP - Faro

PCP bar



Espaço de Convívio do PCP
de Alcântara
Obrigado
pela visita!

Rua de Alcântara, 27 1º Tel.: 3638512
Todas as 6.as feiras

Plenários e outras reuniões das organizações do PCP

**5ª Assembleia da Organização
do PCP na Suíça**
dia 22, a partir das 10h, em Thun
com a participação de
Henrique Sousa

Apelação / Loures

3ª Assembleia da Organização de Freguesia
Sábado, 21, a partir das 15h, no Centro de Dia dos Reformados
com a participação de **José Tavares**
A anteceder a Assembleia (às 13h, no CT de Apelação)
almoço-convívio comemorativo do 77º aniversário do PCP

• Almada

Laranjeiro - Plenário de militantes da freguesia: sexta-feira, 20, às 21h, no CT do Laranjeiro.

• Lisboa

Benfica - Plenário de militantes da freguesia para discussão e aprovação do plano de trabalho da organização para 1998 e eleição da Comissão de Freguesia: sábado, 21, às 16h, no CT de Benfica.

Ferrovários - Plenário da Célula, sobre o reforço da organização do Partido nas empresas do Sector e lutas: dia 26, às 19h, no CT Vitória, com a participação de **Dias Coelho**.

Bancários reformados - Plenário da célula no CT Vitória: dia 26, às 14h30.

• Porto

Reunião de eleitos nas autarquias e outros quadros do PCP: sábado, 21, às 15h, no CT da Boavista, com a participação de **Luís Sá**.

• V. F. Xira

Vialonga - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Marília Villaverde Cabral**: no CT local do PCP, sábado, 21, às 16h.

• Sintra

Belas - Plenário de militantes da freguesia, com a participação de **Carlos Grilo**: no Salão Polivalente da Junta de Freguesia (ao lado da URBIP), sábado, 21, às 15h.

Pêro Pinheiro - Plenário de militantes da freguesia: sábado, 21, às 21h30, no Centro de Trabalho de Montelavar.

Lisboa - CT Vitória
- Dia 24, às 18h

SOLIDARIEDADE COM O POVO CUBANO

Encontro com
Alberto Rodrigues Arufe
vice-chefe do Depart. de Relações
Internacionais do PCC

Associação
de Amizade
Portugal-Cuba/
/Núcleo de Setúbal

À CONVERSA COM ANDRÉS MARTIN

Jornalista e escritor uruguaio,
repórter da TSF, sobre
A ACTUALIDADE EM CUBA
Visita do Papa - Situação da Mulher
com a presença de
Eduardo Vidal Chirino
Auditório da Bibliot. Municipal de Setúbal - Dia 20, às 21h30

BRIGADA JOSÉ MARTI

- 6 A 26 DE JULHO -



RESERVAS NA ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE PORTUGAL - CUBA
TEL/FAX 3657305

Prepara o Verão e as Férias viajando com amigos!

Em **ALMADA**, a Comissão Concelhia do PCP organiza e ainda tem inscrições abertas para uma viagem de **8 Dias nos Açores** - na **Terceira, Faial, Pico e S. Miguel**, de **22 a 29 de Julho**. Inscrições podem ser feitas junto do camarada **Artur Cabrita**, tels. 2752777 e 2753939.

Da Freguesia da **PENHA DE FRANÇA**, em Lisboa, a excursão é a **Benidorme** - de **19 a 28 de Junho**, com partida às 20h de sexta-feira da Av. General Roçadas, passagem por Montemor e Borba, Badajoz, Talavera de La Reina e Albacete, e chegada a Benidorme para seis dias de férias em pensão completa, com visitas a museus e à Ilha e um espectáculo no Benidorme Palace - tudo por um preço convidativo! Para informações e inscrições: Tel. 8138119 (Ivone).

Da Freguesia de **Benfica**, também em Lisboa, a viagem é mais curta (e decerto mais barata...): no dia 5 de Abril vai-se numa **volta pelo Alentejo**, com almoço em Moura, visita à zona da Barragem do Alqueva, paragem em Évora e entrada em Lisboa pela novíssima Ponte Vasco da Gama. Para inscrições: Comissão de Freguesia de Benfica do PCP.

TELEVISÃO

Quinta, 19

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.30 Coração Selvagem
16.20 Concurso 1, 2, 3
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 As Lições do Tonecas
21.55 Terra Mãe
22.30 Maria Elisa
00.15 24 Horas
01.05 Musical: «Van Halen»

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Cidade Louca

Sexta, 20

RTP 1

08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.30 Os Andrades
16.45 Coração Selvagem
17.35 Todos ao Palco
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Não Há Duas sem Três
21.35 Terra Mãe
23.30 Comédias de Ouro: «Não se Paga, Não se Paga»
00.20 Ciclismo
00.30 24 Horas
01.20 A Chacina dos Inocentes
(de James Glickenhaus, EUA/1993, com Scott Glenn, Jesse Cameron-Glickenhaus, Sheila Tousey. «Thriller»)
03.15 Motores

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa

Sábado, 21

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
11.30 Companhia dos Animais
12.05 Cross - Campeonato do Mundo (Mulheres)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 A História de Nikita
16.00 As Novas Aventuras de Robin dos Bosques
17.15 Jet 7
17.55 Futebol: Boavista-Belenenses
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.25 Futebol - Sporting-F.C.Porto
24.00 Serviço de Urgência
00.55 24 Horas
01.35 Bete Balanço
(de Lael Rodrigues, Br./1984, com Débora Bloch, Lauro Corona, Diogo Vilela, Maria Zilda, Hugo Carvana. Musical / Fantasia)
03.00 Futebol Inglês

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Música Maestro - Orq. Filarmónica Checa
13.05 Sem Limites
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2

Domingo, 22

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
11.55 Cross - Campeonato do Mundo (Homens)
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.00 Festival RTP da Canção (Compacto)
16.30 Kung Fu
17.40 O Careca
18.15 Casa Cheia
28.50 Riscos
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
20.55 Terra Mãe
21.25 Reis do Estúdio
22.50 Domingo Desportivo
00.40 24 Horas
01.20 Nos Limites do Terror

RTP 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 70 x 7
10.30 Missa
11.20 Maravilhas do Universo
12.10 Máquinas
12.35 Jornal Jovem
13.05 O Povo das Ilhas
13.30 Jornal d'África
14.00 Desporto 2
18.10 A Última Pega
(de Constantino Esteves, Port./1964, com Fernando Farinha,

Segunda, 23

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.35 Nico d'Obra
16.05 Coração Selvagem
17.35 Grande Noite
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Não Há Duas em Três
21.35 Terra Mãe
22.30 Concurso 1, 2, 3
00.50 24 Horas
01.40 Horizontes da Memória

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Madeira - Artes e Letras
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol

Terça, 24

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.20 As Lições do Tonecas
16.00 Coração Selvagem
17.20 Made in Portugal
19.00 País País
19.40 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Solteiros
21.35 Terra Mãe
22.30 Obrigado por Tudo
00.15 Millennium
01.10 24 Horas
02.00 Magazine

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Rotações
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate

Quarta, 25

RTP 1

08.00 Infantil
10.15 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.20 Consultório
15.25 Futebol (Sub-21): Portugal-Bélgica
17.25 Coração Selvagem
19.00 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.00 Isto Só Vídeo
21.40 Terra Mãe
22.35 Enviado Especial
23.30 Drácula de Bram Stocker
(de Francis Ford Coppola, EUA/1992, com Gary Oldman, Winona Ryder, Anthony Hopkins, Keanu Reeves. Ver Destaque)
01.45 24 Horas
01.35 Magazine

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.40 Bonanza
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste



22.00 Jornal 2
22.40 Impulso para Matar
(de Sondra Locke, EUA/1990, com Theresa Russell, Jeff Fahey, George Dzundza, Alan Rosenberg. Ver Destaque)
00.30 Falatório
01.25 Magazine

18.30 Caderno Diário
19.10 O Jardim da Celeste
19.40 Hugo
20.05 Tex Avery
20.15 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Guerras no Jornal
22.00 Jornal 2
22.40 Crime a Duas Mãos
(de Andrew Lane, EUA/1995, com Theresa Russell, Adam Baldwin, Megan Gallagher, Barry Primus. «Thriller»)
00.20 Falatório
01.15 Páginas Negras de Patricia Highsmith

SIC

08.10 Buêré
10.30 Vida de Casal
11.30 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
20.55 Anjo Mau
22.00 Ai os Homens
23.00 Esta Semana
00.20 Último Jornal
00.45 No Fim do Mundo
02.00 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Linha de Fundo
00.40 Seinfeld
01.10 Ponto Final

18.30 Onda Curta
(The Jewish Bride - de Maarten Koopman, Hol./1996; A Praia de Merkala - de Friedler Schaitch, Alem./1993; King Size Canary - de Rex Avery, EUA/1948. Curtas-Metragens)
19.30 2001
20.15 Jogo do Alfabeto
21.00 Semana ao Sábado
21.55 O Lugar da História
22.50 Lilith e o seu Destino
(de Robert Rossen, EUA/1964, com Warren Beatty, Jean Seberg, Peter Fonda, Kim Hunter. Ver Destaque)
00.50 Sinais do Tempo
01.40 Sexo a Sério

SIC

08.00 Buêré
11.30 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 Rally de Portugal
14.10 Imagens Reais
14.40 Norte e Sul
16.00 Xena, a Princesa Guerreira
17.00 Walker
18.00 Fugitivo da Justiça
(de Chuck Bowman, EUA/1996, com Christopher Noth, Loryn Locklin, Natalie Cole. Drama)
20.00 Jornal da Noite
20.55 Mundo VIP
21.25 Corpo Dourado
22.25 Big Show Sic
01.50 Último Jornal
02.15 Wall Street
(de Oliver Stone, EUA/1987, com Michael Douglas, Charlie Sheen, Darryl Hannah, Martin Sheen, Terence Stamp, Sean Young. Ver Destaque)

TVI

10.00 Animação
12.40 Gémeas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Feed Back
15.50 Os Julgamentos de Rosie O'Neil
16.40 Danielle Steel - Noite Trágica
(de Richard Heffron, EUA/1996, com Kelly Rutherford, Chris Sarandon. Drama)
18.30 FX: Efeitos Mortais
19.30 Futebol
21.25 Directo XXI
22.30 Pensacola, Asas de Ouro
23.30 Causa Justa
00.20 Uma Presa a Abater
(de Lloyd A. Simadl, EUA/1994, com Shannon Whirry, Chiara Hunter. Drama)

Leónia Mendes, Júlia Buizel, Cunha Marques. Melodrama)
19.35 Bombordo
20.30 Artes e Letras - «Dali»
21.25 Morrer em Dieppe
22.30 Horizontes da Memória
22.35 Teatro: «O Mahabharata» (Parte III)
00.25 Vidas do Século - A Dinastia Grimaldi (Parte I)

SIC

08.30 Buêré
12.00 Especial Nova Ponte
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Imagens Reais
14.25 Príncipe de Bel Air
14.55 Rally de Portugal
16.00 Viper
17.00 Os Imortais
18.00 Atira a Mamã do Comboio
(de Danny De Vito, EUA/1987, com Billy Crystal, Danny De Vito, Kate Mulgrew. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.10 Corpo Dourado
23.10 Anjos Caidos
(de Phil Joannou, EUA/1990, com Sean Penn, Ed Harris, Gary Oldman, Robin Wright. Drama)
01.50 Último Jornal
02.15 Gémeos

TVI

10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.00 Angelus
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Chinook, o Cão do Alasca
15.00 O Céu Como Horizonte
15.50 Adultos à Força
16.40 Danielle Steel - E Tudo Acabou
(de George Kaczender, EUA/1995, com Lisa Rinna, George Hamilton, Robert Hayes. Drama)
18.30 Nightman
19.30 Futebol (Liga Espanhola)
21.30 Directo XXI
22.30 Futebol (Campeonato Italiano)
00.20 Revolver
(de Gary Nelson, EUA/1992, com Robert Urich, Dakin Matthews, Steven Williams, David Ryall. Policial)

Estes são «Os 10 Mais» da Televisão portuguesa

22.00 Jornal 2
22.40 Arizona Junior
(de Joel e Ethan Cohen, EUA/1987, com Nicholas Cage, Holly Hunter, Trey Wilson, John Goodman. Ver Destaque)
00.15 Falatório
01.10 O Crítico

SIC

08.10 Buêré
11.15 Receitas do Dia
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.50 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.20 Último Jornal
02.05 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Profiler
23.00 PSI Factor
24.00 Seinfeld
01.00 A Noite dos Oskars

21.00 Acontece
21.30 3ª Calhau a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.40 História de Gangsters
(de Joel e Ethan Cohen, EUA/1990, com Gabriel Byrne, Marcia Gay Harden, John Turturro, Jan Polito, Albert Finney, Mike Starr. Ver Destaque)
00.35 Falatório
01.30 Duckman, o Trapalhão

SIC

08.00 Buêré
11.15 Receitas do Dia
11.45 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Médico de Família
23.00 O Exterminador da Noite
(de J. Lee Thompson, EUA/1987, com Charles Bronson, Kay Lenz, John P. Ryan. Acção)
01.30 Último Jornal
01.55 Mielés - A Magia do Cinema
03.15 Vibrações

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Picar o Ponto
22.30 A Noite dos Oskars (Compacto)
00.30 Seinfeld
01.00 Ponto Final

19.45 Hugo
20.10 Tex Avery
20.20 Confissões de Adolescentes
20.40 Remate
21.00 Acontece
21.30 Os Simpsons
22.00 Jornal 2
22.40 Barton Fink
(de Joel e Ethan Cohen, EUA/1991, com John Turturro, John Goodman, Judy Davis, Michael Lerner, John Mahoney, Jan Polito. Ver Destaque)
00.40 Falatório
01.35 Musical: «The White Room»

SIC

08.10 Buêré
11.15 Receitas do Dia
12.00 Baila Comigo
13.00 Primeiro Jornal
13.40 O Juiz Decide
14.40 Fátima Lopes
17.00 Buêré
18.00 Vidas Cruzadas
19.00 Por Amor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Anjo Mau
22.00 Programa do Além
23.15 Filhos da Nação
00.50 Último Jornal
01.00 Conversas Secretas

TVI

10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 As Pupilas do Senhor Reitor
15.10 Caprichos
16.00 O Jogo da Vida
16.50 S.O.S. Urgências
17.50 Quase Modelo, Quase Detective
18.40 Malta Curtida
19.00 Marés Vivas
20.00 Quem Tudo Quer...
21.00 Directo XXI
22.00 Hurricane, o Furacão
(de Marvin J. Chomsky, EUA/1993, com Ted Wass, Eileen Heckart, Brynn Thayer. Catástrofe)
00.15 Seinfeld
00.40 Lanterna Mágica
01.25 Fora de Jogo

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Por isto e por aquilo...

Impulso para Matar

(Quinta, 22.40, RTP2)

Uma agente da polícia de Los Angeles passa a noite com um homem que andava a perseguir e, mercê de uma série de coincidências, acaba por se ver achada na pele da testemunha de um crime que não presenciou. O mais interessante, neste filme - que, em boa verdade, nada traz de novo ao «género» em que se filia, o policial - é o achado que constitui a personagem central do enredo, excelentemente interpretada por **Theresa Russell**, e a atmosfera de tensão e suspense que, de forma não impositiva, se insinua e constrói no desenvolvimento do filme. **Sondra Locke**, a realizadora, tornou-se conhecida como atriz ao lado de **Clint Eastwood**.



Holly Hunter e Nicholas Cage, em «Arizona Júnior», dos irmãos Joel e Ethan Coen



Gary Oldman é o espantoso «Drácula» do filme de Francis Ford Coppola

Lilith e o Seu Destino

(Sábado, 22.50, RTP2)

Um jovem médico apaixonado por uma das pacientes de um asilo mas, à medida que o contacto se reforça, ele é progressivamente atacado pela loucura, a ponto de provocar verdadeiras catástrofes. Um filme dramático, algo irregular mas apaixonante - e última obra realizada por um excelente cineasta, **Robert Rossen** - mas cuja recepção na Europa foi bem mais acolhedora do que nos EUA.



John Turturro e John Goodman são os brilhantes intérpretes de «Barton Finks», o último desta semana dos irmãos Coen



Michael Douglas e Charlie Sheen, no filme «Wall Street», de Oliver Stone

Wall Street

(Sábado, 02.15, SIC)

«A questão, senhoras e senhores, é que a ambição - à falta de melhor palavra - é uma coisa boa. A ambição é uma coisa segura. A ambição funciona. A ambição clarifica, faz ultrapassar obstáculos e capta a essência do espírito evolutivo. A ambição, em todas as suas formas - pela vida, pelo dinheiro, pelo amor, pelo conhecimento -, marcou o caminho imparável do Homem. E a ambição - notem as minhas palavras - salvará não apenas a Teldar Paper mas essa outra empresa que funciona mal e que é os EUA.» Esta tirada sinistra - que, se não encerrasse referências que a tornam localizável, poderíamos atribuir a um qualquer gestor ou quadro político criado e alimentado no neoliberalismo lusitano - é proferida, com a maior frieza, por um «especialista financeiro», uma espécie de Pedro Caldeira de luxo, que aqui responde pelo nome de **Gordon Gekko (Michael Douglas)**, perante uma assembleia de potenciais investidores numa empresa em crise. Este é o elemento essencial para a compreensão do mundo da traficância política, dos jogos de influência na Bolsa, da corrupção, do esbulho e, em casos extremos, do crime, que caracterizam uma sociedade e um sistema, escarpados e denunciados com rude frontalidade num dos melhores filmes que até agora nos foi proposto pelo realizador **Oliver Stone**, com uma distribuição de actores adequada na qual sobressai, além do próprio **Douglas** (também produtor do filme), o jovem **Charlie Sheen** no papel de um *yuppie* em estágio e ascensão acelerada para os meandros do «poder».

Arizona Júnior

(Segunda, 22.40, RTP2)

Ao sair da prisão, **Hi** apaixona-se por **Ed**, uma mulher polícia. A sua felicidade seria sem falhas se esta não fosse estéril e, para resolver o problema, ambos raptam um dos gémeos quintuplos de um rico comerciante, **Arizona**. Eis senão quando... Fiquemos por aqui e deixemos que o espectador descubra o resto da história desta comédia delirante na qual a fantasia não esconde um olhar agudo sobre a América profunda. É a primeira de uma série de **Cinco Noites, Cinco Filmes** dedicada aos irmãos **Joel e Ethan Coen**.

História de Gangsters

(Terça, 22.40, RTP2)

Um dos mais fabulosos filmes negros dos últimos tempos, também saído do talento dos irmãos **Coen**, com um par de excelentes intérpretes, entre

os quais **Gabriel Byrne, Marcia Gay Harden e John Turturro**, a servirem uma nova visão do clássico filme de gangsters. E um intenso e violento espectáculo de construção cinematográfica com alguns imperceptíveis, mas inexecidíveis, subtis momentos, como é, entre tantos outros, o da montagem (determinada pela encenação do olhar) da sequência com o miúdo, o cão, o gangster e o capachinho... Um regalo!

Barton Fink

(Quarta, 22.40, RTP2)

Também escrito pelos irmãos **Ethan e Joel Coen** (e realizado por este último), o filme debruça-se sobre a trajectória de **Barton Fink**, um escritor e intelectual de esquerda que, atraído pelo dinheiro fácil, aceita o encargo de escrever um filme sobre um atleta da luta-livre e acaba por mergulhar e deixar-se envolver no mundo da falsa glória e corrupção da Hollywood dos anos 30/40 - um período que vem «a matar» em relação aos dois irmãos cineastas, se tivermos em conta o elevado sentido de *design* e de sofisticação na reprodução de ambientes e cenários de época a que ambos nos habituaram. Embora algo irregular, o filme tem em **John Turturro** um intérprete à altura da personagem que cria - e parece ter caído em absoluto no goto do júri do Festival de Cannes de 1991, no qual que arrecadou não apenas a **Palma de Ouro** como mais dois prémios - o que, para um filme de origem americana, é absolutamente invulgar naquelas paragens.

Drácula de Bram Stoker

(Quarta, 23.30, RTP1)

Pela segunda vez transmitido na televisão portuguesa - e não devendo perder-se já que a sua primeira transmissão na **TVI** ocorreu já de madrugada - esta versão do **Drácula** é uma das mais brilhantes jamais transpostas para o cinema, arrebatando, em 92, nada menos do que três **Oscars: Guarda-Roupa, Caracterização e Efeitos Sonoros**. Embora cuidando mais da espectacularidade quase-operática da encenação do que da coerência narrativa da história (preferida que é ao simples relato cronológico dos acontecimentos, num intenso vai-e-vem entre Londres e a Transilvânia) o filme é um dos que de forma mais excessiva e fascinante nos faz participar da imaginação visual do seu realizador (**Francis Ford Coppola**), aqui deixando-se apaixonar pela famosa personagem pela primeira vez trazida à luz do dia (melhor dizendo, às trevas da noite!), em finais do século XIX, por **Brian Stocker**.

CABO & SATÉLITE

Internet em noite temática

A habitual noite temática desta semana é hoje dedicada, pelo canal franco-alemão «Arte» à **Internet** nas suas várias vertentes. Começando por um documentário sobre a educação via-Internet, segue-se um outro filme no qual se discute o efeito da Web na política, na democracia e na autoridade do Estado. Depois, é exibido o episódio-piloto de uma série televisiva (**VR5**) para tudo

as filmagens do «Titanic» e, mais importante ainda, o processo revolucionário que a equipa do cineasta inventou para, através de uma câmara teleguiada, colher imagens submarinas dos destroços do paquete, a fim de poderem ser concebidos de forma mais realista os cenários do filme. (Sexta, das 19.50 às 20.45)

A alternativa de um bom filme



Funcionando como uma espécie de *intermezzo* na primeira parte da filmografia de **Blake Edwards**, **Escravos do**



Página do «Avante!» na Internet

terminar com dois outros documentários sobre comércio online e «Os Novos Caminhos da Internet». (Quinta, das 19.40 às 23.25)

Uma bela ópera de Richard Strauss

O canal «Muzzik» transmite hoje uma versão histórica da ópera «O Cavaleiro da Rosa», de **Richard Strauss**. O elenco é de luxo mas o destaque vai, sobretudo, para o papel da **Feldmarschallin** desempenhado e cantado por **Elisabeth Schwarzkopf**. A Orquestra Filarmónica de Viena será dirigida por **Herbert von Karajan** e a produção data de 1956. A não perder! (Quinta, das 22.50 às 02.00)

Quando a História se junta à ficção

Sob este título, o realizador **Doug McCalle** terminou já este ano um documentário onde desvenda algumas das técnicas utilizadas por **James Cameron** para



Vício (Days of Wine and Roses, EUA/1962) destaca-se pelo tratamento arrojado do tema. É a história de um homem (**Jack Lemmon**) que, incapaz de enfrentar os problemas da vida, se entrega ao vício do álcool e, com ele, arrasta a mulher (**Lee Remick**) com quem casara. O filme constitui, a par de **The Lost Weekend**, de **Billy Wilder**, uma das mais frontais abordagens sobre o alcoolismo que o cinema jamais nos deu.

(Segunda, das 21.00 às 23.00)





Uma transmissão virtual

Já vai na sua 8ª edição e, para além de constituir uma imensa festa do Desporto congregando nas ruas de Lisboa milhares e milhares de cidadãos comuns, unidos pelo comum intuito de correr por desporto e por divertimento (ao mesmo tempo que cuidam do físico e da saúde), ela é paralelamente palco de encontro de primeiras figuras do atletismo de fundo e meio-fundo de todo o Mundo, em meio de uma paisagem belíssima como é aquela que se pode viver e respirar em ambas as margens do Tejo. Refiro-me, como já calcularam, à 8ª Meia-Maratona de Lisboa que todos os anos se realiza a partir da margem sul do Tejo para desembocar em locais tão belos quanto fotogénicos e também *exlibris* da nossa capital, como são a Ponte 25 de Abril, a Praça do Comércio, o Rossio e toda a zona grandiosa do Mosteiro dos Jerónimos ou da Torre e Centro Cultural de Belém.

Todos os anos, como que fazendo inveja a muitas outras estações de televisão que não desdenhariam aproveitar a ocasião para realizar trabalho de alta qualidade e impacte informativo e visual, a RTP ali manda burocraticamente os seus carros de exteriores, câmaras, microfones e comentadores para aquilo que poderia supor-se ser um trabalho aseado. O problema é que, de ano para ano, qualquer semelhança entre estas transmissões e uma reportagem pensada até ao mais ínfimo dos pormenores é pura coincidência e, degradando-se de ano para ano, atingiu desta vez o ponto máximo em termos de escandalosa indigência.

Em primeiro lugar, jamais se conseguiu detectar uma estratégia de planificação da mesma, tão irregulares e caóticas eram as entradas de câmaras cobrindo o circuito e a inserção de outras informações complementares, como imagens e legendas descrevendo os locais mais significantes da passagem dos atletas. Depois, mais uma vez foram praticamente inexistentes quaisquer condições técnicas que pudessem permitir, com a necessária estabilidade, a transmissão de imagens captadas das alturas do helicóptero ou mesmo ao nível do solo, nunca se tendo conseguido resolver os problemas das interferências indesejáveis na qualidade das imagens em movimento. Finalmente, nenhum espectador pôde ser correctamente informado a par e passo da posição relativa dos corredores, já que desta vez existiu ainda um outro elemento de «perturbação», jamais previsto em termos de planeamento da reportagem – ou seja, a realização durante parte significativa da corrida principal de uma outra, a Mini-Maratona, que com aquela sempre confluiu em termos de imagem e (pasmem-se!) até de som ambiente.

Para comprovarem que não exagero, aqui têm alguns (dispersos) apontamentos que fui tomando ao longo da transmissão:

– a primeira vez que se ouviu qualquer comentário *off* de Luís Lopes foi passados já cinco minutos;

– rapidamente o espectador começou a perceber que as imagens que o comentador tinha à disposição no(s) monitor(es) do seu local de reportagem não eram necessariamente as mesmas vistas em nossas casas, havendo frequentes referências às personalidades presentes (mas ausentes das câmaras, embora enumeradas a preceito), aos atletas que não eram captados nos vários planos da reportagem ou a outras referências ligadas à localização da corrida, em completa dessintonia com as imagens fornecidas;

– quando, aos 16 minutos do início da corrida, um atleta africano surge isolado em primeiro lugar na corrida principal, o comentador nada diz, antes continuando a falar genericamente das expectativas de António Pinto, até aí completamente ignorado pelas câmaras e quando, por volta dos 23 minutos, é referida a Av. 24 de Julho, as imagens que vemos são as da Praça do

Comércio;

– diz-se textualmente «esta é a zona da Meta», mas o que se foca é o Teatro D. Maria II, e quando se refere que «esperamos a todo o momento ter imagens da Meia-Maratona» (isto passa-

dos já 28 minutos do tiro de partida!), há muito que elas eram mostradas aos espectadores;

– ao afirmar-se que «os amadores prepararam-se para chegar à Meta», aquilo que se via eram, agora, dois corredores africanos em lugar destacado da cabeça da Meia-Maratona, ou seja, da corrida principal que havia para comentar;

– só aos 33 minutos (!) o comentário de Luís Lopes se começou a referir, propriamente, a tudo o que víamos desde o início;

– só aos 46 minutos (!), por alturas do regresso do pelotão ao Cais do Sodré, se viram as primeiras imagens da frente da corrida feminina, como sempre desprezada;

– por último, qual televisão regional em dia de emissão experimental, a RTP ainda teve o desplante de interromper a emissão aos 50 minutos, para intervalo e transmissão de um pindérico slide estático (de 5 segundos) como publicidade a uma tal «TV Marcelo»!!!

Enfim, com a escandalosa transmissão desse domingo, chegava simbolicamente ao seu termo o consulado Furtado-Vieira-Borga, que se tornou, em função das justas expectativas de profissionalismo criadas à partida, um dos maiores *bluff* nos vinte e poucos anos de televisão em Democracia.

Que as coisas mudem depressa e para bem melhor, é o que se deseja ao nosso serviço público.

TVISTO

■ Francisco Costa

CRÓNICAS DE ALMEDINA

■ Jorge Gouveia Monteiro

Ameixieiras em flor

Quero transmitir à minha filhita memórias, imagens e aromas daquela Coimbra que já não é dela, mas que era minha quando tinha o metro e pico que ela tem.

Não é fácil.

Há dias, deparámos com as ameixieiras em flor, naquela explosão dos primeiros sinais de Primavera cor-de-rosa, naquele anunciar que deixa os sentidos todos alerta. Era assim a minha rua, mais tarde com os putos endiabrados encavalitados à cata das ameixas, por sinal amargas como «rabo de gato» e a minha mãe a ralhar que estragavam as árvores. Mas a rua da minha filha não é nada disso, não tem árvores, só prédios e uma praceta em terra à espera...

Há dias vimos um eléctrico, decrépito mas amarelo e com todo o encanto que só os eléctricos

tinham. E eu a tentar explicar-lhe como era giro apanhar o quatro em Celas, ir à Baixa comprar café moído à Brasileira, voltar no quatro ronceiro a subir para a Conchada e dali a Celas. Dez tostões e aquela maquineta do «pica» e o volante que afinal era travão, e as moedas de tostão espalmadas no carril... Mas a rua da minha filha não tem eléctrico, mais abaixo há um autocarro tão feio como incerto, que nunca passa perto da Brasileira pois esta fugiu...

Há dias dei comigo a lembrar a velha Atlântida, o mundo de livros e recantos que só ali conhecia, as horas passadas a mexer-lhes e

a ver títulos, até sair dali atordado de tanto por saber. Mas a Atlântida está submersa nessa memória e nós agora quase não temos tempo para ir a livrarias que são quase só balcão e a Casa da Cultura é na outra ponta da Cidade, chegamos lá e está quase a fechar...

Há dias vimos o Hermano Saraiva no Fala-tório, estávamos a jantar e rodava a cassete que mãos indignadas e prestimosas gravaram. E

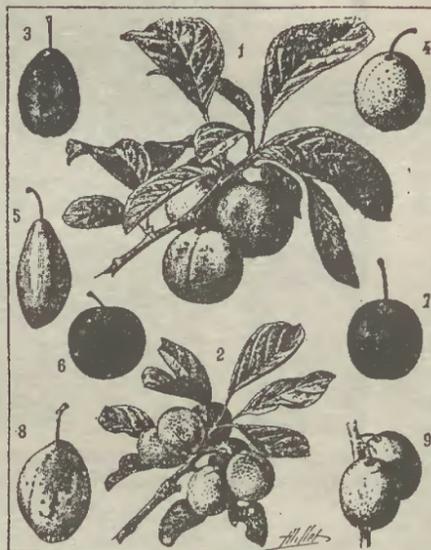
não foi fácil explicar à minha filhota porque é que fiquei engasgado de raiva, porque é que aquele senhor que anuncia moedas de ouro é um mentiroso de latão, o que era a polícia de choque nas ruas de Coimbra, o que era o medo, a porrada, a Associação Académica fechada, a malta no liceu já a falar da guerra.

Não é fácil explicar tanta coisa que não tem e tem

explicação, e por quê tantas reuniões e para quê ser teimoso e ir para a porta da Câmara distribuir papéis, e quem é que manda no «governo da Cidade» e quando é que vamos ao parque.

Fomos. Ao mesmo Vale de Canas, onde eu e os meus irmãos jogávamos à bola em dias gloriosos de Primavera como este. E lá está a nova mansão do Presidente da Câmara, longe da confusão, a estrada recém-pintada, arranjadinha nas curvas, a paragem de autocarro novinha em folha, à porta como convém.

Isso sim. Foi muito mais fácil de explicar.





K. Marx/F. Engels

Manifesto do Partido Comunista

«Esta obra expõe, com uma clareza e um rigor geniais, a nova concepção do mundo, o materialismo consequente aplicado também ao domínio da vida social, a dialéctica como a doutrina mais vasta e mais profunda do desenvolvimento, a teoria da luta de classes e do papel revolucionário histórico universal do proletariado, criador de uma sociedade nova, a sociedade comunista.»

V. I. Lenine

Preço: 945\$00

edições Avante!

5

ESCAPARATE



Design, Vídeo, Música e Dança em Almada

A 11ª edição da «Quinzena da Juventude de Almada», todos os anos promovida pela Câmara Municipal de Almada, está em andamento desde o passado dia 13 de Março e prolongar-se-á por mais dez dias. Um dos principais motivos de interesse desta quinzena é uma exposição de design subordinada ao tema «Juventude», patente na Praça S. João Baptista. Ao mesmo tempo, na Tenda localizada junto à mesma praça, abriu ao público um trabalho intitulado «Navegação Cósmica» e que articula o vídeo com a música e a dança. Na mostra «Juventude», que convida à libertação da nossa carga preconceitual e à entrada no mundo irreverente dos jovens, estão espelhados os seus problemas actuais e, ao mesmo tempo, a esperança da juventude, os seus medos, sonhos e ilusões, em 22 tra-

balhos que, através da colagens de imagens e textos completando-se de forma interactiva, se debruçam sobre temas como a revolução, o idealismo, o desespero, a guerra e as suas vítimas. Já os amantes da Música, do Audiovisual e da Dança encontram em «Navegação Cósmica» um espectáculo inovador que apresenta a banda «X-Wing», sob a direcção de Zé Eduardo, em coordenação com o «Vídeo Jamming» da autoria de José Budha e Luís Brás e a dança a cargo do grupo «Dançar-te» com direcção artística de Alexandre Rei. Até 23 de Março, 63 grupos juvenis estão paralelamente a animar a cidade de Almada com Música, Dança, Desporto, Teatro, Exposições, Circo e outras actividades ao ar livre, mobilizando o movimento associativo juvenil deste concelho.

EXPOSIÇÕES

Eduardo Batarada no Centro de Arte Moderna

Foi inaugurada, no passado dia 3, no Centro de Arte Moderna «José de Azeredo Perdigão» da Fundação Calouste Gulbenkian, e manter-se-á até 10 de Maio, uma exposição de trabalhos do pintor Eduardo Batarada que constituem uma retrospectiva das suas três décadas de carreira artística. Segundo o próprio artista, nela estão incluídos «muitos trabalhos que podem dar uma ideia razoável do que foi a minha produção, mas também faltam outros e não é porque eu tenha tentado escamoteá-los. (...) O CAM não pode inventar mais espaço e, portanto, a minha retrospectiva, feita com o que apareceu e que tinha, em princípio, que ir para a parede, tem falta de espaço, o que não é assacável a ninguém. (...) Não partilho o entendimento de toda e qualquer exposição como instalação, nem pretendi aplicar outras regras que não sejam a hipótese de olhar os quadros um a um».

Desta exposição será publicado um catálogo com a reprodução das obras expostas e textos de Martim Avilez e Alexandre Melo.

Imagens de um planeta vivo

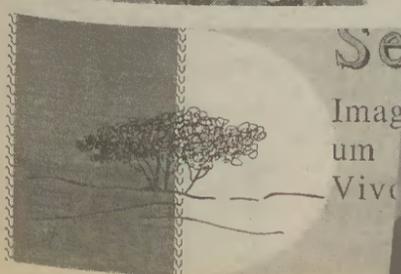
Na Galeria da Casa da Cultura de Mora está patente ao público, desde o passado dia 13, a exposição de Helder Amaral intitulada «Selos - Imagens de um Planeta Vivo», cedida até 29 de Março pela Câmara Municipal de Lisboa através do Parque Ecológico de Monsanto. Para o autor, «estes selos são mais um pretexto para mostrar a todos quão rica e diversificada é a vida na Terra. (...) O esforço de conservação é um problema de dimensão global, que extravasa as fronteiras políticas mas que deve ser aplicado localmente e daí a importância de sermos responsáveis pela conservação das nossas espécies». Dias de semana, das 9.00 às 12.30, das 14.00 às 17.30 e das 20.00 às 22.00; sábados, das 15.00 às 18.00 e das 20.00 às 22.00; domingos, das 15.00 às 18.00.

Retrospectiva de Denise Colomb



Antonin Artaud

Constituída por uma série de fotografias datadas de 1935 a 1997 e genericamente intitulada «Retratos de Artistas e Viagens», realiza-se neste momento no Museu de Arte Moderna de Sintra (Avª Heliodoro Salgado) uma exposição-retrospectiva da arte fotográfica de Denise Colomb.



TEATRO

«Arte» no Teatro Villaret

Em continuação da estreia no Teatro Nacional S. João (Porto) subiu à cena no Teatro Villaret (Lisboa) e manter-se-á em cartaz até 26 de Abril a peça «Arte» de Yasmina Reza numa tradução de António Feio, através da qual (segundo os seus responsáveis) se pretende continuar «a dar resposta às inquietações desta equipa de actores e criadores, por de mais conhecida do nosso público, ajudando a agilizar modelos de produção alternativa de um teatro que se quer de exemplar capacidade e transversalidade de comunicação». O espectáculo, que é uma co-produção TNSJ / Uau! - Produção de Ideias, tem encenação de António Feio, realização plástica de António Jorge Gonçalves e Anne Sobotta, música de Paulo Curado e desenho de luz de João Paulo Xavier. Os principais intérpretes são António Feio, José Pedro Gomes e Miguel Guilherme.



CLÁSSICA

Wagner, Britten e Mahler na FCB

Integrado na Temporada de Música e Dança 97/98 da Fundação Calouste Gulbenkian realiza-se na próxima segunda-feira 12, pelas 21.30, no Coliseu dos Recreios (Lisboa), mais um relevante concerto do ciclo «Grandes Orquestras Mundiais». Desta vez, estarão em primeiro plano a Orquestra da Ópera do Convent Garden (Londres), sob a direcção do maestro Bernard Haitink, e o violinista Vasko Vassilev. Do repertório do concerto constam as seguintes grandes obras: Abertura da ópera «Os Mestres Cantores», de Richard Wagner; Concerto nº 2 op. 15 para violino e orquestra de Benjamin Britten; e Sinfonia nº 1 em Ré Maior (Titã) de Gustav Mahler.



CINEMA

«Archimedia» na Cinemateca Portuguesa

Apresentado no âmbito do curso europeu «Archimedia», realizado na Cinemateca Portuguesa entre 17 e 21 de Março sobre o tema «A História do Cinema na Programação ou A Programação como História do Cinema», tem lugar no próximo sábado 21, pelas 18 horas, um programa organizado pela Directora e pelo Programador do Museu do Filme da Holanda. A primeira parte, intitulada «Pathé Around the World» («uma visão do mundo nos anos 10, pelos olhos da Pathé»), é constituída por sete pequenos filmes realizados entre 1910 e 1915 na França, Holanda, EUA, Índia, Rússia e Japão. Na segunda parte, para além de um filme de contornos pacifistas, «Maudit Soit la Guerre», de Alfred Machin (França, 1913), é projectada «De Grotte Oorlog», uma amostragem de jornais de actualidades sobre a I Guerra Mundial compilada em 1993 por Peter Delpout e Barbara Hin.



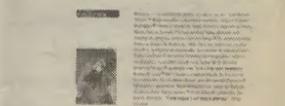
REVISTAS



O Militante

Está em distribuição mais um número de O Militante, correspondendo aos meses de Março e Abril. Tema forte da publicação dirigida por Blanqui Teixeira, os 150 anos do Manifesto do Partido Comunista, com a transcrição de um texto da autoria de Álvaro Cunhal e publicado recentemente na imprensa diária. Outros temas são também de realçar, como a publicação do documento aprovado na última reunião do Comité Central do Partido e um artigo de Fernanda Mateus sobre o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Colaborações de Jerónimo de Sousa, José Soeiro, Sérgio Teixeira e José Decq Mota, sobre áreas de trabalho de que são responsáveis, e de dirigentes da JCP, compõem este número, que ainda conta com artigos de Fernando Correia, Sérgio Vilarigues e Rui Namorado Rosa.

VÉRTICE



Vértice

E também aí está o novo número da revista Vértice, que abre com um artigo de José Barata-Moura, o recém-eleito Reitor da Universidade de Lisboa, que escreve sobre Filosofia - do cuidado do pensar ao cultivo do ser. Em Estudo, artigos de Miguel Urbano Rodrigues (Reflexão sobre o marxismo martiano), Maria Helena Seródio (Teatro e Cidadania), Carlos Seia (Orfeu na poesia de Sophia de Melo Breyner), Isabel Braga (Os rios na fronteira luso-espanhola), Ana Margarida Fonseca (Gil Vicente e a representação da loucura na sociedade dos fins da Idade Média), João Soares Santos (Representações nas cortes do Sudeste asiático) e Jorge Messias (O genocídio dos povos africanos), abarcam temas políticos e literários que fazem desta revista caso único no panorama cultural português.

ATALHE DE FOICE Surdos e tontos

Guimarães, Praça do Município, segunda-feira passada. Ávidas de espectáculo, as televisões mostraram em directo a multidão que se foi espalhando pelo terreiro empunhando cartazes com um único dizer: «Por Guimarães». Em movimentos de câmara gulosos, as reportagens televisivas não perderam pitada: agora, um grande plano enchendo de rostos o ecrã; depois, um pormenor dos oradores em discurso inflamado; a rematar, uma panorâmica denunciando as clareiras da concentração. Seguiram-se alguns «diálogos de praça» - adaptação dos clássicos diálogos de rua - todos desencadeados pela mesma pergunta dos repórteres: «O que é que está aqui a fazer?» Toda a gente sabia: estavam ali «para defender Guimarães». A coisa apenas se complicava quando os repórteres insistiam com uma segunda pergunta, inevitável e decorrente da resposta: «Defender de quê?» Ai, alastrava o atabalhoamento que, após várias mastigações, desembocava na resumida explicação de que «querem tirar-nos Guimarães!». Uma senhora já de idade, empunhando o seu cartaz onde avultava o arredor de onde a trouxeram - esperamos que em confortável autocarro -, foi mais longe e recordou patriótica e rissonhamente às câmaras, atrás das quais sabia estar o País, que «foi aqui que nasceu Portugal, é aqui que deve estar a capital!».

A verborreia dos promotores da manifestação «Por Guimarães» misturará de tal maneira os alhos e os bugalhos na invenção duma nova revolta da Maria da Fonte, que a pobre senhora se convencerá estar numa cruzada pela elevação de Guimarães a capital do País, arrastando diversas outras - da mesma idade, do mesmo entusiasmo e, certamente, do mesmo autocarro com que as levaram de passeio à cidade-berço -, a concordar veementemente com este original projecto de fazer a capital regressar às origens. Enquanto grassavam pela praça estes engraçados entendimentos da luta «Por Guimarães», no palanque, o presidente PS da Câmara, António Magalhães, garantia que «a vossa presença aqui dá-nos a força necessária para continuar a lutar para que o nosso concelho não venha a ser retalhado de forma afrontosa ao povo de Guimarães!», rematando com a pesada sentença de que «o meu partido está surdo, mudo e tonto!».

Antes que alguém tema, com tais alvíssaras, que Guimarães esteja sob a ameaça de um novo Fernão Peres de Trava, entendamo-nos e tranquilizemo-nos.

O que Magalhães e seu pares receiam não é uma nova investida de galegos, uma invasão de espanhóis ou, sequer, o ataque de uma multidão de costureiros de tesoura em riste, prontos a retalhar a bela cidade de D. Afonso Henriques. O que faz vociferar Magalhães e seus pares da organização da inventona «Por Guimarães» é, simplesmente, a subida a concelho da Freguesia vimaranense de Vizela que esta semana vai ser decidida na Assembleia da República, agregando mais oito freguesias que integram o Vale do mesmo nome (cinco também do Concelho de Guimarães, duas do Concelho de Felgueiras e outras duas do Concelho de Lousada) e satisfazendo os profundos anseios das respectivas populações que, com a elevação a concelho da sua populosa região (mais de 40 mil habitantes), passarão a dispor de instrumentos de desenvolvimento e de utilidade pública impossíveis de alcançar na situação de tutela autárquica em que se encontram.

O que Magalhães e seus pares não dizem é que a elevação de Vizela a concelho em nada prejudica qualquer dos municípios administrantes, pois, à ausência de dotações orçamentais até agora recebidas em função dessas freguesias, corresponderá uma total ausência de encargos com elas.

Em contrapartida, as freguesias do futuro Concelho de Vizela passarão a dispor, pelo simples facto de serem concelho, de muito mais verbas, meios e autonomia para tratarem dos seus interesses.

O que Magalhães e seus pares também não confessam é que a autonomia autárquica de Vizela apenas pode afectar os caciquismos em que navegam e os negócios privados que por trás se escondem.

Assim, neste caso, bem pode o PS devolver ao correligionário Magalhães e seus pares, se não a acusação de «mudos» - inaplicável em tal chinfrineira -, pelo menos os mimosos epítetos de «surdos e tontos».

■ Henrique Custódio

Novo aeroporto Rio Frio é opção estratégica nacional

A construção do aeroporto de Rio Frio constitui uma opção estratégica para o País, defenderam na passada segunda-feira, em conferência de imprensa, os presidentes das câmaras eleitos pela CDU no distrito de Setúbal.

Até ao ano 2010, o aeroporto da Portela estará completamente saturado, prevendo-se já no ano 2006 atinja os 11 milhões de passageiros. A acontecer, tal significa que haverá um voo a aterrar ou levantar de dois em dois minutos, sobrevoando o centro da capital.

Justifica-se portanto que seja tomada uma decisão sobre a localização do futuro aeroporto já no decurso deste ano, sublinham os eleitos da CDU, lembrando que «o tempo mínimo necessário à realização dos estudos e projectos, à negociação dos solos e à construção não é inferior a 6 a 8 anos».

O documento divulgado, assinado pela Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP, aponta várias vantagens de uma opção por Rio Frio para a construção do novo aeroporto internacional de Lisboa. Nomeadamente, o facto de ser uma zona inserida na Área Metropolitana de Lis-



No ano 2006, no aeroporto da Portela haverá um voo a aterrar ou levantar de dois em dois minutos

boa, de beneficiar de excelentes acessibilidades com a construção da nova ponte Vasco da Gama e do anel de Coima, sem esquecer o futuro metropolitano do sul do Tejo e a articulação com os eixos ferroviários e rodoviários internacionais.

Por outro lado, a opção defendida pelos autarcas da CDU não colide com o desenvolvimento do interland do aeroporto internacional de Pedras Rubras, dando ainda resposta às necessi-

trito de Setúbal, sendo que se poderá assumir como um forte concorrente dos aeroportos espanhóis de Madrid e Sevilha.

Afirmando que toda a sociedade civil da região está

dades da região do Algarve, atendendo às dificuldades de alargamento da pista de aterragem do aeroporto de Faro.

A nova infra-estrutura aeroportuária é ainda vista como uma forma de minimizar o grave problema do desemprego no dis-

fortemente apostada na construção do aeroporto de Rio Frio, os eleitos da CDU estão dispostos a defender esta posição junto do ministro do Equipamento e pretendem sensibilizar os deputados eleitos pelo distrito.

Supremo dá razão aos trabalhadores da «Cavalinho»

Uma sentença do Supremo Tribunal de Justiça reconheceu o direito dos trabalhadores que rescindir os seus contratos, por salários em atraso, ou vítimas de encerramento e falência da empresa, ao direito às indemnizações por salários em atraso e por antiguidade.

Segundo afirma a União de Sindicatos do Distrito de Braga (USB), «nos últimos dois anos,

e sempre que o Tribunal decidia a graduação de créditos favorável aos trabalhadores, o próprio Estado (Segurança Social, IIEP, Caixa Geral de Depósitos, etc.) recorria da sentença, procurando que os trabalhadores não recebessem a totalidade das suas indemnizações».

Assim aconteceu no processo de falência da Sociedade Mercantil do Minho (Cavalinho-

-Guimarães), entre outros, onde, mesmo após os protestos dos sindicatos e dos trabalhadores junto do Governo e das referidas instituições públicas, manteve-se a posição que teve o apoio do Tribunal de Relação.

Após recurso para o Supremo Tribunal de Justiça, a sentença decidida no passado dia 3 de Março, veio dar razão aos sindicatos e trabalhadores.

Em nota distribuída na passada terça-feira, a USB sublinha que a sentença do Supremo «permite à partida que os trabalhadores da Cavalinho venham a receber no seu conjunto mais cerca de 300 mil contos de indemnizações que o previsto e que outras indemnizações devidas sejam efectivamente pagas aos trabalhadores em vez de serem ilegalmente atribuídas ao Estado».

Telefones Recolha de facturas na baixa lisboeta

A Comissão de Utentes contra a Taxa de Activação e os Aumentos nos Telefones esteve terça-feira na baixa lisboeta a recolher facturas detalhadas da Portugal Telecom.

A iniciativa visa verificar o aumento real das tarifas telefónicas, fazendo a comparação com as facturas anteriores ao aumento, que entrou em vigor em Fevereiro.

No dia 24, a comissão vai voltar a recolher facturas detalhadas.

A Comissão de Utentes entregou a semana passada uma petição na Assembleia da República, com 50.000 assinaturas, para que os aumentos sejam discutidos em plenário.

Entretanto, já foram recolhidas mais 16.000 assinaturas de apoio à petição, que serão entregues na Assembleia da República quando o assunto for a Plenário.

A recolha das 50 mil assinaturas foi o culminar de uma primeira fase do protesto nacional contra os critérios anti-sociais do novo sistema tarifário.

Faça às novas exigências deste movimento cívico, a Comissão de Utentes passou a uma segunda fase de organização, tendo sido criadas comissões regionais de utentes em Coimbra e no Porto.

Brevemente, serão criadas comissões em Almada, Setúbal e Algarve.

Enfermeiros encerram negociações

A Comissão Negociadora Sindical dos Enfermeiros, constituída pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e pelo Sindicato dos Enfermeiros da Região Autónoma da Madeira, encerrou formalmente na terça-feira as negociações iniciadas em Junho de 1997 com o Ministério da Saúde.

Interjovem reuniu ontem

A Interjovem-Setúbal realizou ontem, quarta-feira, na sede da USS, um plenário distrital de jovens trabalhadores para discutir a situação social e laboral. Esta iniciativa insere-se na preparação da 3ª Conferência Nacional desta estrutura da CGTP-IN, que terá lugar no próximo dia 28 de Março em Aveiro, sob o lema «Reforçar no presente, por um futuro diferente».

